

DIAGNÓSTICO SOCIAL



Lisboa

Informação Complementar



SEGURANÇA SOCIAL



Câmara Municipal de Lisboa

SANTA
CASA

Misericórdia de Lisboa. Por boas causas.



Informação Complementar

Setembro 2009

Equipa Técnica

Fernanda Belo
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Gabinete de Estudos e Planeamento

Maria Alice Nunes
ISS, IP - Centro Distrital de Lisboa/Núcleo de Planeamento e Gestão da Informação

Helena de Sousa Fonseca
Luís Nunes
Frederico Paixão
Câmara Municipal de Lisboa/DAS - Divisão de Estudos e Planeamento

Apoio Técnico

António Batista
Consultor da Rede Social

Colaboradores

Paulo Santos
Ana Lúcia Antunes
Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Planeamento Estratégico

Índice

Nota Introdutória	5
1 - Áreas Temáticas	
1.1. Cidade Saudável	8
1.2. Crescer com Oportunidades.....	17
1.3. Da Vulnerabilidade à Inclusão.....	39
1.4. Diversidade Cultural.....	83
1.5. Envelhecimento Activo.....	98
1.6. Qualidade dos Serviços.....	126
2 - Cartas Municipais de Equipamentos de Ensino e de Saúde.....	129

Nota Introdutória

Diagnóstico Social de Lisboa - Informação Complementar

A Informação Complementar do Diagnóstico Social resulta do levantamento inicial de dados e informação estatística, referente às 6 áreas temáticas que foram consideradas no mesmo.

Com esta informação pretende-se complementar alguns dos conteúdos do relatório, aprofundando certos aspectos ao nível dos indicadores, de caracterização das temáticas, que no entanto não haviam sido disponibilizados no Referencial Estatístico. Na área da Vulnerabilidade Social foi possível apresentar, dados por freguesia e por zona territorial da Rede Social de Lisboa relativamente às medidas de protecção social.

Foram igualmente incluídos, alguns indicadores, que foi possível entretanto apurar, ao nível dos concelhos da região de Lisboa, uma vez que se revestem de um significado relevante para o conhecimento de uma cidade capital, centro de uma área metropolitana com características próprias e que interage a vários níveis com toda a dinâmica da cidade.

Para além da informação agora seleccionada, salienta-se a importância do processo de cruzamento e de análise multivariada desses dados que num futuro breve deverá representar uma orientação estratégica essencial ao conhecimento da realidade social de Lisboa.

1 - Áreas Temáticas

Diagnóstico Social de Lisboa - Informação Complementar

1.1. Cidade Saudável

Diagnóstico Social de Lisboa - Informação Complementar

No âmbito das várias temáticas da Informação Complementar, a informação que se apresenta não é exaustiva e salvaguarda a existência de outro tipo de respostas e recursos.

As cidades têm ao dispor dos cidadãos recursos e potencialidades. De acordo com informação disponível no Departamento de Ambiente e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa, em Março de 2009 existiam na cidade os seguintes espaços de utilização pública, alguns com espaços verdes.

Quadro n.º 1 – Espaços de Utilização Pública

Designação	N.º
Espaço Monsanto	1
Parques infantis	58
Parques recreativos	3
Vias cicláveis	2
Desporto	5
Parques de desporto aventura	4
Parque de campismo	1

Fonte: CML/DAEV.

O Espaço Monsanto constitui um espaço de educação ambiental localizado no Parque Florestal de Monsanto¹. É o maior parque verde, situado na parte ocidental da cidade de Lisboa, contribuindo para a valorização da qualidade de vida, tanto dos residentes como daqueles que nela trabalham, estudam ou que simplesmente a visitam.

O seu valor paisagístico e ambiental inclui uma componente de educação e sensibilização ambiental, bem como de lazer e recreio. É um espaço com vastas áreas de mata diversificada, que contempla uma rede de trilhos, vias pedestres e vias cicláveis, assim como equipamentos recreativos e desportivos, tendo o Espaço Monsanto como centro de acolhimento para estas actividades.

Estes recursos proporcionam a realização de um conjunto de actividades que visam ocupar o tempo livre de crianças, jovens, adultos e idosos, através da prática de

¹ O Parque Florestal de Monsanto fica situado no extremo ocidental de Lisboa.

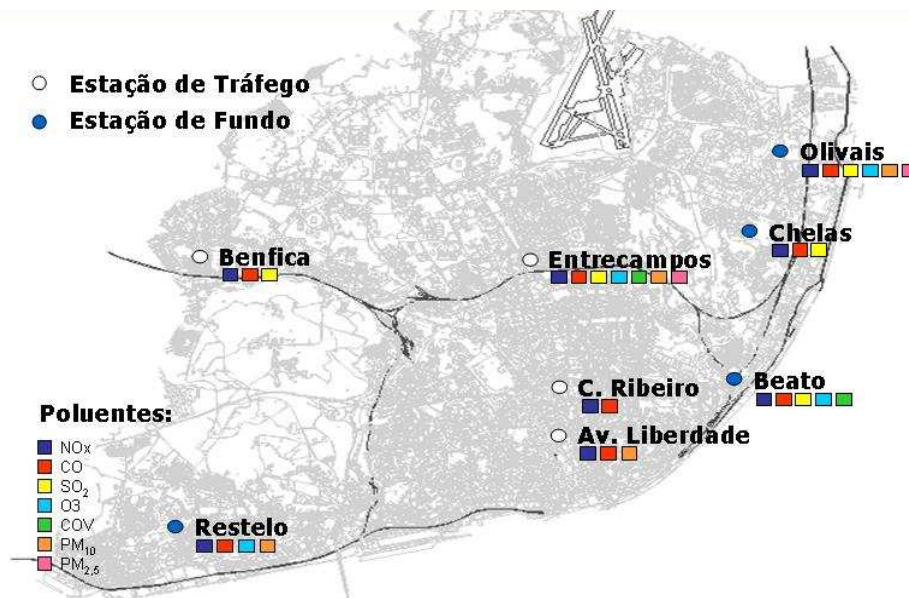
actividades em harmonia com a natureza. Pretendem contribuir para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida em contexto urbano, encorajando o contacto com a natureza, com vista à sua apropriação, respeito e valorização.

Pelas suas características o Parque Florestal de Monsanto constitui uma área com valor ecológico intrínseco, revelando-se como um espaço importante de lazer, um verdadeiro museu ecológico vivo, susceptível de sensibilizar para as questões de natureza ambiental, exploradas através de um programa consistente e regular de oferta educativa e de sensibilização ambiental.

Trata-se da maior área verde da cidade, que em muito contribui para as questões ambientais, principalmente as relacionadas com a qualidade do ar que é avaliada na cidade de Lisboa através da Rede de Medição da Qualidade do Ar (competência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo).

Na Cidade de Lisboa a Rede de medição da qualidade do ar é composta por sete estações, as quais avaliam, de modo contínuo, diversos poluentes.

Mapa n.º 1 – Estações de Medição da Qualidade do ar na cidade de Lisboa



In CML/DAEV Junho 2008.

A avaliação efectuada pela rede de medição da qualidade do ar (Mapa n.º 1) é complementada com campanhas sazonais, com recurso a amostradores passivos, abrangendo o período de Verão e Inverno, normalmente com duração de 15 dias.

Os inventários de emissões atmosféricas são instrumentos que permitem analisar a quantidade, natureza e localização das emissões que ocorrem numa determinada área durante um período de tempo. Os resultados dos inventários colocam em evidência os sectores de actividade e os locais responsáveis pelas maiores emissões poluentes para a atmosfera e avaliam a sua contribuição respectiva para a qualidade do ar. Compreendem estimativas para um número alargado de poluentes, responsáveis por efeitos negativos na saúde humana (SO_x, NO₂, CO, partículas, e metais pesados) e na vegetação (SO_x NO_x), por processos de acidificação (SO_x, NO_x e NH₃) e eutrofização (NO_x e NH₃) e ainda para os precursores de ozono (NO_x, COVNM, CO e CH₄) e partículas secundárias (NO_x, SO_x, NH₃) e também para substâncias carcinogénicas como o benzeno.

O sector dos transportes é a principal fonte de óxidos de azoto no concelho de Lisboa. As emissões do sector Doméstico e Serviços representam uma percentagem muito reduzida do total de emissões deste poluente.

A principal fonte de poluição da cidade de Lisboa é o tráfego automóvel. Altera não só a qualidade do ar como é uma das principais fontes de ruído.

O ruído é um dos principais factores que afectam o ambiente urbano, contribuindo de um modo particular para a degradação da qualidade de vida dos cidadãos.

Em Lisboa, as áreas próximas de discotecas e estabelecimentos de diversão nocturna são as mais afectadas, bem como a área circundante ao aeroporto e as zonas com maior tráfego automóvel, em especial de veículos pesados.

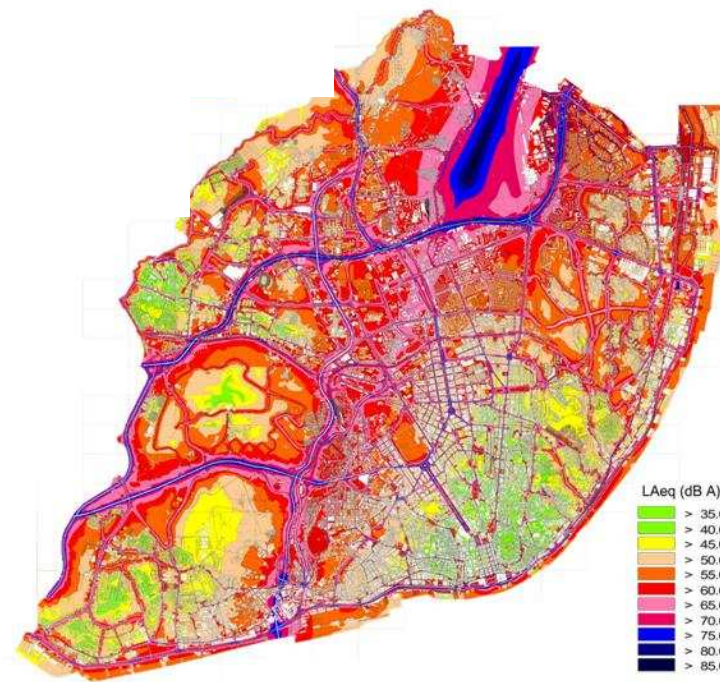
Os Mapas de Ruído são representações visuais da distribuição espacial dos índices de ruído ambiente, constituindo-se como meios de diagnóstico e reveladores, em detalhe, das emissões sonoras, da influência das diferentes fontes e da exposição das populações ao ruído ambiente.

O Mapa de Ruído da Cidade de Lisboa afigura-se como uma ferramenta essencial ao ordenamento do território e ao planeamento urbano, permitindo que os índices de ruído ambiental sejam integrados conjuntamente com todos os outros indicadores

ambientais, por forma a um crescimento sustentável, que vise garantir a qualidade do ambiente sonoro nas habitações, locais de trabalho e de lazer².

Os Mapas n.º 2 e n.º 3 ilustram os períodos de referência para as fontes sonoras mais relevantes:

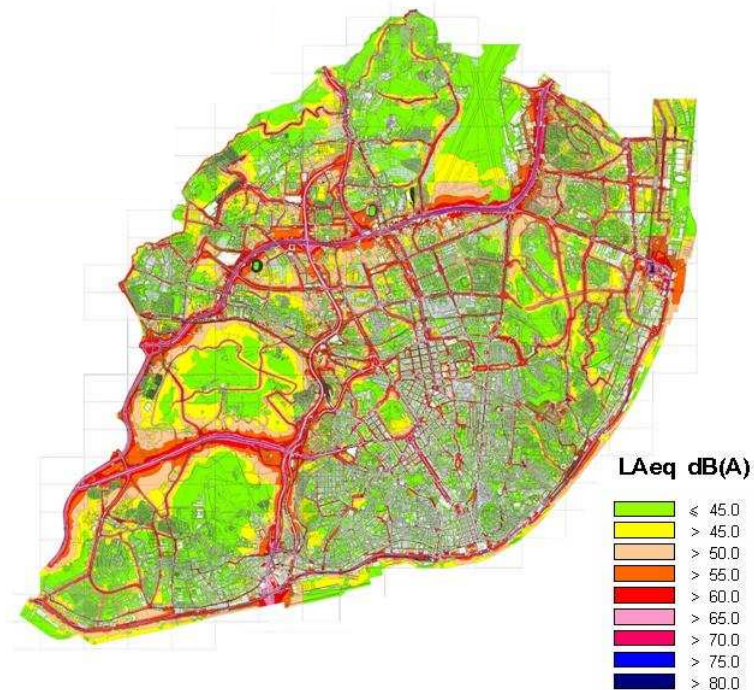
Mapa n.º 2 – Mapa de Ruído Global Diurno de Lisboa



LAeq -Nível Sonoro Contínuo Equivalente.

In CML/DAEV Junho 2008.

² <http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/>

Mapa n.º 3 – Mapa de Ruído Global Nocturno de Lisboa

LAeq -Nível Sonoro Contínuo Equivalente.

In CML/DAEV Junho 2008.

As questões da qualidade do ar e do ruído, como muitas outras, integram um conjunto de temáticas que contribuem directamente para a educação não formal, direccionada para uma adopção progressiva de comportamentos conducentes a um maior bem-estar e estilos de vida mais saudáveis.

Neste âmbito, o projecto *Crescer na Segurança* destinado a crianças dos 5 aos 10 anos tem como objectivo a aprendizagem e a identificação dos riscos do dia-a-dia e das regras preventivas de maior segurança, ajustadas a cada situação.

O *Cantinho da Nutrição* visa prevenir / corrigir eventuais erros alimentares e destina-se à população em geral com particular incidência nos idosos. O atendimento é efectuado por um nutricionista / dietista que através de rastreios, procura avaliar os factores de saúde (peso, altura, índice de massa corporal, tensão arterial) e hábitos alimentares incentivando a estilos de vida mais saudáveis.

O projecto *Vamos Todos ao Mercado* destinado aos alunos dos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo de escolaridade da cidade de Lisboa pretende dar a conhecer os Mercados Municipais e o papel preponderante destas estruturas de comércio tradicional no abastecimento de produtos alimentares à cidade, dando a conhecer os alimentos, as suas características e propriedades e as condições a que se deve dar atenção nos momentos da sua compra e do seu consumo. Sensibiliza as crianças para a adopção diária de hábitos alimentares saudáveis e adequados.

A *Quinta Pedagógica dos Olivais* constitui um espaço que permite a vivência de experiências essenciais ao desenvolvimento humano, tanto pelo contacto directo com uma envolvente de ruralidade que contrasta com o ritmo característico das cidades como pela possibilidade de participação em actividades promotoras de saúde.

Outra das questões essenciais à vivência de uma cidade saudável, diz respeito aos comportamentos dos cidadãos relativamente à separação, recolha e tratamento dos resíduos urbanos. Progressivamente as cidades têm vindo a adoptar medidas e programas incentivadores de práticas diárias mais assertivas sobre esta matéria.

A separação dos diferentes materiais nomeadamente em ambiente doméstico, industrial entre outros constitui já uma rotina generalizada nas atitudes dos cidadãos.

Em 1987, a cidade de Lisboa iniciou a recolha selectiva de materiais recicláveis e em 1995 a recolha selectiva de papel.

O sistema de recolha porta a porta tem vindo a crescer progressivamente tendo registado em Dezembro de 2008 um total de 47.700 fogos e 4.300 entidades.

Quadro n.º 2 – Resíduos Recolhidos Recicláveis na Cidade de Lisboa

Anos	Papel e cartão (1)	Vidro (1)	Embalagens (1) e (2)	Pilhas (3)
2008	23.229	12.150	6.262	17
2007	22.812	11.610	5.457	17
2006	20.496	10.478	4.495	15
2005	18.262	9.459	3.512	25
2004	15.296	8.331	2.717	16
2003	12.719	6.999	2.019	16

(1) - Materiais recolhidos selectivamente; na origem do processo de recolha

(2) - Inclui as embalagens de plástico, metais ferrosos e não ferrosos e embalagens de cartão para líquidos alimentares

(3) - Pilhas recolhidas nos ecopontos.

Fonte: CML/DMAU/Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos.

Uma cidade saudável pressupõe a garantia de condições de acessibilidade a todos os cidadãos, considerando as acessibilidades físicas: aos transportes, edifícios de habitação e trabalho, aos equipamentos de utilização pública, tendo em particular atenção as pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada.

O conceito de acessibilidade é também utilizado numa acepção geográfica pressupondo a capacidade das populações acederem a um determinado território, tendo em conta as redes de infra-estruturas de transportes e também as redes de telecomunicações, entre outras.

Outra interpretação do conceito de acessibilidade é a que se refere à acessibilidade social, a qual designa a capacidade de uma população usufruir de um bem ou de um serviço tendo em consideração os constrangimentos sociais, culturais e económicos implicados na sua aquisição.

O espaço público tem um papel primordial relativamente às questões da acessibilidade, nomeadamente no acesso aos recursos urbanos contribuindo para uma efectiva concretização dos direitos de cidadania.

“Em todos os espaços e edifícios abertos ao público, não pode existir discriminação. A Acessibilidade é justamente isso – a capacidade que as ruas, praças, jardins e edifícios devem ter de assegurar a todos uma igual oportunidade de uso, sem barreiras. Pelas implicações que tem na segurança, no conforto e na autonomia dos utilizadores, a Acessibilidade é um factor de qualidade. E beneficia todas as pessoas com ou sem deficiência”.³

Tem-se vindo a verificar uma crescente tomada de consciência ao nível do contributo da acessibilidade para a qualidade de vida, desenvolvimento, sustentabilidade social e económica das cidades.

A legislação tem vindo a incluir progressivamente as questões relativas à acessibilidade, nomeadamente com a publicação do Decreto-Lei nº. 163/2006, o qual veio definir as normas técnicas de acessibilidade a cumprir na via pública, nos edifícios abertos ao público e até nos edifícios residenciais, entre outros.

Na cidade de Lisboa, entidades e organismos têm vindo a zelar pelo cumprimento das exigências mencionadas no referido Decreto-Lei representando a garantia da efectiva concretização de todas as normas nele contidas.

No conjunto da legislação existente, é de salientar a Lei n.º46/2006 a qual classifica como prática discriminatória o impedimento ou a limitação de acesso a edifícios, bens e serviços, proibindo e punindo a discriminação das pessoas com deficiência.

³ Fonte: Núcleo de Acessibilidade; *Uma Cidade para todas as Pessoas - folheto*; Câmara Municipal de Lisboa, edi. 2009.

1.2. Crescer com Oportunidades

Diagnóstico Social de Lisboa - Informação Complementar

O cenário demográfico para a população europeia é de abrandamento do crescimento da população e conseqüente redução até 2060. A população jovem será mais reduzida enquanto que a população idosa terá cada vez mais peso no conjunto da população total.

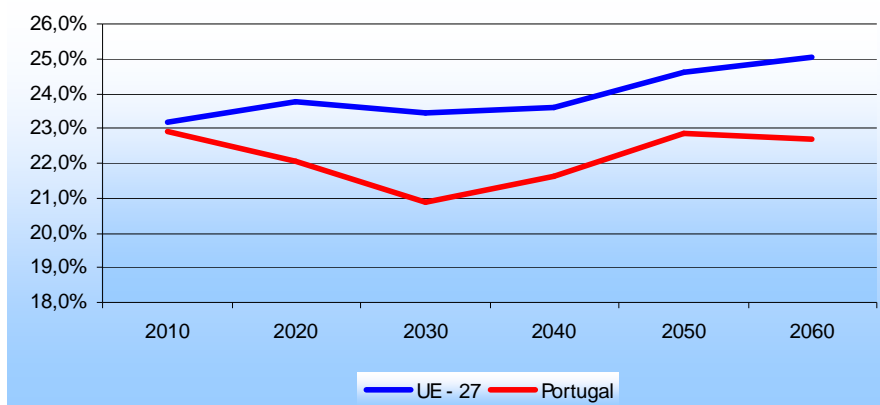
O índice de dependência dos jovens era de 23,27 em 2008 para a UE-27, e as projecções apontam um índice de 25,05 para o ano de 2060. As projecções para Portugal indicam um índice de dependência dos jovens de 22,71 para o ano de 2060, valor menor que o previsto para a UE-27.

Quadro n.º 3 - Projecção para o Índice de Dependência dos Jovens até 2060 na União Europeia

Anos	UE - 27	Portugal
2008	23,27	22,81
2010	23,17	22,89
2020	23,77	22,07
2030	23,46	20,89
2040	23,59	21,61
2050	24,59	22,86
2060	25,05	22,71

Fonte: Eurostat, statistics in focus, 72/2008.

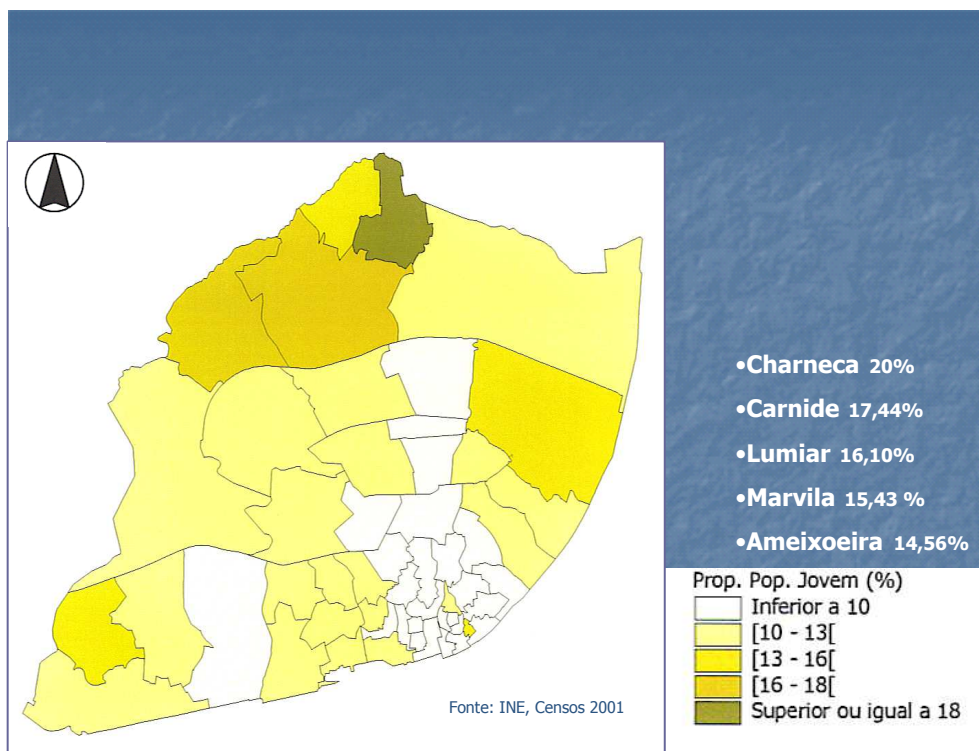
Gráfico n.º 1 - Projecção da População - Índice de Dependência dos Jovens



Fonte : Eurostat , Statistics in focus - 72/2008.

Na cidade de Lisboa, em 2001, o índice de dependência dos jovens era de 17,92. As freguesias de Lisboa que em 2001 apresentavam percentagens mais elevadas de população residente com menos de 15 anos, de acordo com os Censos de 2001, eram, por ordem decrescente, Charneca, Carnide, Lumiar, Marvila e Ameixoeira.

Mapa n.º 4 – Proporção da População Jovem



As menores percentagens de população jovem residente encontravam-se nas freguesias de Madalena, Santa Justa, Sé e Santiago, onde o grupo etário dos menores de 15 anos não ultrapassava os 8% da população residente.

Em relação ao contributo da população com menos de 15 anos para o total da população da cidade nesta faixa etária, verificava-se que as freguesias que mais contribuíam eram, Lumiar com 9,26% da população residente em Lisboa com menos de 15 anos, Marvila com 9,12% e Santa Maria dos Olivais com 8,28%.

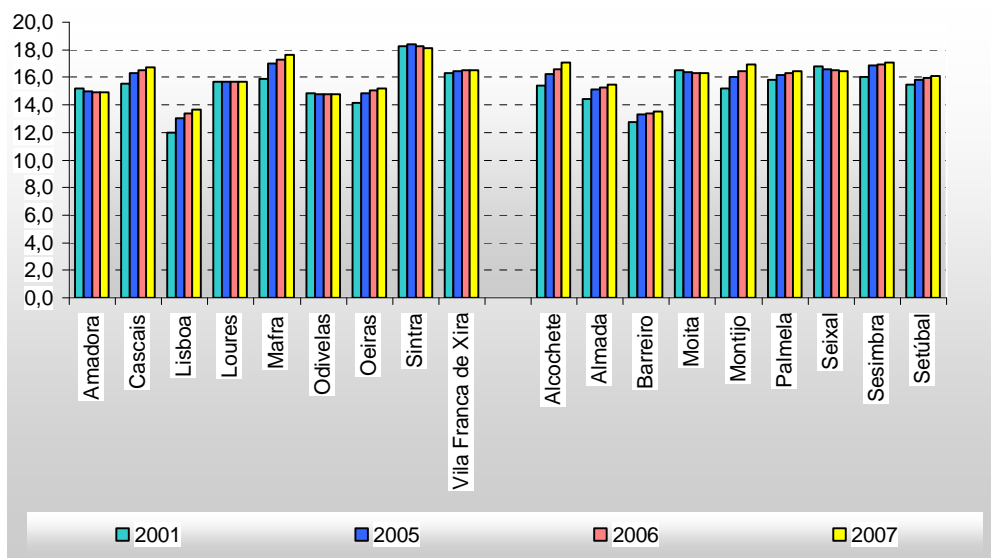
As freguesias com mais população em 2001, eram as de Santa Maria dos Olivais com 46 410 residentes e a de Benfica com 41 368. No entanto, as que apresentavam taxas mais elevadas de população jovem na sua estrutura etária eram as freguesias do Lumiar e de Marvila. Refere-se também a existência em 2001 de oito freguesias na cidade com menos de 100 residentes menores de 15 anos.

Quadro n.º 4 - População Residente dos 0 aos 14 anos por Freguesia em 2001

Freguesias	População residente N.º	População residente dos 0 aos 14 anos		Representatividade da pop. dos 0 aos 14 anos da freguesia na pop. da cidade nesta faixa etária %
		N.º	%	
Charneca	10509	2144	20.40	3.27
Carnide	18989	3312	17.44	5.05
Lumiar	37693	6069	16.10	9.26
Marvila	38767	5981	15.43	9.12
Ameixoeira	9644	1404	14.56	2.14
São Francisco Xavier	8101	1116	13.78	1.70
São Miguel	1777	232	13.06	0.35
Alto do Pina	10253	1265	12.34	1.93
Lapa	8670	1025	11.82	1.56
Santa Maria dos Olivais	46410	5425	11.69	8.28
Santa Maria de Belém	9756	1140	11.69	1.74
Prazeres	8492	948	11.16	1.45
Ajuda	17958	1984	11.05	3.03
Campolide	15927	1747	10.97	2.67
Campo Grande	11148	1220	10.94	1.86
São Domingos de Benfica	33678	3673	10.91	5.60
Mercês	5093	554	10.88	0.85
Santos-o-Velho	4013	436	10.86	0.67
São Mamede	6004	645	10.74	0.98
Socorro	2675	286	10.69	0.44
Santo Condestável	17553	1870	10.65	2.85
São Paulo	3521	372	10.57	0.57
Benfica	41368	4320	10.44	6.59
Beato	14241	1482	10.41	2.26
Santa Isabel	7270	744	10.23	1.14
São João	17073	1730	10.13	2.64
Nossa Senhora de Fátima	15291	1548	10.12	2.36
São Sebastião da Pedreira	5871	586	9.98	0.89
Santa Catarina	4081	402	9.85	0.61
Anjos	9738	959	9.85	1.46
Encarnação	3182	312	9.81	0.48
São Vicente de Fora	4267	414	9.70	0.63
Mártires	341	33	9.68	0.05
São João de Deus	10782	1036	9.61	1.58
Castelo	587	56	9.54	0.09
Santo Estêvão	2047	191	9.33	0.29
Pena	6068	559	9.21	0.85
Sacramento	880	81	9.20	0.12
Penha de França	13722	1239	9.03	1.89
Alcântara	14443	1291	8.94	1.97
São José	3278	293	8.94	0.45
São João de Brito	13449	1199	8.92	1.83
Alvalade	9620	856	8.90	1.31
Santa Engrácia	5860	514	8.77	0.78
Graça	6960	597	8.58	0.91
São Cristóvão e São Lourenço	1612	136	8.44	0.21
Coração de Jesus	4319	362	8.38	0.55
São Jorge de Arroios	17404	1446	8.31	2.21
Santiago	857	68	7.93	0.10
Sé	1160	88	7.59	0.13
Santa Justa	700	51	7.29	0.08
Madalena	380	27	7.11	0.04
São Nicolau	1175	80	6.81	0.12
Total do Concelho	564657	65548	11.61	100.00

Fonte: INE, Censos 2001.

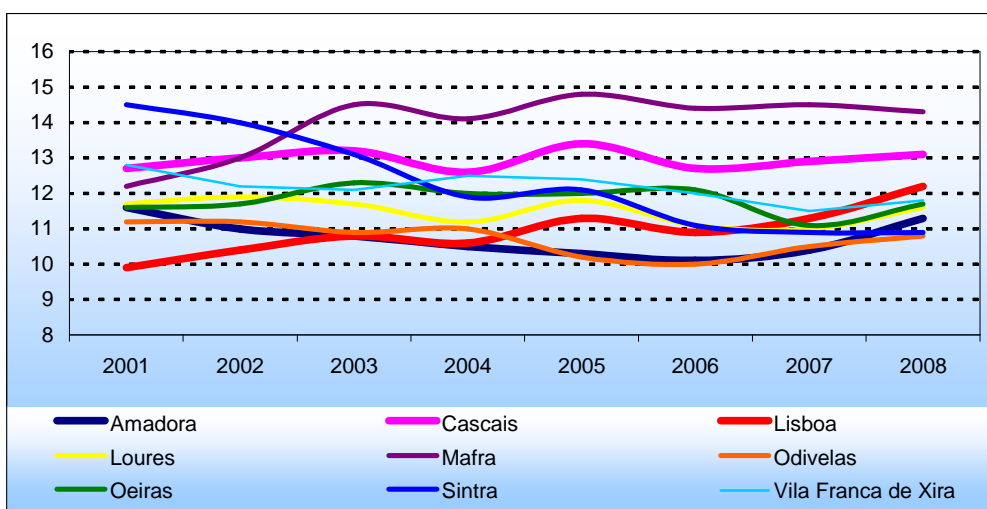
Gráfico n.º 2 - População Residente dos 0 aos 14 anos e Estimativas para os Concelhos da Região de Lisboa de 2005 a 2007



Fonte: INE, Indicadores demográficos; em <http://www.ine.pt>

De acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estatística para a população residente na Região de Lisboa, são os concelhos de Sintra e Mafra os que apresentam percentagens mais elevadas de população com menos de 15 anos na sua estrutura etária. Inversamente, as taxas mais reduzidas encontram-se nos concelhos do Barreiro e de Lisboa.

Gráfico n.º 3 - Taxa Bruta de Natalidade (%) na Grande Lisboa



Fonte: INE, Indicadores demográficos; em <http://www.ine.pt>

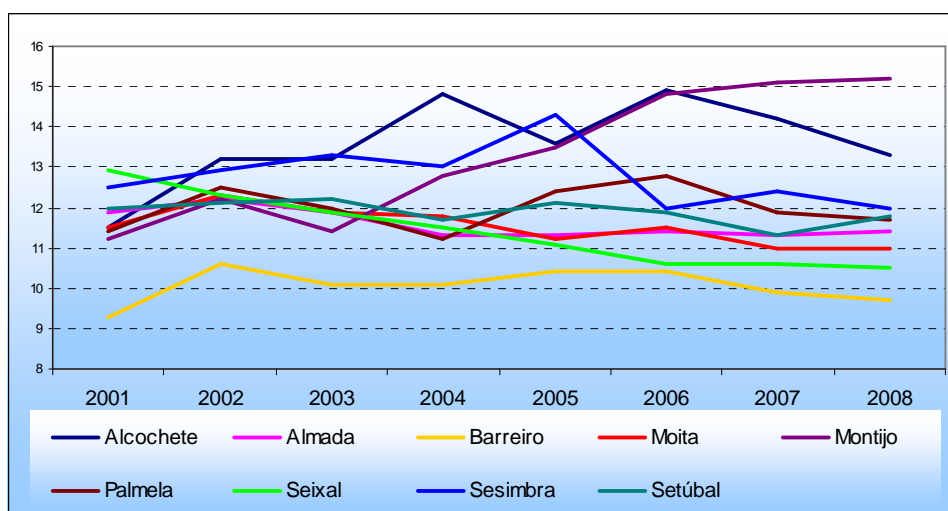
Quadro n.º 5 - Taxa Bruta de Natalidade (‰) por Local de Residência

Local de residência	Anos							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰	‰
Grande Lisboa	11,8	11,9	11,9	11,5	11,8	11,3	11,3	11,8
Amadora	11,6	11	10,8	10,5	10,3	10,1	10,4	11,3
Cascais	12,7	13	13,2	12,6	13,4	12,7	12,9	13,1
Lisboa	9,9	10,4	10,8	10,6	11,3	10,9	11,3	12,2
Loures	11,7	11,9	11,7	11,2	11,8	11,1	11	11,6
Mafra	12,2	13	14,5	14,1	14,8	14,4	14,5	14,3
Odivelas	11,2	11,2	10,9	11	10,2	10	10,5	10,8
Oeiras	11,6	11,7	12,3	12	12	12,1	11,1	11,7
Sintra	14,5	14	13,1	11,9	12,1	11,1	10,9	10,9
Vila Franca de Xira	12,8	12,2	12,1	12,5	12,4	12	11,5	11,8
Península de Setúbal	11,8	12,1	11,8	11,6	11,7	11,6	11,3	11,4
Alcochete	11,5	13,2	13,2	14,8	13,6	14,9	14,2	13,3
Almada	11,9	12,2	11,9	11,3	11,3	11,4	11,3	11,4
Barreiro	9,3	10,6	10,1	10,1	10,4	10,4	9,9	9,7
Moita	11,5	12,3	11,9	11,8	11,2	11,5	11	11
Montijo	11,2	12,2	11,4	12,8	13,5	14,8	15,1	15,2
Palmela	11,4	12,5	12	11,2	12,4	12,8	11,9	11,7
Seixal	12,9	12,3	11,9	11,5	11,1	10,6	10,6	10,5
Sesimbra	12,5	12,9	13,3	13	14,3	12	12,4	12
Setúbal	12	12,1	12,2	11,7	12,1	11,9	11,3	11,8

Fonte: INE, Indicadores demográficos; em <http://www.ine.pt>

As taxas de natalidade mais elevadas na Sub-Região da Grande Lisboa, nos anos em análise, encontram-se nos concelhos de Mafra, Cascais e na Sub-Região da Península de Setúbal nos concelhos de Montijo, Alcochete e Sesimbra. As taxas mais reduzidas pertencem ao concelho do Barreiro na Península de Setúbal e ao da Amadora na Grande Lisboa até ao ano de 2007, verificando-se um aumento em 2008.

Gráfico n.º 4 - Taxa Bruta de Natalidade (‰) na Península de Setúbal



Fonte: INE, Indicadores demográficos; em <http://www.ine.pt>

Quadro n.º 6 - Taxa de Crescimento Natural por Local de Residência

Local de residência	Anos			
	2001	2005	2006	2007
	%	%	%	%
Grande Lisboa	0,21	0,23	0,22	0,22
Amadora	0,35	0,19	0,23	0,18
Cascais	0,31	0,39	0,34	0,34
Lisboa	-0,46	-0,35	-0,33	-0,32
Loures	0,4	0,38	0,3	0,32
Mafra	0,15	0,56	0,67	0,64
Odivelas	0,39	0,27	0,29	0,37
Oeiras	0,3	0,38	0,42	0,35
Sintra	0,8	0,61	0,55	0,53
Vila Franca de Xira	0,54	0,52	0,49	0,48
Península de Setúbal	0,26	0,22	0,25	0,24
Alcochete	-0,02	0,3	0,64	0,44
Almada	0,14	0,04	0,08	0,07
Barreiro	-0,16	-0,09	0	-0,09
Moita	0,31	0,13	0,22	0,24
Montijo	0,01	0,17	0,27	0,34
Palmela	0,21	0,21	0,34	0,26
Seixal	0,67	0,51	0,44	0,47
Sesimbra	0,34	0,54	0,38	0,52
Setúbal	0,24	0,22	0,26	0,19

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em <http://www.ine.pt>

A taxa de crescimento natural na Península de Setúbal é ligeiramente mais elevada que a verificada na Grande Lisboa. Na Região de Lisboa, os concelhos de Lisboa e do Barreiro registam taxas de crescimento natural negativas desde 2001 e, Mafra e Sintra as taxas mais elevadas de crescimento natural em 2007. Na Península de Setúbal os concelhos de Sesimbra, Alcochete e Seixal apresentam as taxas de crescimento mais elevadas e Almada a taxa mais reduzida.

A taxa de crescimento efectivo da população residente (Quadro n.º 7) nas Sub-Regiões da Região de Lisboa, Grande Lisboa e Península de Setúbal é positiva, mas decrescente, de 2001 a 2007. O crescimento efectivo na Península de Setúbal assinala uma taxa relativamente mais elevada que a da Grande Lisboa.

Na Grande Lisboa, nos anos em análise, encontram-se três concelhos com valores negativos (Lisboa, Amadora e Loures). A taxa de crescimento efectivo mais elevado pertence ao concelho de Mafra. Os restantes concelhos apresentam valores positivos mas decrescentes.

Quadro n.º 7 - Taxa de Crescimento Efectivo por Local de Residência

Local de residência	Anos			
	2001	2005	2006	2007
	%	%	%	%
Grande Lisboa	0,74	0,44	0,33	0,3
Amadora	0,06	-0,33	-0,56	-0,63
Cascais	1,59	1,2	0,93	0,9
Lisboa	-1,68	-1,86	-1,95	-1,99
Loures	0,44	-0,22	-0,54	-0,56
Mafra	3,23	3,15	3,42	3,34
Odivelas	1,26	1,69	1,61	1,63
Oeiras	0,97	0,74	0,61	0,46
Sintra	3,4	2,26	2,14	2,08
Vila Franca de Xira	2,12	1,74	1,66	1,57
Península de Setúbal	1,48	1,14	1,11	1,04
Alcochete	3,35	3,32	4,06	3,75
Almada	0,74	0,31	0,15	0,08
Barreiro	-0,46	-0,19	-0,25	-0,42
Moita	0,84	0,62	0,54	0,5
Montijo	0,96	0,58	0,64	0,63
Palmela	2,25	1,86	2,03	1,86
Seixal	2,7	1,81	1,65	1,62
Sesimbra	4,09	3,92	4,27	4,32
Setúbal	1,4	1,05	0,96	0,82

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em <http://www.ine.pt>

Na Península de Setúbal, o único concelho com valores negativos é o Barreiro. Os restantes apresentam valores positivos encontrando-se os mais elevados em Sesimbra e Alcochete.

Quadro n.º 8 - Índice Sintético de Fecundidade

	Anos		
	2005	2006	2007
Portugal	1.4	1.4	1.3
Continente	1.4	1.4	1.3
Região de Lisboa	1.6	1.5	1.6
Grande Lisboa	1.6	1.5	1.6
Península de Setúbal	1.6	1.6	1.6

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em <http://www.ine.pt>

O índice sintético de fecundidade revela uma redução em Portugal, de 1,4 filhos por mulher em 2005, para 1,3 filhos por mulher em 2007.

Na Região de Lisboa a tendência manteve-se em 1,6 filhos por mulher, quer na Grande Lisboa quer na Península de Setúbal entre 2005 e 2007.

Quadro n.º 9 - Nados Vivos Fora do Casamento e Nados Vivos Fora do Casamento com Coabitação dos Pais

2007			
Nados vivos fora do casamento			
Local de residência da mãe	Com coabitação dos pais		
	%	%	
Portugal	33,6	80,4	
Continente	34	80,6	
Região de Lisboa	45	82,6	
Grande Lisboa	44,8	81,7	
Amadora	56,6	76,2	
Cascais	40,8	83	
Lisboa	44	79,4	
Lores	47,8	81,3	
Mafra	34,8	91,5	
Odivelas	46,6	83,5	
Oeiras	41	78,1	
Sintra	46,9	84	
Vila Franca de Xira	38,8	87,8	
Península de Setúbal	45,7	84,9	
Alcochete	36,8	83,7	
Almada	48,7	83,8	
Barreiro	50	84,3	
Moita	50,7	86,6	
Montijo	41,1	76,1	
Palmela	37,3	88,2	
Seixal	46,7	84,1	
Sesimbra	39,9	90,9	
Setúbal	45,4	86,6	

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em <http://www.ine.pt>

A percentagem de nados vivos fora do casamento, na Região de Lisboa é superior à percentagem que se regista a nível nacional, sendo ligeiramente superior este valor na Sub-Região da Península de Setúbal.

Nos concelhos da Região de Lisboa, Amadora e Moita, mais de 50% das crianças nascem em agregados familiares nos quais os progenitores não são casados, podendo viver em regime de coabitação. No concelho com mais nados vivos fora do casamento (Amadora, 56,6%), quatro em cada sete crianças nascem de progenitores que não são casados, e destas, três em cada quatro crianças nascem de progenitores que vivem em regime de coabitação (76,2%).

Os concelhos nos quais nascem menos crianças fora do casamento são os de Mafra (34,8%), Alcochete, Palmela e Vila Franca de Xira. No concelho de Mafra, dos 34,8% nados vivos fora do casamento, 91,5% são nados vivos em que os progenitores vivem em coabitação.

Quadro n.º 10 – Número de Casamentos Celebrados por Local de Registo e Nacionalidade dos Cônjuges

2007							
Nacionalidade dos Cônjuges							
Local de registo	Total	Ambos os cônjuges portugueses		Um cônjuge português e outro estrangeiro		Ambos os cônjuges estrangeiros	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Grande Lisboa	8351	6103	73.1	1792	21.5	456	5.5
Amadora	549	338	61.6	164	29.9	47	8.6
Cascais	796	594	74.6	162	20.4	40	5.0
Lisboa	3541	2470	69.8	865	24.4	206	5.8
Loures	904	731	80.9	138	15.3	35	3.9
Mafra	453	358	79.0	65	14.3	30	6.6
Odivelas	-	-	-	-	-	-	-
Oeiras	415	299	72.0	101	24.3	15	3.6
Sintra	1180	923	78.2	205	17.4	52	4.4
Vila Franca de Xira	513	390	76.0	92	17.9	31	6.0
Península de Setúbal	3223	2524	78.3	576	17.9	123	3.8
Alcochete	80	70	87.5	10	12.5	0	0.0
Almada	760	561	73.8	150	19.7	49	6.4
Barreiro	350	279	79.7	62	17.7	9	2.6
Moita	231	165	71.4	59	25.5	7	3.0
Montijo	199	164	82.4	28	14.1	7	3.5
Palmela	257	222	86.4	31	12.1	4	1.6
Seixal	534	415	77.7	100	18.7	19	3.6
Sesimbra	176	139	79.0	35	19.9	2	1.1
Setúbal	636	509	80.0	101	15.9	26	4.1

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em <http://www.ine.pt>

É o concelho de Lisboa que mais contribui em número de casamentos celebrados entre um cônjuge português e um estrangeiro (865 casamentos correspondendo a 24,4% dos casamentos celebrados em 2007 no concelho). Em termos de proporção, é no concelho da Amadora que se registam os valores mais elevados, com 29,9% dos casamentos realizados entre um cônjuge português e um estrangeiro, correspondendo a 164 casamentos dos 549 realizados.

Quadro n.º 11 - Proporção de Casamentos Celebrados entre Indivíduos de Nacionalidade Portuguesa e Nacionalidade Estrangeira (Países Extra-Comunitários) por Local de Registo.

Local de registo	Anos			
	2001	2005	2006	2007
	%	%	%	%
Grande Lisboa	5,2	12,5	16,4	19,6
Amadora	7,4	20,7	23,2	29,1
Cascais	6,0	14,9	15,1	16,8
Lisboa	4,8	10,2	17,8	22,6
Loures	6,2	12,4	17,0	14,7
Mafra	4,4	10,8	9,7	12,4
Odivelas	-	-	-	-
Oeiras	4,8	13,6	14,3	21,9
Sintra	5,3	12,1	14,0	15,1
Vila Franca de Xira	1,4	10,9	16,0	17,0
Península de Setúbal	3,1	11,3	14,4	16,6
Alcochete	0,0	9,0	8,7	10,0
Almada	4,3	15,0	18,1	18,6
Barreiro	2,6	9,9	16,1	17,1
Moita	2,6	14,2	13,6	22,9
Montijo	1,8	9,0	9,5	12,6
Palmela	2,1	6,1	7,7	11,3
Seixal	3,6	10,2	16,2	18,0
Sesimbra	2,3	9,9	10,8	17,6
Setúbal	3,1	10,6	13,7	14,6

Fonte: INE, Indicadores Demográficos; em <http://www.ine.pt>

O Quadro n.º 11 dá-nos informação sobre o aumento bastante significativo no número de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e indivíduos de nacionalidade estrangeira (extra-comunitária) de 2001 para 2007. O concelho de Vila Franca de Xira registou o maior aumento nas percentagens destes casamentos, (doze vezes mais de 2001 para 2007). O menor aumento verificou-se no concelho de Loures.

Os concelhos com menores percentagens de casamentos entre indivíduos portugueses e indivíduos com nacionalidade estrangeira extra-comunitária, em 2007, eram os de Alcochete com 10% e de Palmela com 11,3%. A maior percentagem encontrava-se no concelho de Amadora com 29,1%. Nos concelhos da Moita e de Lisboa, esta percentagem assumia 22,9% e 22,6% respectivamente.

Quadro n.º 12 - Taxa Quinquenal de Mortalidade Infantil (‰) e Taxa Quinquenal de Mortalidade Neonatal (‰) por Local de Residência da Mãe

2002 - 2006		
Local de residência da mãe	Taxa quinquenal de mortalidade infantil	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal I
	(‰)	(‰)
Grande Lisboa	4,06	2,71
Amadora	6,26	4,10
Cascais	3,43	2,14
Lisboa	4,95	3,33
Loures	4,60	2,78
Mafra	3,94	2,55
Odivelas	2,38	1,46
Oeiras	1,79	1,29
Sintra	3,60	2,60
Vila Franca de Xira	4,34	2,97
Península de Setúbal	3,49	2,33
Alcochete	4,88	2,93
Almada	3,34	2,19
Barreiro	3,19	2,45
Moita	3,42	1,96
Montijo	1,91	1,15
Palmela	4,56	3,42
Seixal	3,54	2,25
Sesimbra	3,19	1,42
Setúbal	3,78	2,94

Fonte: INE, Óbitos por Causas de Morte; Anual em <http://www.ine.pt>

A taxa de mortalidade infantil no quinquénio 2002 – 2006 foi mais elevada nos concelhos da Amadora e Lisboa, na Sub-Região da Grande Lisboa e na Península de Setúbal nos concelhos de Alcochete e Palmela.

Os valores mais favoráveis encontravam-se nos concelhos de Oeiras e do Montijo, os quais apresentavam as menores taxas de mortalidade infantil verificada neste período de referência dos dados.

Quadro n.º 13 - Núcleos Familiares Reconstituídos por Nível de Ensino da Mulher no Concelho de Lisboa

2001				
Nível de ensino da mulher	Núcleos familiares reconstituídos			
	Casais de direito	Casais de facto	Total	%
Sem nível de ensino	46	63	109	3,9
Básico - 1.º ciclo	323	461	784	28,2
Básico - 2.º ciclo	127	164	291	10,5
Básico - 3.º ciclo	103	178	281	10,1
Secundário	263	334	597	21,5
Ensino Médio	21	13	34	1,2
Ensino Superior	326	356	682	24,6
Total	1209	1569	2778	100,0
%	43,5%	56,5%	100,0%	

Fonte: INE, Censos 2001.

Quadro n.º 14 - Núcleos Familiares Reconstituídos por Nível de Ensino do Homem no Concelho de Lisboa

2001				
Nível de ensino do homem	Núcleos familiares reconstituídos			
	Casais de direito	Casais de facto	Total	%
Sem nível de ensino	28	42	70	2,5
Básico - 1.º ciclo	308	478	786	28,3
Básico - 2.º ciclo	109	152	261	9,4
Básico - 3.º ciclo	107	160	267	9,6
Secundário	223	340	563	20,3
Ensino Médio	34	33	67	2,4
Ensino Superior	400	364	764	27,5
Total	1209	1569	2778	100,0
%	43,5%	56,5%	100,0%	

Fonte: INE, Censos 2001.

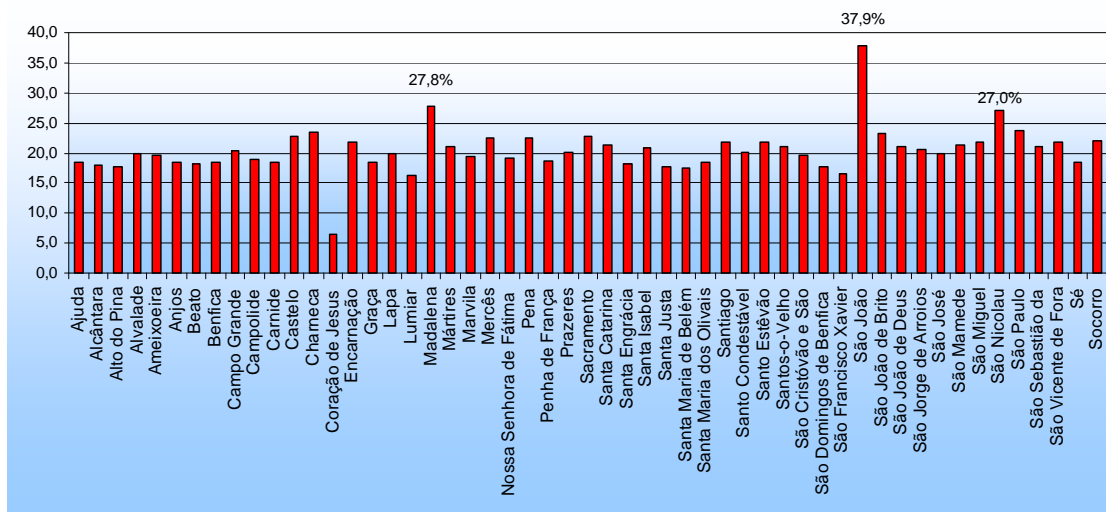
Nos núcleos familiares reconstituídos encontravam-se valores mais elevados, nos casais em que os níveis de ensino, tanto da mulher como do homem, eram o 1.º ciclo do ensino básico e o ensino superior.

Quadro n.º 15 - Núcleos Familiares Monoparentais por Tipo de Núcleo e por Freguesia

2001							
Núcleos Familiares							Total
Núcleos Familiares Monoparentais							
Freguesia	Pai com filhos	Mãe com filhos	Avó com netos	Avó com netos	Total	%	
São João	127	702	7	62	898	37,9	2369
Madalena	3	23		1	27	27,8	97
São Nicolau	8	59	1	4	72	27,0	267
São Paulo	24	179	4	10	217	23,6	918
Charneca	95	556	4	32	687	23,4	2936
São João de Brito	83	621	4	43	898	23,3	3853
Sacramento	5	38		4	47	22,8	206
Castelo	3	31		3	37	22,7	163
Mercês	46	235	1	14	296	22,6	1312
Pena	40	279	2	13	334	22,4	1490
Socorro	18	130		10	158	22,1	715
São Miguel	6	92	1	7	106	21,8	487
Encarnação	20	139	3	9	171	21,7	787
São Vicente de Fora	31	215	1	15	262	21,7	1206
Santiago	7	41		3	51	21,7	235
Santo Estêvão	15	97	0	11	123	21,7	567
São Mamede	37	272		14	323	21,4	1507
Santa Catarina	28	184		16	228	21,4	1067
Santos-o-Velho	39	180	1	14	234	21,2	1104
São Sebastião da Pedreira	40	253	2	13	308	21,2	1454
São João de Deus	63	514	3	41	621	21,2	2933
Mártires	1	14		1	16	21,1	76
Santa Isabel	49	338	3	19	409	20,8	1968
São Jorge de Arroios	116	798	4	38	956	20,7	4615
Campo Grande	75	523	3	26	627	20,4	3078
Prazeres	66	379	1	29	475	20,2	2349
Santo Condestável	118	817	5	45	985	20,1	4906
Lapa	48	391	1	20	460	19,9	2310
Alvalade	57	453	3	25	538	19,8	2713
São José	26	131	1	7	165	19,8	834
Ameixoeira	77	467		20	564	19,7	2859
São Cristóvão e São Lourenço	10	63		8	81	19,7	411
Marvila	339	1695	9	94	2137	19,3	11079
Nossa Senhora de Fátima	98	643	3	33	777	19,2	4044
Campolide	126	666	5	27	824	18,9	4364
Penha de França	102	586	6	41	735	18,6	3957
Ajuda	158	778	6	50	992	18,5	5366
Graça	51	292	2	21	366	18,4	1988
Benfica	296	1906	4	72	2278	18,4	12386
Carnide	141	805	1	44	991	18,4	5393
Santa Maria dos Olivais	390	2125	16	106	2637	18,4	14351
Anjos	53	399	4	29	485	18,4	2641
Sé	5	46	1	4	56	18,4	305
Santa Engrácia	44	254	2	18	318	18,2	1750
Beato	120	586	3	56	765	18,1	4222
Alcântara	91	606	2	49	748	17,9	4177
Santa Justa	4	25		1	30	17,6	170
São Domingos de Benfica	220	1405	5	78	1708	17,6	9680
Alto do Pina	56	424	2	26	508	17,6	2880
Santa Maria de Belém	66	375		27	468	17,6	2660
São Francisco Xavier	60	319	1	12	392	16,5	2369
Lumiar	210	1442	7	44	1703	16,2	10518
Coração de Jesus	16	164	1	9	190	6,5	2936
Total do Concelho	4027	24755	135	1418	30335	19,0	159666

Fonte: INE, Censos 2001.

Gráfico n.º 5 – Percentagem de Núcleos Familiares Monoparentais por Freguesia em 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

Para o Instituto Nacional de Estatística um *núcleo familiar monoparental* refere-se ao conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores pai ou mãe com filho(s), avó ou avô com netos, não casados.

Em termos percentuais eram as freguesias de São João, Madalena e São Nicolau que apresentavam os valores mais elevados. Em números absolutos eram as freguesias de Santa Maria dos Olivais, Benfica, Marvila, São Domingos de Benfica e Lumiar que concentravam o maior número de núcleos familiares monoparentais em 2001.

Quadro n.º 16 - Núcleos Familiares Monoparentais por Tipo de Núcleo e por Freguesia

2001							
Núcleos Familiares							Total
Núcleos Familiares Monoparentais							
Freguesia	Pai com filhos	Mãe com filhos	Avô com netos	Avó com netos	Total	%	
Santa Maria dos Olivais	390	2125	16	106	2637	18,4	14351
Benfica	296	1906	4	72	2278	18,4	12386
Marvila	339	1695	9	94	2137	19,3	11079
São Domingos de Benfica	220	1405	5	78	1708	17,6	9680
Lumiar	210	1442	7	44	1703	16,2	10518
Ajuda	158	778	6	50	992	18,5	5366
Carnide	141	805	1	44	991	18,4	5393
Santo Condestável	118	817	5	45	985	20,1	4906
São Jorge de Arroios	116	798	4	38	956	20,7	4615
São João	127	702	7	62	898	37,9	2369
São João de Brito	83	621	4	43	898	23,3	3853
Campolide	126	666	5	27	824	18,9	4364
Nossa Senhora de Fátima	98	643	3	33	777	19,2	4044
Beato	120	586	3	56	765	18,1	4222
Alcântara	91	606	2	49	748	17,9	4177
Penha de França	102	586	6	41	735	18,6	3957
Charneca	95	556	4	32	687	23,4	2936
Campo Grande	75	523	3	26	627	20,4	3078
São João de Deus	63	514	3	41	621	21,2	2933
Ameixoeira	77	467		20	564	19,7	2859
Alvalade	57	453	3	25	538	19,8	2713
Alto do Pina	56	424	2	26	508	17,6	2880
Anjos	53	399	4	29	485	18,4	2641
Prazeres	66	379	1	29	475	20,2	2349
Santa Maria de Belém	66	375		27	468	17,6	2660
Lapa	48	391	1	20	460	19,9	2310
Santa Isabel	49	338	3	19	409	20,8	1968
São Francisco Xavier	60	319	1	12	392	16,5	2369
Graça	51	292	2	21	366	18,4	1988
Pena	40	279	2	13	334	22,4	1490
São Mamede	37	272		14	323	21,4	1507
Santa Engrácia	44	254	2	18	318	18,2	1750
São Sebastião da Pedreira	40	253	2	13	308	21,2	1454
Mercês	46	235	1	14	296	22,6	1312
São Vicente de Fora	31	215	1	15	262	21,7	1206
Santos-o-Velho	39	180	1	14	234	21,2	1104
Santa Catarina	28	184		16	228	21,4	1067
São Paulo	24	179	4	10	217	23,6	918
Coração de Jesus	16	164	1	9	190	6,5	2936
Encarnação	20	139	3	9	171	21,7	787
São José	26	131	1	7	165	19,8	834
Socorro	18	130		10	158	22,1	715
Santo Estêvão	15	97	0	11	123	21,7	567
São Miguel	6	92	1	7	106	21,8	487
São Cristóvão e São Lourenço	10	63		8	81	19,7	411
São Nicolau	8	59	1	4	72	27,0	267
Sé	5	46	1	4	56	18,4	305
Santiago	7	41		3	51	21,7	235
Sacramento	5	38		4	47	22,8	206
Castelo	3	31		3	37	22,7	163
Santa Justa	4	25		1	30	17,6	170
Madalena	3	23		1	27	27,8	97
Mártires	1	14		1	16	21,1	76
Total do Concelho	4027	24755	135	1418	30335	19,0	159666

Fonte: INE, Censos 2001.

A taxa bruta de escolarização corresponde à relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Quadro n.º 17 - Escalões Etários correspondentes aos Ciclos de Estudo

Ciclo de estudos	Idade normal
Educação pré-escolar	3 - 5 anos
Ensino básico- 1.º ciclo	6 - 9 anos
Ensino básico - 2.º ciclo	10 - 11 anos
Ensino básico - 3.º ciclo	12 - 14 anos
Ensino Secundário	15 - 17 anos

Fonte: <http://www.gepe.min-edu.pt>

A Carta Educativa de Lisboa, documento de Março de 2008, apresenta a evolução do número de alunos matriculados no concelho de Lisboa por ciclos de estudo desde 1998/99 a 2005/2006.

Quadro n.º 18 - Evolução do Número de Alunos Matriculados no Concelho de Lisboa por Ciclos de Estudo de 1998 a 2006

Ciclo de estudos	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	Varição 1999/2006
Pré-escolar	15.454	15.986	16.394	16.151	16.954	16.839	17.748	17.748	14,8%
1.º Ciclo	29.892	29.896	28.919	28.678	27.827	27.519	28.173	28.173	-5,8%
2.º Ciclo	14.061	14.363	14.346	14.373	14.520	14.218	137.448	13.748	-2,2%
3.º Ciclo	20.614	19.852	19.104	18.309	18.472	28.688	20.199	20.199	-2,0%
Secundário	29.934	27.687	24.672	22.866	21.724	20.904	20.471	20.471	-31,6%
Total	109.955	107.784	103.435	100.377	99.497	108.168	224.039	100.339	-8,75%

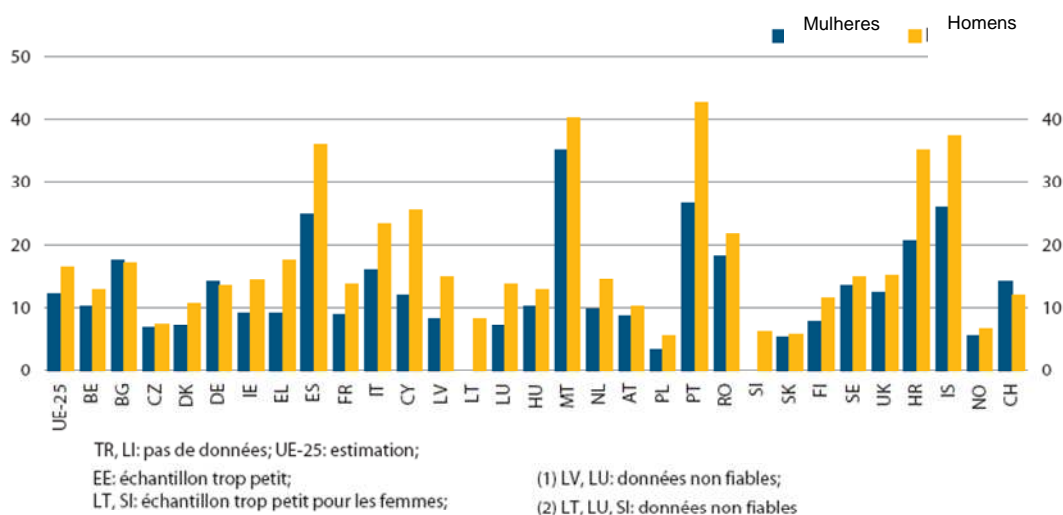
In Carta Educativa de Lisboa, 2008, pág. 36.

De acordo com o documento referido, verifica-se redução da população escolar com excepção do ensino pré-escolar. Neste ciclo de estudo a taxa de variação é positiva, podendo ser reflexo do ligeiro aumento das taxas de natalidade, do aumento da taxa de actividade feminina ou também do aumento da oferta de estabelecimentos com este ciclo de ensino.

No ano lectivo de 2005/2006 matricularam-se 100 339 alunos nos 394 estabelecimentos de ensino, desde o Pré-escolar até ao Secundário, no concelho de Lisboa.⁴

O abandono escolar precoce é um dos indicadores que coloca Portugal como um dos países da União Europeia com as mais baixas taxas de conclusão do Ensino Secundário ou de população entre os 18 e os 24 anos que não frequentavam acções de formação, como se pode verificar através das figuras transcritas das publicações do Eurostat, com informação dos anos de 2005 e 2006, apresentadas nos gráficos n.º 6 e n.º 7.

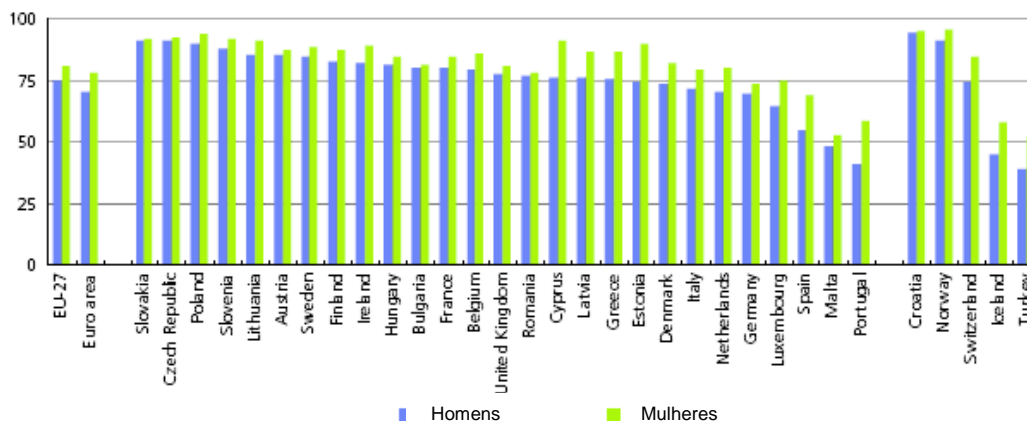
Gráfico n.º 6 – Jovens dos 18 aos 21 anos que Não Concluíram o Ensino Secundário e que Não Frequentavam a Escola ou Outra Formação em 2005 na Europa – 25



In Eurostat, La vie des femmes et des hommes en Europe, Edition, 2008, Fig. 23, pag. 33.

⁴ Carta Educativa de Lisboa, 2008.

Gráfico n.º 7 – Percentagem da População entre os 20 e 24 anos com Ensino Secundário Completo em 2006 na EU – 27



In Eurostat, Europe in Figures, Yearbook 2008, Fig. 2.3, pág. 169.

A necessidade de horário de funcionamento mais alargado, dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, que apoiasse as famílias na conciliação da sua vida profissional com os horários dos estabelecimentos de educação, levou à criação de políticas públicas específicas nas quais se enquadram a Componente de Apoio à Família.

A Componente de Apoio à Família prevê o alargamento dos períodos de funcionamento para além das 25 horas lectivas nos estabelecimentos escolares. Este alargamento nos períodos de funcionamento corresponde aos períodos não lectivos do almoço, o qual foi generalizado, e à inclusão de actividades de animação sócio-educativa. Pretende reforçar o processo de socialização infantil, a participação das famílias, envolvendo os pais no projecto educativo do estabelecimento e promover uma relação mais interactiva com a comunidade.

À excepção do agrupamento Pintor Almada Negreiros, todos os agrupamentos escolares do 1.º Ciclo Rede Pública de Lisboa tinham em funcionamento a Componente de Apoio à Família em 2007/2008.

Quadro n.º 19 - Número de Alunos a Frequentar as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e Componente de Apoio à Família (CAF) nos Agrupamentos Escolares das Escolas do Primeiro Ciclo da Rede Pública

Agrupamento/Escola Básica Integrada	Ano Lectivo 2006/2007		Ano Lectivo 2007/2008	
	Nº de Alunos a frequentar		Nº de Alunos a frequentar	
	AEC	CAF	AEC	CAF
Alto do Lumiar	318	32	752	112
Alvalade	487	147	532	185
Bairro Padre Cruz	0	a)	331	56
Baixa-Chiado	540	258	651	222
Bartolomeu de Gusmão	363	134	626	249
Belém Restelo	469	181	573	215
Damião de Góis	651	151	658	332
Delfim Santos	632	264	673	265
Eugénio dos Santos	680	141	682	199
Fernando Pessoa	492	125	441	143
Francisco Arruda	611	300	636	231
Luis António Verney	368	46	359	89
Luis de Camões	677	190	341	95
Manuel da Maia	552	188	400	95
Marquesa de Alorna	482	175	542	173
Marvila	249	48	266	45
Nuno Gonçalves	562	121	574	225
Olaíais	348	57	335	22
Patrício Prazeres	595	199	464	149
Pedro de Santarém	361	180	515	197
Pintor Almada Negreiros	313	21	314	0
Piscinas-Olivais	496	159	468	99
Profº Lindley Cintra	306	79	371	153
Qtª de Marrocos	286	38	320	92
S. Vicente -Telheiras	535	546	584	176
Stª Mª Olivais	552	135	594	138
Telheiras	508	129	484	213
Vasco da Gama	185	111	196	90
D. Filipa de Lencastre			345	153
Unidade Organizacional de Gestão Educativa Mª da Luz Deus Ramos	393	0		
Unidade Organizacional de Gestão Educativa Arq. Gonçalo Ribeiro Telles	154	6		
Total	13.165	4.161	14.027	4.413

a) A Junta de Freguesia de Carnide assume a promoção das AEC's e a execução das CAF's

Fonte: CML/Departamento de Educação e Juventude, 2008.

A Carta Educativa de Lisboa refere ainda que, nas escolas do 1.º ciclo da rede pública na cidade de Lisboa, todos os alunos beneficiam de Actividades de Enriquecimento Curricular⁵.

⁵ “Consideram -se actividades de enriquecimento curricular no 1.ºciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:

a) Actividades de apoio ao estudo;

b) Ensino do Inglês;

c) Ensino de outras línguas estrangeiras;

d) Actividade física e desportiva;

e) Ensino da música;

f) Outras expressões artísticas;

g) Outras actividades que incidam nos domínios identificados.”

Despacho n.º 14460/2008, Ministério da Educação, DR II Série, n.º 100 de 26 de Maio de 2008.

Quadro n.º 20 - Frequência da Componente de Apoio à Família nos Jardins de Infância da Rede Pública por Agrupamento Escolar

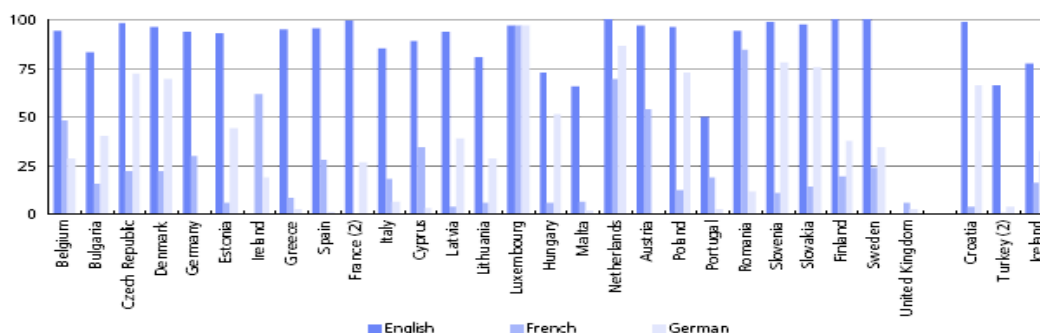
Crianças do Jardim de Infância que frequentam Componente Apoio à Família		
Agrupamento	2006/2007	2007/2008
	N.º	N.º
Alto do Lumiar	40	68
Alvalade	30	33
Bairro Padre Cruz	86	92
Baixa Chiado	48	56
Bartolomeu de Gusmão	17	84
Belém Restelo	94	135
Damião de Góis	56	81
Delfim Santos	43	61
Eugénio dos Santos	53	61
Fernando Pessoa	153	162
Francisco Arruda	83	86
Luis António Verney	8	10
Manuel da Maia	105	106
Marquesa de Alorna	94	96
Nuno Gonçalves	0	15
Olaias	45	29
Patrício Prazeres	79	81
Pedro Santarém	86	120
Pintor Almada Negreiros	72	76
Piscinas-Olivais	75	106
Profº Lindley Cintra	86	75
Qtª de Marrocos	64	75
S. Vicente/Telheiras	94	91
Stª Mª Olivais	87	90
Telheiras	172	162
Unidade Org. de Gestão Educativa Mª da Luz Deus Ramos	15	
Unidade Org. Gestão Educativa Arqº Gonçalo Ribeiro Telles	32	
Vasco da Gama	49	60
Unidade Org. Gestão Educativa Arqº Gonçalo Ribeiro Telles	86	
Total	1.952	2.111

Fonte: CML/Departamento de Educação e Juventude, 2008.

Em 2007/2008, a maioria dos agrupamentos com Educação Pré-Escolar da rede pública da cidade tinham em funcionamento a Componente de Apoio à Família.

As Actividades de Enriquecimento Curricular surgiram também da necessidade de adaptar os tempos de permanência dos alunos nas escolas às necessidades das famílias, aplicando o conceito de Escola a Tempo Inteiro. Uma das actividades incluídas é o ensino do inglês neste ciclo de estudos, como forma de minimizar *déficits* de aprendizagem desta língua nos jovens portugueses.

Gráfico n.º 8 – Percentagem de Alunos que Estudavam Línguas no Ensino Secundário, em 2005



In Eurostat, Europe in Figures, Eurostat Yearbook, 2008, Fig. 2.5, pág. 171.

A interacção mais activa entre os estabelecimentos de educação e a comunidade também tem contribuído para o alargamento de alguns programas em domínios e actividades direccionadas para a educação não-formal, tanto dos públicos escolares como da população em geral, em que algumas das iniciativas se encontram associadas a práticas de aprendizagem ao longo da vida.

A valorização da educação não-formal obteve resposta nos sistemas de reconhecimento, validação e certificação de competências, enquanto mecanismo de creditação de saberes não formais, adquiridos ao longo da vida.

Algumas das práticas educativas associadas à educação não-formal são frequentemente efectivadas por organizações da sociedade civil e assumem as mais diversas formas, colocando à disposição dos cidadãos inúmeras iniciativas na cidade de Lisboa - actividades lúdicas e culturais, enquanto promotores de educação, inclusão, participação e exercício da cidadania.

Promover o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, mais especificamente o acesso à Internet, é particularmente importante para todos os cidadãos com menos oportunidades de acesso, independentemente da sua idade.

1.3. Da Vulnerabilidade à Inclusão

Diagnóstico Social de Lisboa - Informação Complementar

Tudo o que as sociedades actuais hoje fazem para prevenir, minimizar e tratar as situações de vulnerabilidade social, terá seguramente consequências directas no futuro dos cidadãos, e na forma como estas sociedades irão evoluir e desenvolver-se. As mudanças que queremos ver alcançadas serão determinantes para a melhoria das condições de vida das populações, para um desenvolvimento equilibrado e abrangente nos mais diversos domínios: social, económico, político e cultural.

Terão de ser feitas hoje opções fundamentais que afectam o presente, mas que irão igualmente ser determinantes para o futuro e para a construção de uma realidade que todos teremos de enfrentar. Os desafios que se colocam às políticas de combate à exclusão social representam os grandes desafios da nossa civilização.

As situações dos idosos, dos imigrantes, dos desempregados, das famílias e crianças em situação de perigo, entre outras, constituem dimensões críticas nas histórias de vida dos cidadãos.

As situações de exclusão, aliadas a múltiplos e complexos constrangimentos estruturais, determinam cenários de vida onde os processos de vulnerabilização obrigam a uma identificação clara dos problemas, a uma hierarquização séria de recursos e potencialidades, por forma a tornar eficazes e exequíveis as políticas sociais.

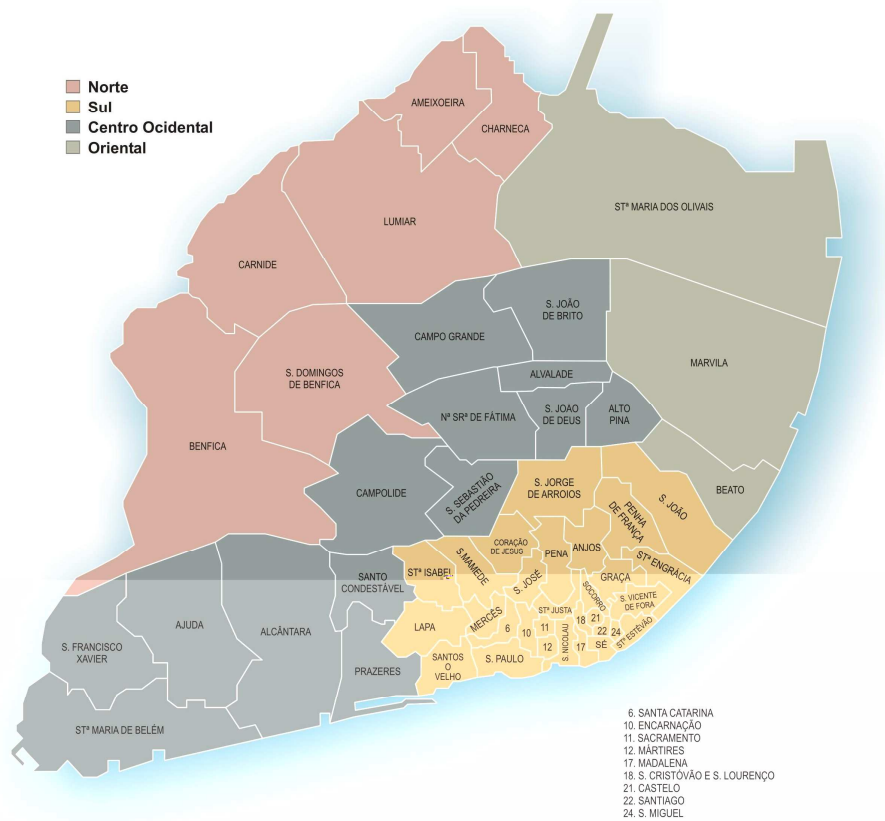
Estruturar hoje políticas sociais locais, capazes de alcançar e abranger todos os cidadãos, contemplando o facto de que vivemos num mundo onde cada vez mais as pessoas têm níveis e condições de vida muito díspares, representa um dos requisitos fundamentais do nosso século.

Perante as múltiplas e diferentes ameaças que (cada vez mais), comprometem o desenvolvimento humano, deverão ser potenciados esforços no sentido de reduzir e combater as situações de extrema pobreza e de enorme vulnerabilidade em que se encontram indivíduos, grupos e comunidades.

A existência de factores, que impedem as políticas sociais de alcançarem resultados mais eficazes e satisfatórios na redução da pobreza, deverá constituir simultaneamente um estímulo e um reforço na busca incessante das respostas e medidas necessárias.

Travar a pobreza existente e prevenir minimizando a pobreza emergente, deveria constituir um propósito firme das políticas sociais que se pretendem ambiciosas, inovadoras e compatíveis com uma realidade versátil, em permanente mutação.

Mapa n.º 5 - Zonas Territoriais da Cidade de Lisboa – Rede Social



Fonte: Rede Social de Lisboa.

Quadro n.º 21 - Número de Famílias e de Beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) por Freguesia

FREGUESIAS	ANOS							
	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
Ajuda	127	380	260	763	308	969	433	1.349
Alcântara	46	105	96	208	142	331	193	458
Alto do Pina	36	116	59	175	84	254	100	309
Alvalade	9	19	17	34	18	45	30	75
Ameixoeira	120	353	247	749	353	1.100	517	1.485
Anjos	49	74	124	191	168	283	245	406
Beato	92	220	154	423	197	528	370	893
Benfica	197	449	337	895	453	1.272	578	1.537
Campo Grande	60	191	94	290	99	362	119	433
Campolide	45	120	74	222	113	326	170	447
Carnide	87	261	216	639	329	924	449	1.215
Castelo			4	9	6	18	9	25
Charneca	78	210	163	465	216	632	328	934
Coração de Jesus	13	18	17	20	28	34	38	51
Encarnação	16	22	36	55	42	65	58	88
Graça	28	65	47	103	66	138	109	223
Lapa	13	23	21	33	28	47	33	59
Lumiar	137	421	289	904	395	1.208	524	1.549
Madalena			4	6	5	7	6	8
Martires								
Marvila	289	835	560	1.597	767	2.176	1.181	3.190
Mercês	32	61	51	97	64	124	84	167
Nossa Senhora de Fátima	43	145	94	268	133	371	168	458
Pena	19	48	30	61	48	87	76	136
Penha de França	33	71	75	175	121	268	170	389
Prazeres	13	26	37	79	57	125	66	153
Sacramento			16	21	19	25	25	35
Santa Catarina	19	32	35	62	47	87	72	136
Santa Engrácia	14	34	36	70	49	103	77	179
Santa Isabel	16	29	25	50	42	89	59	118
Santa Justa	6	7	13	19	23	34	38	62
Santa Maria de Belém	21	42	43	92	60	133	83	176
Santa Maria dos Olivais	207	561	385	1.069	490	1.372	777	2.008
Santiago							8	18
Santo Condestável	30	84	51	130	85	233	135	354
Santo Estêvão	9	18	23	46	36	68	59	108
Santos o Velho	7	18	21	40	38	74	48	95
São Cristóvão e São Lourenço	11	22	19	44	25	56	35	73
São Domingos de Benfica	41	80	95	212	126	285	163	367
São Francisco Xavier			7	12	9	14	9	22
São João	63	159	101	251	160	435	247	622
São João de Brito	17	28	28	43	33	55	47	93
São João de Deus	12	21	25	50	27	56	46	90
São Jorge de Arroios	34	74	67	122	96	174	174	311
São José	11	26	30	62	32	68	48	95
São Mamede	4	6	15	26	21	32	32	55
São Miguel	11	24	44	95	48	120	68	166
São Nicolau			7	7	8	9	13	18
São Paulo	9	13	26	48	38	76	51	122
São Sebastião da Pedreira	6	12	11	28	12	50	24	79
São Vicente de Fora	15	41	33	85	52	112	78	161
Sé	7	11	13	21	15	25	21	37
Socorro	40	58	73	124	89	156	110	213
Outros	12	26	3	8	3	9	1	5
TOTAL	2.204	5.659	4.351	11.298	5.923	15.644	8.602	21.855

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

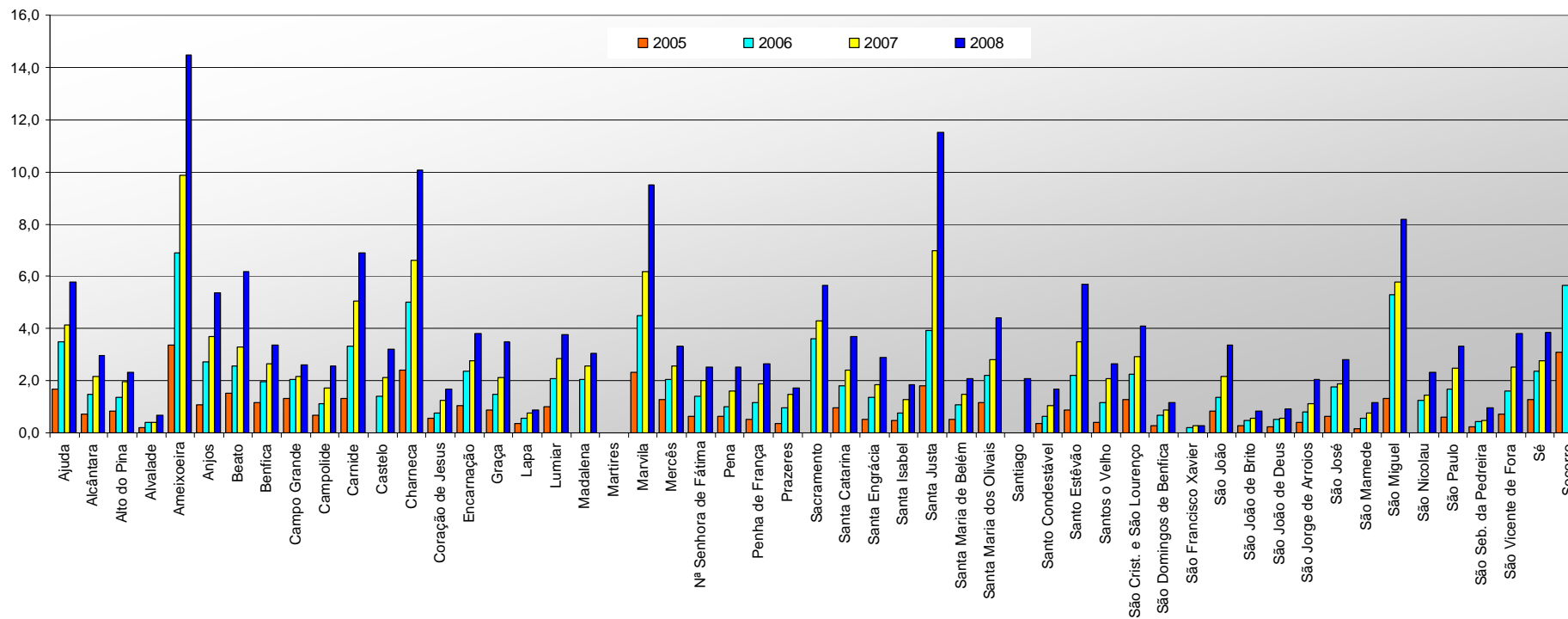
Quadro n.º 22- Percentagem de Famílias Beneficiárias de RSI face às Residentes no ano de 2001 por Freguesia

Freguesias	Famílias Residentes 2001	Famílias Benef. de RSI				% de Famílias Benef. de RSI em relação às Residentes em 2001			
		Nº				%			
		2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
Ajuda	7.475	127	260	308	433	1,7	3,5	4,1	5,8
Alcântara	6.538	46	96	142	193	0,7	1,5	2,2	3,0
Alto do Pina	4.308	36	59	84	100	0,8	1,4	1,9	2,3
Alvalade	4.327	9	17	18	30	0,2	0,4	0,4	0,7
Ameixoeira	3.575	120	247	353	517	3,4	6,9	9,9	14,5
Anjos	4.564	49	124	168	245	1,1	2,7	3,7	5,4
Beato	5.990	92	154	197	370	1,5	2,6	3,3	6,2
Benfica	17.088	197	337	453	578	1,2	2,0	2,7	3,4
Campo Grande	4.559	60	94	99	119	1,3	2,1	2,2	2,6
Campolide	6.581	45	74	113	170	0,7	1,1	1,7	2,6
Carnide	6.494	87	216	329	449	1,3	3,3	5,1	6,9
Castelo	281		4	6	9	0,0	1,4	2,1	3,2
Charneca	3.264	78	163	216	328	2,4	5,0	6,6	10,0
Coração de Jesus	2.273	13	17	28	38	0,6	0,7	1,2	1,7
Encarnação	1.523	16	36	42	58	1,1	2,4	2,8	3,8
Graça	3.134	28	47	66	109	0,9	1,5	2,1	3,5
Lapa	3.672	13	21	28	33	0,4	0,6	0,8	0,9
Lumiar	13.925	137	289	395	524	1,0	2,1	2,8	3,8
Madalena	196		4	5	6	0,0	2,0	2,6	3,1
Martires	164					0,0	0,0	0,0	0,0
Marvila	12.423	289	560	767	1.181	2,3	4,5	6,2	9,5
Mercês	2.509	32	51	64	84	1,3	2,0	2,6	3,3
Nossa Senhora de Fátima	6.645	43	94	133	168	0,6	1,4	2,0	2,5
Pena	2.995	19	30	48	76	0,6	1,0	1,6	2,5
Penha de França	6.380	33	75	121	170	0,5	1,2	1,9	2,7
Prazeres	3.801	13	37	57	66	0,3	1,0	1,5	1,7
Sacramento	443		16	19	25	0,0	3,6	4,3	5,6
Santa Catarina	1.951	19	35	47	72	1,0	1,8	2,4	3,7
Santa Engrácia	2.649	14	36	49	77	0,5	1,4	1,8	2,9
Santa Isabel	3.229	16	25	42	59	0,5	0,8	1,3	1,8
Santa Justa	330	6	13	23	38	1,8	3,9	7,0	11,5
Santa Maria de Belém	4.007	21	43	60	83	0,5	1,1	1,5	2,1
Santa Maria dos Olivais	17.541	207	385	490	777	1,2	2,2	2,8	4,4
Santiago	385				8	0,0	0,0	0,0	2,1
Santo Condestável	8.084	30	51	85	135	0,4	0,6	1,1	1,7
Santo Estêvão	1.035	9	23	36	59	0,9	2,2	3,5	5,7
Santos o Velho	1.819	7	21	38	48	0,4	1,2	2,1	2,6
São Cristóvão e São Lourenço	853	11	19	25	35	1,3	2,2	2,9	4,1
São Domingos de Benfica	14.103	41	95	126	163	0,3	0,7	0,9	1,2
São Francisco Xavier	3.175		7	9	9	0,0	0,2	0,3	0,3
São João	7.336	63	101	160	247	0,9	1,4	2,2	3,4
São João de Brito	5.690	17	28	33	47	0,3	0,5	0,6	0,8
São João de Deus	4.910	12	25	27	46	0,2	0,5	0,5	0,9
São Jorge de Arroios	8.428	34	67	96	174	0,4	0,8	1,1	2,1
São José	1.715	11	30	32	48	0,6	1,7	1,9	2,8
São Mamede	2.738	4	15	21	32	0,1	0,5	0,8	1,2
São Miguel	830	11	44	48	68	1,3	5,3	5,8	8,2
São Nicolau	560		7	8	13	0,0	1,3	1,4	2,3
São Paulo	1.528	9	26	38	51	0,6	1,7	2,5	3,3
São Sebastião da Pedreira	2.542	6	11	12	24	0,2	0,4	0,5	0,9
São Vicente de Fora	2.052	15	33	52	78	0,7	1,6	2,5	3,8
Sé	545	7	13	15	21	1,3	2,4	2,8	3,9
Socorro	1.289	40	73	89	110	3,1	5,7	6,9	8,5
Outros		12	3	3	1				
TOTAL	234.451	2.204	4.351	5.923	8.602	0,9%	1,9%	2,5%	3,7%

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Gráfico n.º 9 - Percentagem de Famílias Beneficiárias de RSI face às Residentes no Ano de 2001



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

O número de famílias e de beneficiários da prestação de Rendimento Social de Inserção (RSI) tem vindo a aumentar desde 2005, na maioria das freguesias de Lisboa.

Marvila é a freguesia que, em 2008, registava o número mais elevado de beneficiários (3 190), e é a única cujo número de famílias abrangidas ultrapassava as 1 100. De referir que a freguesia de Santa Maria dos Olivais era a que detinha o número de famílias mais próximo de 1 000 (777 famílias), e onde o número de beneficiários ultrapassava os 2 000 (ocupando assim o segundo lugar).

Pertencem também ao universo das freguesias com mais beneficiários de RSI, Lumiar e Benfica que registavam mais de 1 500 beneficiários cada, seguidas pela freguesia da Ameixoeira, que apresentava o valor mais próximo (1 485 beneficiários).

A percentagem de famílias beneficiárias de RSI, relativamente ao número de famílias residentes, registadas em 2001 (que seguramente sofreu alterações), conferia à freguesia da Ameixoeira o valor mais elevado: 14,5% das famílias recebiam RSI em 2008, correspondendo a 517 famílias.

Na freguesia de Santa Justa, em 2008, 38 famílias recebiam RSI e representavam 11,5% relativamente ao número de famílias recenseadas em 2001. Refere-se que nesta freguesia residiam em 2001 apenas 330 famílias, valor muito baixo, se compararmos com a maioria das freguesias de Lisboa. A freguesia da Charneca registava 10%, o que lhe confere a terceira posição relativamente à percentagem de famílias beneficiárias de RSI.

Quadro n.º 23 – Número de Famílias e Beneficiários de RSI por Zonas Territoriais da Rede Social de Lisboa

Freguesias	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
ZONA NORTE	660	1.774	1.347	3.864	1.872	5.421	2.559	7.087
ZONA SUL	479	954	1.006	1.943	1.414	2.814	2.091	4.176
ZONA CENTRO-OCIDENTAL	465	1.289	896	2.394	1.180	3.324	1.623	4.496
ZONA ORIENTAL	588	1.616	1.099	3.089	1.454	4.076	2.328	6.091
OUTROS	12	26	3	8	3	9	1	5
TOTAL	2.204	5.659	4.351	11.298	5.923	15.644	8.602	21.855

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

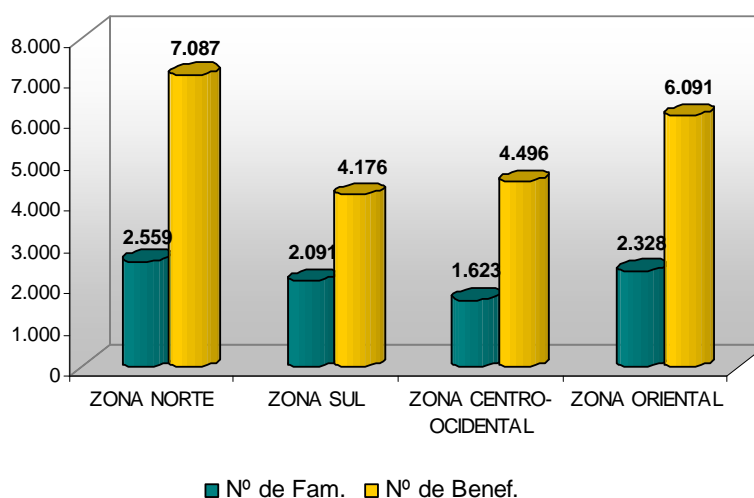
Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A Rede Social de Lisboa considera 4 Zonas Territoriais na cidade, representando cada Zona um conjunto de freguesias já referidas e identificadas no relatório.

Cada uma destas Zonas tem vindo a registar, desde 2005 e até 2008, um aumento significativo, quer no número de famílias, quer no número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção. Em 2005 existiam no total, 5 659 beneficiários em Lisboa e, em 2008, este número subiu para os 21 855, o que representou um crescimento de 286% entre os anos referidos.

Em 2008 a Zona Norte da cidade era a que detinha o maior número de beneficiários e de famílias, mas estes valores encontravam-se muito próximos dos da Zona Oriental.

Gráfico n.º 10 – Número de Famílias e de Beneficiários de RSI por Zonas Territoriais da Rede Social em 2008



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 24 – Número de Famílias e Beneficiários de RSI na Zona Territorial Norte da Rede Social

Freguesias	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
Ameixoeira	120	353	247	749	353	1.100	517	1.485
Benfica	197	449	337	895	453	1.272	578	1.537
Carnide	87	261	216	639	329	924	449	1.215
Charneca	78	210	163	465	216	632	328	934
Lumiar	137	421	289	904	395	1.208	524	1.549
São Domingos de Benfica	41	80	95	212	126	285	163	367
TOTAL	660	1.774	1.347	3.864	1.872	5.421	2.559	7.087

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Das 6 freguesias que constituem a Zona Norte, Lumiar e Benfica, são as que registam os valores mais elevados de beneficiários, 1 549 e 1 537, respectivamente. O mesmo se verifica no número de famílias, contudo, aqui a ordem é invertida e, é Benfica, que regista valor superior ao Lumiar.

O total de 1 774 beneficiários registados em 2005, subiu para 7 087, em 2008. Quanto ao número de famílias subiu de 660, em 2005, para 2 559, em 2008, o que representou um aumento de 288% no intervalo considerado.

Quadro n.º 25 - Número de Famílias e de Beneficiários de RSI na Zona Territorial Sul da Rede Social

Freguesias	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
Anjos	49	74	124	191	168	283	245	406
Castelo			4	9	6	18	9	25
Coração de Jesus	13	18	17	20	28	34	38	51
Encarnação	16	22	36	55	42	65	58	88
Graça	28	65	47	103	66	138	109	223
Lapa	13	23	21	33	28	47	33	59
Madalena			4	6	5	7	6	8
Martires								
Mercês	32	61	51	97	64	124	84	167
Pena	19	48	30	61	48	87	76	136
Penha de França	33	71	75	175	121	268	170	389
Sacramento			16	21	19	25	25	35
Santa Catarina	19	32	35	62	47	87	72	136
Santa Engrácia	14	34	36	70	49	103	77	179
Santa Isabel	16	29	25	50	42	89	59	118
Santa Justa	6	7	13	19	23	34	38	62
Santiago							8	18
Santo Estêvão	9	18	23	46	36	68	59	108
Santos o Velho	7	18	21	40	38	74	48	95
São Cristóvão e São Lourenço	11	22	19	44	25	56	35	73
São João	63	159	101	251	160	435	247	622
São Jorge de Arroios	34	74	67	122	96	174	174	311
São José	11	26	30	62	32	68	48	95
São Mamede	4	6	15	26	21	32	32	55
São Miguel	11	24	44	95	48	120	68	166
São Nicolau			7	7	8	9	13	18
São Paulo	9	13	26	48	38	76	51	122
São Vicente de Fora	15	41	33	85	52	112	78	161
Sé	7	11	13	21	15	25	21	37
Socorro	40	58	73	124	89	156	110	213
TOTAL	479	954	1.006	1.943	1.414	2.814	2.091	4.176

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Em 2008, a Zona Sul registava, no total, 4 176 beneficiários de RSI e 2 091 famílias. Das 30 freguesias que a compõem são de destacar as de São João e Anjos com 622 e 406 beneficiários, respectivamente.

Quadro n.º 26 – Número de Famílias e de Beneficiários de RSI na Zona Territorial Centro - Ocidental da Rede Social

Freguesias	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
Ajuda	127	380	260	763	308	969	433	1.349
Alcântara	46	105	96	208	142	331	193	458
Alto do Pina	36	116	59	175	84	254	100	309
Alvalade	9	19	17	34	18	45	30	75
Campo Grande	60	191	94	290	99	362	119	433
Campolide	45	120	74	222	113	326	170	447
Nossa Senhora de Fátima	43	145	94	268	133	371	168	458
Prazeres	13	26	37	79	57	125	66	153
Santa Maria de Belém	21	42	43	92	60	133	83	176
Santo Condestável	30	84	51	130	85	233	135	354
São Francisco Xavier			7	12	9	14	9	22
São João de Brito	17	28	28	43	33	55	47	93
São João de Deus	12	21	25	50	27	56	46	90
São Sebastião da Pedreira	6	12	11	28	12	50	24	79
TOTAL	465	1.289	896	2.394	1.180	3.324	1.623	4.496

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A Zona Centro - Ocidental de Lisboa engloba 14 freguesias, das quais se destaca a Ajuda, com mais de 1 300 beneficiários de RSI. Este número representa cerca de três vezes mais o número dos casos registados nas freguesias de Alcântara, Nossa Senhora de Fátima e Campolide, com números próximos dos 450 beneficiários cada uma. Nesta Zona de Lisboa existiam 4 496 beneficiários de RSI, em 2008.

Quadro n.º 27 – Número de Famílias e de Beneficiários de RSI na Zona Territorial Oriental da Rede Social

Freguesias	2005		2006		2007		2008	
	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.	Nº de Fam.	Nº de Benef.
Beato	92	220	154	423	197	528	370	893
Marvila	289	835	560	1.597	767	2.176	1.181	3.190
Santa Maria dos Olivais	207	561	385	1.069	490	1.372	777	2.008
TOTAL	588	1.616	1.099	3.089	1.454	4.076	2.328	6.091

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A Zona Oriental inclui as freguesias de Beato, Marvila e Santa Maria dos Olivais, sendo esta última a maior de Lisboa, em área geográfica e em população residente. Contudo, de acordo com a última informação disponível, é a freguesia de Marvila que regista a maior densidade populacional. É nesta freguesia que o número de beneficiários, em 2008, atingiu o valor mais elevado, 3 190 e onde também o número de famílias ultrapassou as 1 100, o que faz com que seja a freguesia de Lisboa, que detém os valores mais elevados de RSI.

Em 2008, na Zona Oriental o total era de 6 091 beneficiários, o que a remete para a segunda posição em termos do número de beneficiários, face à Zona Norte que registava naquele ano, o valor mais elevado (7 087 beneficiários), correspondendo a uma variação de mais 16%.

Quadro n.º 28 – Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio e por Freguesia

Freguesias	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
Ajuda	631	61	124	816	595	56	123	774	538	78	99	715	460	119	103	682
Alcântara	526	50	110	686	503	45	116	664	435	66	91	592	375	100	76	551
Alto do Pina	305	30	53	388	294	32	52	378	281	56	53	390	265	49	53	367
Alvalade	240	27	39	306	264	26	35	325	233	32	41	306	189	39	39	267
Ameixoeira	353	38	90	481	342	42	77	461	355	48	73	476	370	72	73	515
Anjos	363	42	63	468	352	44	61	457	327	59	43	429	285	73	54	412
Beato	456	56	82	594	473	45	97	615	421	68	91	580	361	83	84	528
Benfica	1.440	147	267	1.854	1.408	136	252	1.796	1.161	153	227	1.541	1.023	202	185	1.410
Campo Grande	285	30	69	384	263	19	61	343	222	22	36	280	197	35	39	271
Campolide	495	62	82	639	493	49	81	623	434	69	90	593	429	85	74	588
Carnide	607	72	134	813	616	59	142	817	498	92	114	704	449	114	110	673
Castelo	28		5	33	26		6	32	34		5	39	27		8	35
Charneca	254	35	65	354	251	35	77	363	205	51	61	317	218	75	51	344
Coração de Jesus	100	17	26	143	116	12	14	142	91	19	18	128	86	24	20	130
Encarnação	110	8	20	138	107	11	21	139	78	10	20	108	70	21	16	107
Graça	219	27	41	287	236	30	48	314	179	46	37	262	180	61	24	265
Lapa	240	9	49	298	216	15	51	282	187	12	43	242	167	24	40	231
Lumiar	1.157	107	187	1.451	1.138	86	167	1.391	1.022	128	161	1.311	877	174	151	1.202
Madalena	16			16	20			20	9			9	13			13
Mártires	18			18	15			15	12			12	11			11
Marvila	1.563	210	403	2.176	1.544	175	347	2.066	1.323	252	289	1.864	1.179	321	228	1.728
Mercês	150	14	23	187	148	14	24	186	127	18	26	171	127	23	29	179
Nossa Senhora de Fátima	341	34	65	440	339	41	62	442	320	40	38	398	283	49	53	385
Penha	136	19	28	183	165	19	28	212	135	30	32	197	123	46	32	201
Penha de França	379	43	76	498	388	47	80	515	351	58	62	471	342	80	61	483
Prazeres	154	17	25	196	187	16	26	229	174	17	34	225	163	27	37	227
Sacramento	28			28	28			28	26		4	34	16			20
Santa Catarina	136	13	28	177	123	14	21	158	103	12	19	134	91	20	19	130
Santa Engrácia	172	17	29	218	193	20	33	246	156	33	40	229	162	40	34	236
Santa Isabel	163	13	39	215	150	9	30	189	134	18	26	178	125	19	18	162
Santa Justa	32	6		38	28			28	27	8	7	42	21	4	8	33
Santa Maria de Belém	465	29	73	567	457	29	73	559	367	31	72	470	265	40	59	364
Santa Maria dos Olivais	1.545	166	305	2.016	1.542	134	267	1.943	1.348	209	223	1.780	1.140	252	224	1.616
Santiago	27	5		32	24	6		30	26		7	33	18		4	22
Santo Condestável	416	58	95	569	394	48	85	527	391	55	85	531	347	70	71	488
Santo Estêvão	69	4	9	82	63	5	10	78	53	7	13	73	34	10	7	51
Santos-O-Velho	106	11	26	143	108	18	25	151	90	12	24	126	88	14	21	123
São Cristóvão e São Lourenço	43	8	9	60	49	10	10	69	49	8	7	64	54	12	8	74
São Domingos de Benfica	743	47	129	919	723	59	108	890	628	81	99	808	603	97	93	793
São Francisco Xavier	170	5	24	199	143	5	19	167	120	11	23	154	117	19	13	149
São João	431	53	82	566	428	52	80	560	390	59	80	529	354	99	77	530
São João de Brito	237	19	36	292	252	19	35	306	231	31	34	296	222	35	28	285
São João de Deus	245	13	31	289	272	17	37	326	222	26	39	287	183	31	34	248
São Jorge de Arroios	552	63	109	724	569	62	91	722	495	71	87	653	454	106	81	641
São José	85	20	21	126	85	13	19	117	68	13	17	98	69	23	14	106
São Mamede	123	14	24	161	119	9	20	148	99	11	18	128	82	15	17	114
São Miguel	50	4	13	67	49	5	8	62	41	7	13	61	28	11	11	50
São Nicolau	32	4	6	42	33		8	41	27		5	32	26	6	4	36
São Paulo	104	13	21	138	105	12	18	135	98	14	17	129	77	21	19	117
São Sebastião da Pedreira	237	26	40	303	223	22	35	280	211	29	26	266	168	33	32	233
São Vicente de Fora	101	13	26	140	110	13	18	141	96	20	21	137	72	23	21	116
Sé	36		9	45	28			28	30	7	5	42	23	10		33
Socorro	131	17	27	175	125	16	32	173	98	31	17	146	93	39	18	150
Outros	141	16	27	184	68	20	28	116	40	9	17	66	23	9	7	39
TOTAL	17.186	1.812	3.364	22.362	16.990	1.671	3.162	21.823	14.816	2.246	2.824	19.886	13.224	2.954	2.586	18.764

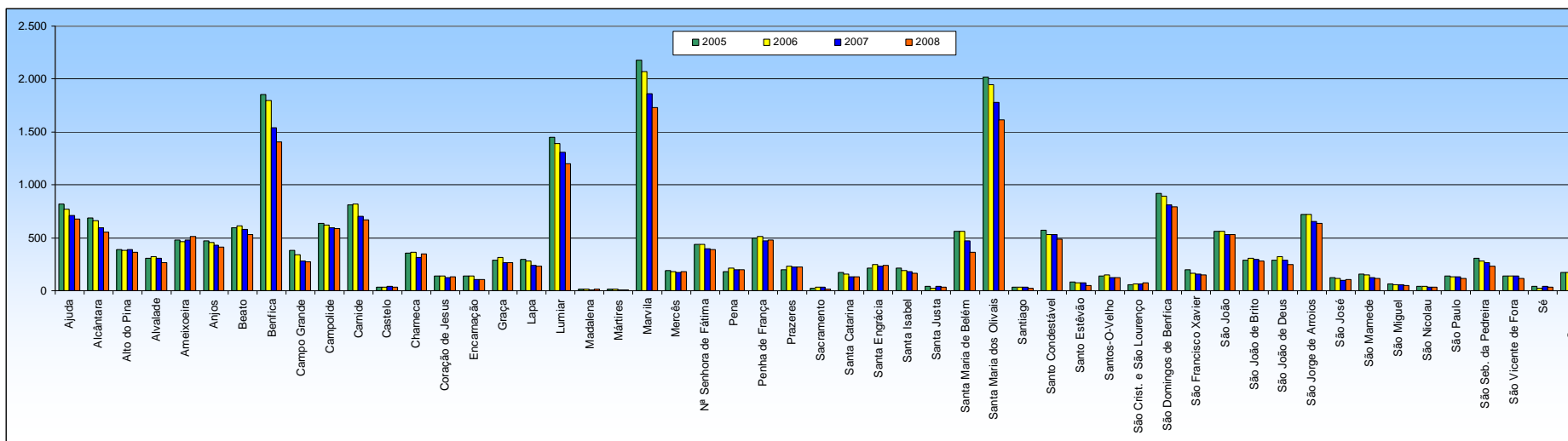
Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

As Prestações de Desemprego têm vindo a registar, no total do número de beneficiários, um decréscimo progressivo desde 2005. De referir que o total de 22 362 beneficiários em 2005, decresceu para 18 764 em 2008, o que representou menos 16% de beneficiários no total.

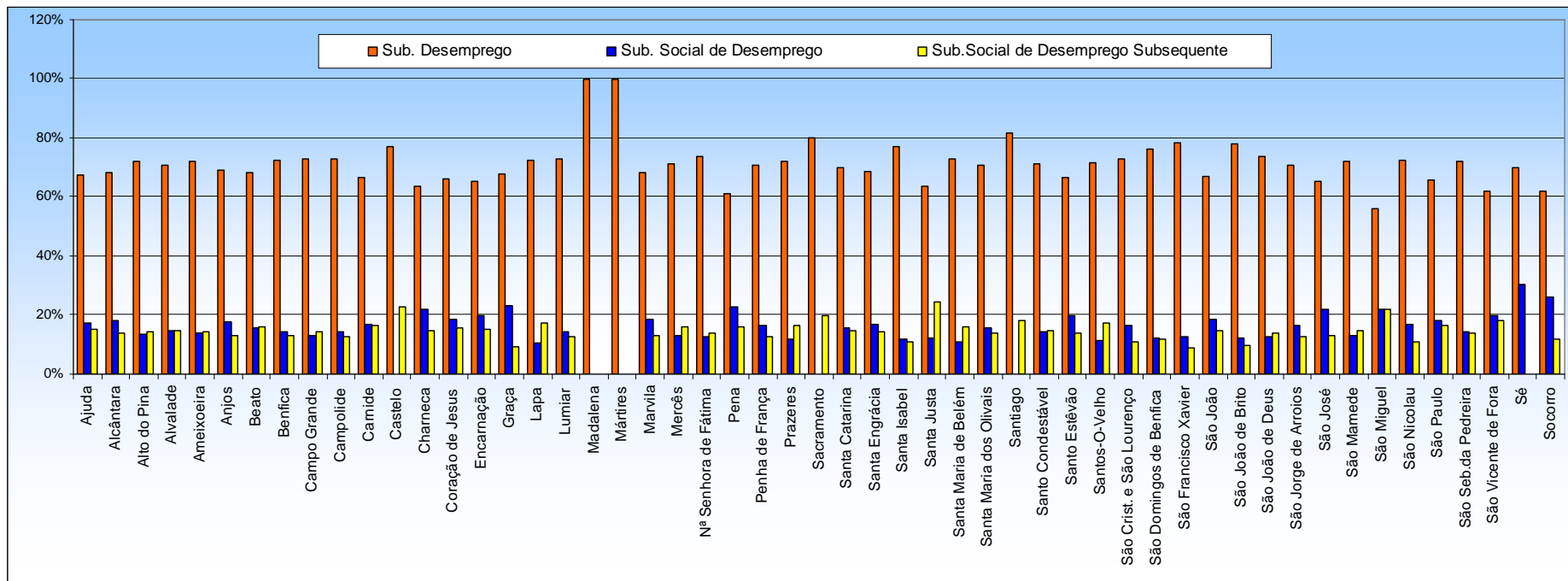
Contudo, o Subsídio Social de Desemprego registou um ligeiro decréscimo entre 2005 e 2006 (cerca de 7%), tendo, no entanto, no triénio de 2006/2008 registado um aumento de 77%. O Subsídio Social de Desemprego Subsequente manteve igualmente decréscimos pouco significativos no período entre 2005 e 2008. No entanto, esse decréscimo traduziu-se em 23% se observarmos apenas os totais de 2005 e 2008.

Gráfico n.º 11 – Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Freguesia



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Gráfico n.º 12 – Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio e por Freguesia



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 29 – Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio e por Zonas Territoriais da Rede Social

ZONAS	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
ZONA NORTE	4.554	446	872	5.872	4.478	417	823	5.718	3.869	553	735	5.157	3.540	734	663	4.937
ZONA SUL	4.180	457	809	5.446	4.206	456	760	5.422	3.636	592	708	4.936	3.318	824	669	4.811
ZONA CENTRO-OCIDENTAL	4.747	461	866	6.074	4.679	424	840	5.943	4.179	563	761	5.503	3.663	731	711	5.105
ZONA ORIENTAL	3.564	432	790	4.786	3.559	354	711	4.624	3.092	529	603	4.224	2.680	656	536	3.872
OUTROS	141	16	27	184	68	20	28	116	40	9	17	66	23	9	7	39
TOTAL	17.186	1.812	3.364	22.362	16.990	1.671	3.162	21.823	14.816	2.246	2.824	19.886	13.224	2.954	2.586	18.764

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

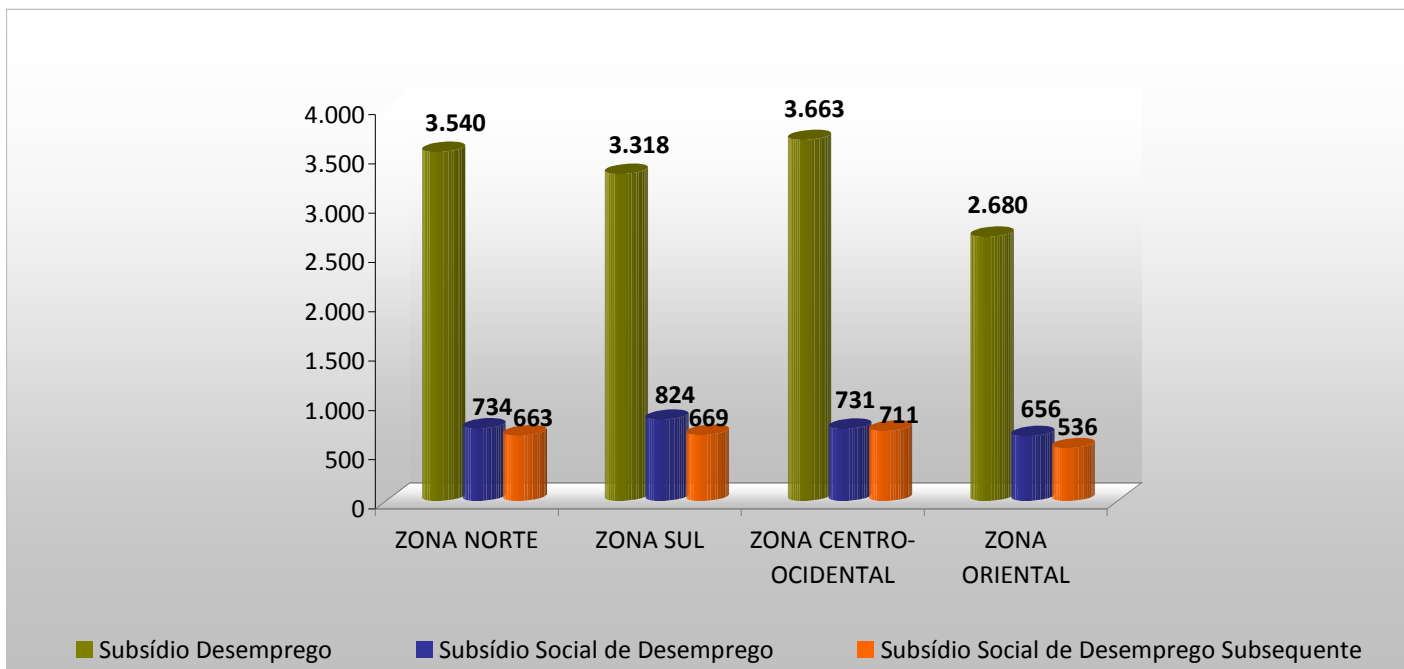
Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

As Prestações de Desemprego registavam, em 2008, o maior número de beneficiários nas Zonas Centro-Occidental e Norte, muito embora a diferença que distanciava esta última da Zona Sul fosse apenas de, aproximadamente, 1 000 beneficiários no total, o que remetia a Zona Oriental para o último lugar. De referir, no entanto, que é na Zona Oriental que se situam as duas freguesias que mais beneficiários registavam no seu total, em 2008, Marvila (1 728) e Santa Maria dos Olivais (1 616).

Das 53 freguesias de Lisboa foram Marvila e Santa Maria dos Olivais que, entre 2005 e 2008, registaram o número mais elevado de beneficiários de Prestações de Desemprego. Benfica e Lumiar também apresentavam, naquele período um número de beneficiários mais elevado do que a maioria das outras freguesias, o que evidencia a prevalência de população em idade activa e em situação de desemprego maioritariamente em duas freguesias na Zona Oriental e em duas freguesias na Zona Norte da cidade.

De acordo com os dados relativos às quatro Zonas Territoriais de Lisboa, em 2008, relativamente às Prestações de Desemprego, por tipo de Subsídio, o Gráfico nº 13 ilustra a similaridade entre o total de beneficiários, quer de Subsídio Social de Desemprego quer de Subsídio Social de Desemprego Subsequente, em todas elas. Isto é, o total de beneficiários de ambas as Prestações não apresenta valores muito díspares em cada uma das Zonas Territoriais, sendo de referir que é na Zona Sul que, no entanto se verifica o valor mais elevado (824 beneficiários) relativamente ao Subsídio Social de Desemprego.

Gráfico n.º 13 - Número de Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio e por Zonas Territoriais da Rede Social de Lisboa em 2008



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 30 - Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio na Zona Territorial Norte da Rede Social

Freguesias	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
Ameixoeira	353	38	90	481	342	42	77	461	355	48	73	476	370	72	73	515
Benfica	1.440	147	267	1.854	1.408	136	252	1.796	1.161	153	227	1.541	1.023	202	185	1.410
Carnide	607	72	134	813	616	59	142	817	498	92	114	704	449	114	110	673
Charneca	254	35	65	354	251	35	77	363	205	51	61	317	218	75	51	344
Lumiar	1.157	107	187	1.451	1.138	86	167	1.391	1.022	128	161	1.311	877	174	151	1.202
São Domingos de Benfica	743	47	129	919	723	59	108	890	628	81	99	808	603	97	93	793
TOTAL	4.554	446	872	5.872	4.478	417	823	5.718	3.869	553	735	5.157	3.540	734	663	4.937

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Ao analisar os dados das Prestações de Desemprego, na Zona Norte, verifica-se que, em 2008, era a freguesia de Benfica que registava o maior número de beneficiários, logo seguida do Lumiar, o que representava 28,5% e 24,3%, respectivamente, do total de beneficiários naquela Zona (4 937).

Quadro n.º 31 - Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio na Zona Territorial Sul da Rede Social

Freguesias	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
Anjos	363	42	63	468	352	44	61	457	327	59	43	429	285	73	54	412
Castelo	28		5	33	26		6	32	34	5		39	27		8	35
Coração de Jesus	100	17	26	143	116	12	14	142	91	19	18	128	86	24	20	130
Encarnação	110	8	20	138	107	11	21	139	78	10	20	108	70	21	16	107
Graça	219	27	41	287	236	30	48	314	179	46	37	262	180	61	24	265
Lapa	240	9	49	298	216	15	51	282	187	12	43	242	167	24	40	231
Madalena	16			16	20			20	9			9	13			13
Mártires	18			18	15			15	12			12	11			11
Mercês	150	14	23	187	148	14	24	186	127	18	26	171	127	23	29	179
Pena	136	19	28	183	165	19	28	212	135	30	32	197	123	46	32	201
Penha de França	379	43	76	498	388	47	80	515	351	58	62	471	342	80	61	483
Sacramento	28			28	28		4	32	26	4	4	34	16		4	20
Santa Catarina	136	13	28	177	123	14	21	158	103	12	19	134	91	20	19	130
Santa Engrácia	172	17	29	218	193	20	33	246	156	33	40	229	162	40	34	236
Santa Isabel	163	13	39	215	150	9	30	189	134	18	26	178	125	19	18	162
Santa Justa	32	6		38	28			28	27	8	7	42	21	4	8	33
Santiago	27	5		32	24	6		30	26		7	33	18		4	22
Santo Estêvão	69	4	9	82	63	5	10	78	53	7	13	73	34	10	7	51
Santos-O-Velho	106	11	26	143	108	18	25	151	90	12	24	126	88	14	21	123
São Cristóvão e São Lourenço	43	8	9	60	49	10	10	69	49	8	7	64	54	12	8	74
São João	431	53	82	566	428	52	80	560	390	59	80	529	354	99	77	530
São Jorge de Arroios	552	63	109	724	569	62	91	722	495	71	87	653	454	106	81	641
São José	85	20	21	126	85	13	19	117	68	13	17	98	69	23	14	106
São Mamede	123	14	24	161	119	9	20	148	99	11	18	128	82	15	17	114
São Miguel	50	4	13	67	49	5	8	62	41	7	13	61	28	11	11	50
São Nicolau	32	4	6	42	33		8	41	27		5	32	26	6	4	36
São Paulo	104	13	21	138	105	12	18	135	98	14	17	129	77	21	19	117
São Vicente de Fora	101	13	26	140	110	13	18	141	96	20	21	137	72	23	21	116
Sé	36		9	45	28			28	30	7	5	42	23	10		33
Socorro	131	17	27	175	125	16	32	173	98	31	17	146	93	39	18	150
TOTAL	4.180	457	809	5.446	4.206	456	760	5.422	3.636	592	708	4.936	3.318	824	669	4.811

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Como já atrás foi referido a Zona Sul é constituída por 30 freguesias das quais, S. Jorge de Arroios e S. João são as que têm vindo a registar, desde 2005, o maior número de beneficiários de Prestações de Desemprego. Em 2008 S. Jorge detinha 13% e S. João 11% do total dos beneficiários daquela Zona. Ainda naquele ano, na Penha de França verificava-se o terceiro total mais elevado do número de beneficiários (10%).

Quadro n.º 32 - Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio na Zona Territorial Centro-Occidental da Rede Social

Freguesias	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
Ajuda	631	61	124	816	595	56	123	774	538	78	99	715	460	119	103	682
Alcântara	526	50	110	686	503	45	116	664	435	66	91	592	375	100	76	551
Alto do Pina	305	30	53	388	294	32	52	378	281	56	53	390	265	49	53	367
Alvalade	240	27	39	306	264	26	35	325	233	32	41	306	189	39	39	267
Campo Grande	285	30	69	384	263	19	61	343	222	22	36	280	197	35	39	271
Campolide	495	62	82	639	493	49	81	623	434	69	90	593	429	85	74	588
Nossa Senhora de Fátima	341	34	65	440	339	41	62	442	320	40	38	398	283	49	53	385
Prazeres	154	17	25	196	187	16	26	229	174	17	34	225	163	27	37	227
Santa Maria de Belém	465	29	73	567	457	29	73	559	367	31	72	470	265	40	59	364
Santo Condestável	416	58	95	569	394	48	85	527	391	55	85	531	347	70	71	488
São Francisco Xavier	170	5	24	199	143	5	19	167	120	11	23	154	117	19	13	149
São João de Brito	237	19	36	292	252	19	35	306	231	31	34	296	222	35	28	285
São João de Deus	245	13	31	289	272	17	37	326	222	26	39	287	183	31	34	248
São Sebastião da Pedreira	237	26	40	303	223	22	35	280	211	29	26	266	168	33	32	233
TOTAL	4.747	461	866	6.074	4.679	424	840	5.943	4.179	563	761	5.503	3.663	731	711	5.105

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A Zona Centro-Occidental engloba 14 freguesias das quais se destacam, a Ajuda e Campolide, por registarem, em 2008, o maior número de beneficiários de Prestações de Desemprego, 13,3% e 11,5% respectivamente. Alcântara é a terceira freguesia, com um total de beneficiários também elevado, em relação às restantes freguesias, registando 10,7%.

Quadro n.º 33 - Beneficiários com Prestações de Desemprego, por Tipo de Subsídio na Zona Territorial Oriental da Rede Social

Freguesias	2005				2006				2007				Ano 2008			
	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL	Subsídio Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego Subsequente	TOTAL
Beato	456	56	82	594	473	45	97	615	421	68	91	580	361	83	84	528
Marvila	1.563	210	403	2.176	1.544	175	347	2.066	1.323	252	289	1.864	1.179	321	228	1.728
Santa Maria dos Olivais	1.545	166	305	2.016	1.542	134	267	1.943	1.348	209	223	1.780	1.140	252	224	1.616
TOTAL	3.564	432	790	4.786	3.559	354	711	4.624	3.092	529	603	4.224	2.680	656	536	3.872

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Da observação das 3 freguesias da Zona Oriental de Lisboa constata-se que, em 2008, as freguesias de Marvila e Santa Maria dos Olivais, registavam totais de beneficiários muito próximos, o que representava 44,6% e 43,3%, respectivamente. De referir, que nesta Zona o total de beneficiários com Prestações de Desemprego registou um decréscimo progressivo entre 2005 (4 786) e 2008 (3 872). Durante este quadriénio verificou-se um decréscimo de ano para ano, cifrando-se a diferença percentual, entre 2005 e 2008, em menos 19% no número total de beneficiários.

Quadro n.º 34 – Número de Pensionistas de Velhice em Lisboa

	2005	2006	2007	2008
Pensão Velhice	128.302	129.859	130.947	131.722
Pensão Social Velhice	2.262	2.098	2.035	2.036
Total de Pensão de Velhice	130.564	131.957	132.982	133.758

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 35 – Número de Pensionistas de Invalidez em Lisboa

	2005	2006	2007	2008
Pensão Invalidez	21.365	20.110	18.684	17.062
Pensão Social Invalidez	2.007	1.935	1.952	1.991
Total de Pensão de Invalidez	23.372	22.045	20.636	19.053

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 36 – Número de Pensionistas de Sobrevivência em Lisboa

	2005	2006	2007	2008
Pensão Sobrevivência	47.617	47.485	47.162	46.649
Pensão Social Sobrevivência	156	154	138	126
Total de Pensão de Sobrevivência	47.773	47.639	47.300	46.775

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Em Lisboa o número de indivíduos com Pensão de Velhice registou um aumento progressivo entre 2005 e 2008, o mesmo já não se verificando com a Pensão Social de Velhice que, de 2005 até 2008, revelou um decréscimo no número de beneficiários, passando de 2 262 para 2 036.

O número de pensionistas de Invalidez e de pensionistas de Sobrevivência em Lisboa, revelou igualmente um decréscimo no seu total de 2005 para 2008. O número de pensionistas de Invalidez diminuiu em 20% de 2005 em relação a 2008 e o número de pensionistas de Sobrevivência, no mesmo período, registou, em Lisboa, também um decréscimo, mas com discreta representatividade, apenas 2%.

As Pensões Sociais, Velhice, Invalidez e Sobrevivência evidenciaram, durante o período em análise (2005-2008), oscilações pouco significativas, que, nalguns anos, representavam um aumento de 17 beneficiários (Invalidez, 2006-2007) e noutros, uma diminuição de 16 beneficiários (Sobrevivência, 2006-2007).

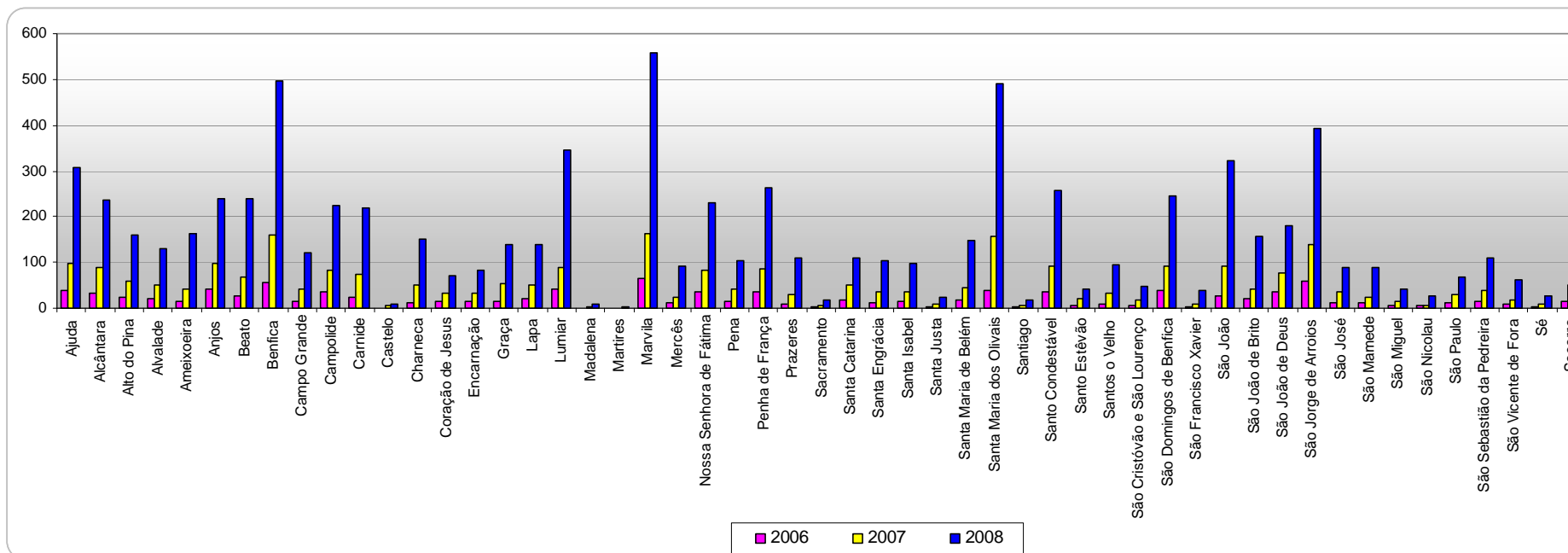
Quadro n.º 37 – Número de Beneficiários de Complemento Solidário para Idosos (CSI)

Freguesias	2006	2007	2008
Ajuda	37	97	306
Alcântara	33	89	237
Alto do Pina	25	59	159
Alvalade	21	50	130
Ameixoeira	14	40	163
Anjos	41	98	238
Beato	27	69	240
Benfica	56	161	498
Campo Grande	16	41	120
Campolide	36	82	226
Carnide	23	75	220
Castelo		5	10
Charneca	11	50	150
Coração de Jesus	16	32	72
Encarnação	14	32	83
Graça	16	53	138
Lapa	20	49	139
Lumiar	42	90	346
Madalena			9
Martires			
Marvila	66	162	559
Mercês	11	24	91
Nossa Senhora de Fátima	35	83	230
Pena	15	40	103
Penha de França	34	87	262
Prazeres	10	31	109
Sacramento		7	17
Santa Catarina	18	50	110
Santa Engrácia	11	34	104
Santa Isabel	16	34	98
Santa Justa	4	8	24
Santa Maria de Belém	19	44	148
Santa Maria dos Olivais	39	158	492
Santiago		6	18
Santo Condestável	36	92	258
Santo Estêvão	7	20	40
Santos o Velho	9	33	94
São Cristóvão e São Lourenço	5	19	47
São Domingos de Benfica	38	93	246
São Francisco Xavier	4	8	39
São João	26	91	323
São João de Brito	22	42	156
São João de Deus	34	77	180
São Jorge de Arroios	59	138	392
São José	11	35	90
São Mamede	11	25	89
São Miguel	6	16	40
São Nicolau	5	7	27
São Paulo	13	29	69
São Sebastião da Pedreira	14	37	108
São Vicente de Fora	8	18	62
Sé	4	8	26
Socorro	14	51	104
Outros	14	36	196
Total	1.066	2.815	8.435

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Gráfico n.º 14 - Número de Beneficiários de Complemento Solidário para Idosos por Freguesia (CSI)



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

O número total de Beneficiários de Complemento Solidário para Idosos em Lisboa registou um aumento muito significativo, cerca de 7 vezes mais, de 2006 para 2008, passando de 1 066 para 8 435 naquele período, situação para a qual também contribuiu a alteração nos critérios de acesso a esta prestação social.

Existem 5 freguesias onde não foi possível apurar com exactidão esses valores ao longo daquele triénio, contudo, nas restantes 48, é generalizado e claro o referido aumento. Em 2008, era Marvila a que revelava o maior número, 559 beneficiários, Benfica e Santa Maria dos Olivais registavam valores muito próximos, 498 e 492, respectivamente.

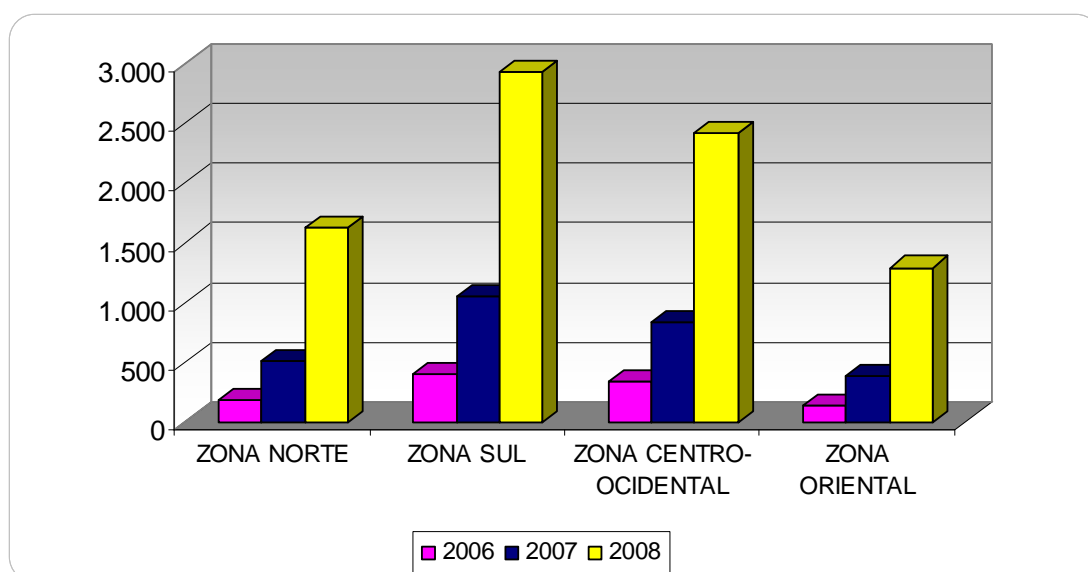
Quadro n.º 38 – Número de Beneficiários de CSI por Zonas Territoriais da Rede Social

Freguesias	2006	2007	2008
ZONA NORTE	184	509	1.623
ZONA SUL	401	1.051	2.922
ZONA CENTRO-OCIDENTAL	342	832	2.406
ZONA ORIENTAL	132	389	1.291
OUTROS	7	34	193
Total	1.066	2.815	8.435

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Gráfico n.º 15 - Número de Beneficiários de CSI por Zonas Territoriais da Rede Social de Lisboa



Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Ao analisar as Zonas Territoriais de Lisboa relativamente ao CSI, em 2008, constata-se que é na Zona Sul, constituída na sua maioria por pequenas freguesias, englobando o casco da cidade, que se verifica o maior número de beneficiários deste Complemento (2 922), o que equivale a 35% do total. A Zona Centro – Ocidental detinha 29% (2 406) beneficiários e a Zona Norte com (1 623 beneficiários), registava 19% do total das quatro Zonas. Por último, a Zona Oriental com 1 291 beneficiários representava 15%.

Quadro n.º 39 – Número de Beneficiários com Prestações de CSI na Zona Territorial Norte da Rede Social

Freguesias	2006	2007	2008
Ameixoeira	14	40	163
Benfica	56	161	498
Carnide	23	75	220
Charneca	11	50	150
Lumiar	42	90	346
São Domingos de Benfica	38	93	246
Total	184	509	1.623

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

A Zona Norte de Lisboa registava, em 2008, na freguesia de Benfica, o número de beneficiários mais elevado (498), que representava 30,6% do total das seis freguesias que compõem aquela Zona. O Lumiar detinha 21% (346 beneficiários).

Quadro n.º 40 – Número de Beneficiários com Prestações de CSI na Zona Territorial Sul da Rede Social

Freguesias	2006	2007	2008
Anjos	41	98	238
Castelo	1	5	10
Coração de Jesus	16	32	72
Encarnação	14	32	83
Graça	16	53	138
Lapa	20	49	139
Madalena	1	2	9
Mártires			3
Mercês	11	24	91
Pena	15	40	103
Penha de França	34	87	262
Sacramento	3	7	17
Santa Catarina	18	50	110
Santa Engrácia	11	34	104
Santa Isabel	16	34	98
Santa Justa	4	8	24
Santiago	2	6	18
Santo Estêvão	7	20	40
Santos-O-Velho	9	33	94
São Cristóvão e São Lourenço	5	19	47
São João	26	91	323
São Jorge de Arroios	59	138	392
São José	11	35	90
São Mamede	11	25	89
São Miguel	6	16	40
São Nicolau	5	7	27
São Paulo	13	29	69
São Vicente de Fora	8	18	62
Sé	4	8	26
Socorro	14	51	104
Total	401	1.051	2.922

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Quadro n.º 41 – Número de Beneficiários com Prestações de CSI na Zona Territorial Centro - Ocidental da Rede Social

Freguesias	2006	2007	2008
Ajuda	37	97	306
Alcântara	33	89	237
Alto do Pina	25	59	159
Alvalade	21	50	130
Campo Grande	16	41	120
Campolide	36	82	226
Nossa Senhora de Fátima	35	83	230
Prazeres	10	31	109
Santa Maria de Belém	19	44	148
Santo Condestável	36	92	258
São Francisco Xavier	4	8	39
São João de Brito	22	42	156
São João de Deus	34	77	180
São Sebastião da Pedreira	14	37	108
Total	342	832	2.406

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Na Zona Centro – Ocidental, das 14 freguesias que a compõem, era a freguesia da Ajuda que, em 2008, detinha o maior número de beneficiários, 13%.

Santo Condestável é onde se verificava o valor mais próximo do primeiro, não alcançando no entanto, os 300 beneficiários cifrando-se em 11%. Alcântara e Nossa Senhora de Fátima detinham, naquele ano, 10% dos beneficiários desta prestação.

Quadro n.º 42 – Número de Beneficiários com Prestações de CSI na Zona Territorial Oriental da Rede Social

Freguesias	2006	2007	2008
Beato	27	69	240
Marvila	66	162	559
Santa Maria dos Olivais	39	158	492
Total	132	389	1.291

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Em 2008, os beneficiários de CSI residentes nas freguesias da Zona Oriental eram mais numerosos na freguesia de Marvila, 43% e em Santa Maria dos Olivais, 38%.

Quadro n.º 43 – Número de Titulares com Abono de Família por Freguesia

Freguesias	2005	2006	2007	2008
Ajuda	2.291	2.306	2.481	2.665
Alcântara	1.674	1.655	1.824	1.938
Alto Do Pina	1.316	1.326	1.502	1.632
Alvalade	734	756	873	994
Ameixoeira	1.694	1.734	1.882	2.018
Anjos	1.059	1.099	1.325	1.456
Beato	1.673	1.680	1.773	1.870
Benfica	4.353	4.346	4.637	4.781
Campo Grande	1.142	1.208	1.352	1.463
Campolide	1.739	1.708	1.825	1.892
Carnide	2.695	2.641	2.770	2.848
Castelo	66	63	72	71
Charneca	1.445	1.415	1.484	1.557
Coração De Jesus	301	292	332	360
Encarnação	340	335	358	360
Graça	693	693	767	802
Lapa	812	774	831	874
Lumiar	5.106	5.018	5.284	5.481
Madalena	57	58	54	59
Mártires	65	62	61	63
Marvila	7.051	6.873	7.146	7.298
Mercês	429	407	414	433
Nossa Senhora De Fátima	1.233	1.188	1.268	1.349
Pena	460	460	487	515
Penha De França	1.328	1.318	1.372	1.466
Prazeres	653	638	672	720
Sacramento	160	150	144	131
Santa Catarina	423	419	439	442
Santa Engrácia	530	516	550	583
Santa Isabel	585	541	572	600
Santa Justa	96	87	101	107
Santa Maria De Belém	1.799	1.647	1.629	1.597
Santa Maria Dos Olivais	5.641	5.538	5.866	6.176
Santiago	196	178	165	144
Santo Condestável	1.527	1.465	1.538	1.632
Santo Estêvão	184	169	180	179
Santos-O-Velho	450	413	454	482
São Cristóvão E São Lourenço	192	179	191	206
São Domingos De Benfica	2.037	1.985	2.113	2.297
São Francisco Xavier	556	556	618	711
São João	1.507	1.468	1.585	1.632
São João De Brito	733	696	746	771
São João De Deus	687	655	709	760
São Jorge De Arroios	1.694	1.733	1.973	2.208
São José	290	288	308	339
São Mamede	365	357	377	408
São Miguel	227	205	215	213
São Nicolau	67	77	79	92
São Paulo	355	344	358	374
São Sebastião Da Pedreira	788	863	1.025	1.196
São Vicente De Fora	338	328	341	384
Sé	111	110	122	123
Socorro	434	423	451	471
Outros	349	317	301	269
Total	62.730	61.760	65.996	69.492

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

O número total de titulares com Abono de Família registou um aumento progressivo no quadriénio 2005/2008, que representou 10% a mais, no número de titulares de 2005 para 2008.

A freguesia de Marvila detinha o valor mais elevado 10,5% do total e Santa Maria dos Olivais registava também em 2008, 8,8% dos referidos titulares.

Lumiar e Benfica eram as outras duas freguesias com o número mais elevado de titulares, registando 7,8% e 6,8%, respectivamente. A título de curiosidade refere-se que as freguesias da Madalena (Baixa Lisboeta), e Mártires (freguesia mais pequena de Lisboa, na Zona do Chiado), eram as que apresentavam os totais mais baixos, relativamente aos titulares de Abono de Família, 0,08% (59 titulares) e 0,09% (63 titulares) respectivamente.

Quadro n.º 44 – Número de Titulares com Abono de Família por Escalão de Rendimento, em Lisboa

Escalão de Rendimentos	2005		2006		2007		2008	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1º Escalão	26.801	42,7	27.145	44,0	27.940	42,3	25.996	37,4
2º Escalão	13.010	20,7	12.508	20,3	13.993	21,2	16.268	23,4
3º Escalão	7.336	11,7	7.016	11,4	7.711	11,7	8.649	12,4
4º Escalão	7.926	12,6	7.676	12,4	8.345	12,6	9.238	13,3
5º Escalão	7.657	12,2	7.415	12,0	8.007	12,1	9.341	13,4
TOTAL	62.730	100,0	61.760	100,0	65.996	100,0	69.492	100,0

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS.

Os titulares com Abono de Família estão distribuídos por cinco escalões de rendimento, correspondendo o 1º escalão aos agregados com os rendimentos mais baixos.

O primeiro escalão, no ano de 2008, detinha 37,4% do total, representando assim a percentagem mais elevada de titulares.

O segundo escalão embora representando 23,4% do total, registava em 2008, menos 9 728 titulares do que o primeiro escalão.

No terceiro escalão verificava-se a percentagem mais baixa 12,4% do total, registando-se nos quarto e quinto escalões percentagens um pouco mais elevadas e muito semelhantes, 13,3% e 13,4%, respectivamente.

Quadro n.º 45 – Número de Titulares de Abono de Família por Escalão de Rendimento e por Freguesia

FREGUESIAS	2008					
	Escalões de Rendimentos					Total
	1	2	3	4	5	
Ajuda	1.181	624	274	350	236	2.665
Alcântara	749	467	232	232	258	1.938
Alto do Pina	688	377	181	208	178	1.632
Alvalade	275	186	144	165	224	994
Ameixoeira	1.084	452	181	170	131	2.018
Anjos	586	322	185	187	176	1.456
Beato	768	525	240	206	131	1.870
Benfica	1.648	1.071	672	663	727	4.781
Campo Grande	539	326	157	219	222	1.463
Campolide	760	485	229	212	206	1.892
Carnide	1.218	615	317	308	390	2.848
Castelo	28	23	8	8	4	71
Charneca	906	409	126	84	32	1.557
Coração de Jesus	108	80	43	63	66	360
Encarnação	136	69	47	48	60	360
Graça	329	208	107	83	75	802
Lapa	233	185	91	157	208	874
Lumiar	1.872	1.174	594	733	1.108	5.481
Madalena	25	18	8	4	4	59
Mártires	17	17	11	9	9	63
Marvila	3.320	1.977	922	740	339	7.298
Mercês	155	117	62	38	61	433
Nossa Senhora de Fátima	467	281	152	191	258	1.349
Pena	206	153	61	54	41	515
Penha de França	484	376	206	201	199	1.466
Prazeres	255	172	98	96	99	720
Sacramento	73	23	11	18	6	131
Santa Catarina	150	135	64	56	37	442
Santa Engrácia	234	151	63	79	56	583
Santa Isabel	178	126	86	88	122	600
Santa Justa	51	26	10	11	9	107
Santa Maria de Belém	373	308	221	328	367	1.597
Santa Maria dos Olivais	2.106	1.416	837	930	887	6.176
Santiago	98	14	16	7	9	144
Santo Condestável	587	401	208	231	205	1.632
Santo Estêvão	77	47	21	18	16	179
Santos-O-Velho	177	112	59	77	57	482
São Cristóvão E São Lourenço	84	67	24	17	14	206
São Domingos de Benfica	495	450	330	421	601	2.297
São Francisco Xavier	133	117	104	152	205	711
São João	657	405	229	193	148	1.632
São João de Brito	180	145	99	171	176	771
São João de Deus	189	127	86	147	211	760
São Jorge de Arroios	715	520	322	337	314	2.208
São José	133	95	45	45	21	339
São Mamede	110	71	55	79	93	408
São Miguel	115	57	20	14	7	213
São Nicolau	31	27	16	10	8	92
São Paulo	172	105	35	34	28	374
São Sebastião da Pedreira	290	284	190	210	222	1.196
São Vicente de Fora	152	107	51	48	26	384
Sé	58	29	10	14	12	123
Socorro	253	125	46	31	16	471
Outros	88	69	43	43	26	269
TOTAL	25.996	16.268	8.649	9.238	9.341	69.492

Outros: Situações que não estão contempladas nos totais por freguesia.

Fonte: Instituto de Informática, IP – MTSS

Em 2008, Marvila detinha o número mais elevado de titulares de abono de família no 1º escalão de rendimentos, (famílias com rendimentos mais baixos), e no total desta prestação, o que representava 11% do concelho de Lisboa. Santa Maria dos Olivais registava 9%, Lumiar 8% e Benfica 7%.

Da observação do Quadro n.º 45 constata-se que relativamente ao 5º escalão, (onde estão incluídas as famílias com os rendimentos superiores) é a freguesia do Lumiar que apresenta o valor mais elevado, 1 108 titulares, destacando-se assim de todas as outras freguesias, cujo outro total mais elevado, no 5º escalão de rendimentos, é de 887 titulares em Santa Maria dos Olivais.

Ainda no 5º escalão verifica-se que Benfica detinha igualmente um número elevado de famílias, 727.

As freguesias dos Mártires e da Madalena são as que, no 1º escalão de rendimentos, registam o número mais baixo de famílias, 17 e 25, respectivamente, o que reforça o facto de ser nesta zona de Lisboa que residem menos titulares de abono de família e com baixos rendimentos.

Com valores próximos dos atrás mencionados, de referir ainda a freguesia do Castelo (28 titulares) e de São Nicolau (31).

Em síntese, em 2008, nas Zonas Oriental e Norte encontravam-se as 4 freguesias onde residia o maior número de titulares de Abono de Família de Lisboa, que se encontravam posicionados no 1º escalão de rendimentos por apresentarem escassos rendimentos económicos.

Ainda no âmbito da Vulnerabilidade Social é de referir a toxicodependência, comumente definida como a redução dos recursos sociais, psicológicos e neurohormonais de uma pessoa em resultado de um consumo problemático de substâncias legais ou ilegais.

É cada vez mais incontornável o facto de que ao falar de mecanismos de exclusão social se fala obrigatoriamente de toxicodependência.

São muitos os estudos, os resultados, os cálculos e taxas sobre este grave fenómeno social, económico e cultural, que cada vez mais impõe a adopção de medidas concertadas no combate à precariedade das condições e das sociedades.

Todos conhecemos alguns dos factores de risco considerados como potenciadores do fenómeno. Contudo nunca é demais referir a natureza transversal da exclusão social e a necessidade de estratégias de natureza multidimensional e sistemática para combater.

Quadro n.º 46 – Número de Toxicodependentes em Tratamento

Rede Pública de Equipamentos

2000	2001	2002	2003	2004	2005
29.204	32.064	31.835	29.596	30.266	31.822

Nota: Cidadãos que recorreram pelo menos uma vez às unidades de consulta durante o ano.
Fonte: IDT.

De acordo com a informação do Instituto da Droga e da Toxicodependência a substância ilícita de maior consumo em Portugal é o *haxixe*, salientando-se o facto de ser a substância principal que preside aos processos de contra-ordenação por consumo de drogas.

Tem-se registado um aumento do número de utentes a nível do internamento e do ambulatorio na rede pública de equipamentos de tratamento convencionado, bem como o aumento do número de consultas de seguimento. É também crescente o número de utentes em estruturas de internamento da rede licenciada sem convenção.

Em oposição, de referir a tendência de diminuição do número das primeiras consultas no serviço público, que teve início desde 2000, ainda que nos dois últimos anos essa diminuição seja inferior à dos anos anteriores.

Quadro n.º 47 – Distribuição do Movimento Clínico por Freguesia em 2008

Freguesias	N.º	%
Ajuda	84	3,92
Alcântara	87	4,06
Alto do Pina	34	1,59
Alvalade	32	1,49
Ameixoeira	40	1,87
Anjos	51	2,38
Beato	103	4,80
Benfica	212	9,89
Campo Grande	20	0,93
Campolide	50	2,33
Carnide	70	3,26
Castelo	5	0,23
Charneca	15	0,70
Coração de Jesus	3	0,14
Encarnação	21	0,98
Graça	34	1,59
Lapa	8	0,37
Lumiar	100	4,66
Madalena	3	0,14
Martires	0	0,00
Marvila	255	11,89
Mercês	22	1,03
Nossa Senhora de Fátima	19	0,89
Pena	18	0,84
Penha de França	42	1,96
Prazeres	8	0,37
Sacramento	9	0,42
Santa Catarina	24	1,12
Santa Engrácia	17	0,79
Santa Isabel	16	0,75
Santa Justa	6	0,28
Santa Maria de Belém	46	2,15
Santa Maria dos Olivais	235	10,96
Santiago	1	0,05
Santo Condestável	49	2,29
Santo Estêvão	15	0,70
Santos o Velho	17	0,79
São Cristóvão e São Lourenço	5	0,23
São Domingos de Benfica	40	1,87
São Francisco Xavier	6	0,28
São João	84	3,92
São João de Brito	26	1,21
São João de Deus	25	1,17
São Jorge de Arroios	45	2,10
São José	21	0,98
São Mamede	8	0,37
São Miguel	12	0,56
São Nicolau	7	0,33
São Paulo	21	0,98
São Sebastião da Pedreira	15	0,70
São Vicente de Fora	20	0,93
Sé	7	0,33
Socorro	31	1,45
TOTAL	2.144	100

Fonte: IDT, Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo - Movimento Clínico, 2008.

Conforme informação estatística relativa ao ano de 2008, sobre o Movimento Clínico de cidadãos toxicodependentes constata-se que se encontram registados 2 144 indivíduos. Ao observar a sua distribuição pelas 53 freguesias de Lisboa, verifica-se que é Marvila que registava a percentagem mais elevada, 11,8% (255 indivíduos) logo seguida pela freguesia de Santa Maria de Olivais que registava 10,9% do total. Em Benfica a percentagem cifrava-se nos 9,8%, o que correspondia a 212 indivíduos. Beato e Lumiar são aquelas que, das restantes freguesias de Lisboa, apresentavam em 2008, um número de indivíduos registados no Movimento Clínico, que rondava a centena, (103 e 100, respectivamente).

VIH /SIDA

O Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA) consiste numa série de sintomas decorrentes da infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), o qual ataca o sistema imunitário, destruindo as células que defendem o organismo contra infecções.

A pandemia causada pela infecção por VIH, o agente causal da SIDA é, claramente, um dos maiores problemas médicos e de saúde pública da nossa geração, sendo um dos mais dramáticos flagelos da história das doenças infecciosas.

Um dos factores que contribui para a evolução do VIH é a facilidade com que hoje as pessoas se deslocam, de que resulta o contacto, cada vez mais frequente, entre populações de regiões do globo muito distantes.

A descoberta de anti-retrovíricos e a sua introdução na prática clínica transformaram a infecção VIH/SIDA numa doença de evolução crónica. No entanto, apesar de todos os progressos a epidemia continua a expandir-se, acarretando custos elevados de assistência médica, diminuição de esperança de vida dos infectados e a rejeição social das pessoas infectadas.

Prevenção Primária

- Informar e clarificar aspectos relevantes do ponto de vista da transmissão do vírus e dos comportamentos que a favorecem.
- Passar da noção de “grupo de risco” restricta e tranquilizadora para a noção de comportamento de risco, generalizável e inquietante para promover a prevenção eficaz, a nível de transmissão sexual.

- Análise dos determinantes prováveis dos comportamentos e dos factores que influenciam a modificação de comportamentos no sentido da promoção da saúde.
- Análise da sexualidade dos seropositivos, indispensável à prevenção eficaz.
- Ter em conta que a informação disponível e as normas pessoais e sociais adequadas ainda não são suficientes para a prevenção eficaz. É necessário trabalhar na dimensão emocional da sexualidade para explicar os comportamentos sexuais de risco, (Desejo de evitar uma situação aversiva, criada pela necessidade de lidar com o risco de infecção VIH, pelos afectos negativos, pelas expectativas fatalistas e outras restrições impostas pela consciência do risco de infecção).
- Nas relações *heterossexuais*, torna-se importante analisar a forma como as mulheres se colocam face à prática de sexo seguro, numa relação. A distribuição de poder homem/mulher na relação pareceu determinante para a capacidade de manter o uso do preservativo, num estudo efectuado numa comunidade de mulheres latino-americanas.
- A nível da prevenção em *adolescentes*, dados recentes salientam a importância de múltiplas vertentes, nomeadamente os programas de educação ao nível das escolas, das clínicas de tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, de planeamento familiar e de cuidados primários de saúde e ainda a *nível das famílias*, no sentido de melhorar a comunicação entre adolescentes e os seus pais.
- Necessidade de adequar o *material utilizado na prevenção* à idade, à cultura e à experiência sexual das populações alvo. De igual modo deve ser objecto de análise o treino de técnicos de comunicação, negociação e de outros componentes comportamentais, bem como a importância do treino e da atitude dos *orientadores de formação – pares ou professores*.
- Estatísticas recentes revelam que um número crescente de infecções ocorre em pessoas com *idade a partir dos 50 anos*, devido a ausência de intervenções de prevenção específicas dirigidas a adultos mais velhos.
- Desenvolvimento da investigação de forma a permitir o melhor conhecimento e integração de dados epidemiológicos, sócio-culturais e da dinâmica

comportamental da população portuguesa, tendo em conta o princípio científico na promoção da saúde/prevenção de doença “todos os programas necessitam de ser avaliados, em termos dos seus efeitos, a curto e a longo prazo”.

Prevenção Pós-exposição:

- Testes de rastreio e de confirmação,
- Monitorização de alterações importantes da função imune,
- Prevenção e tratamento de infecções,
- Criação de rede de estrutura de apoio a pessoas infectadas com VIH/SIDA:
 - Prestação de cuidados domiciliários
 - Acolhimento residencial
 - Centro de Acompanhamento e Vigilância Terapêutica
 - Centros de Dia
 - Actividades profissionais adaptadas a pessoas infectadas.

Indicadores epidemiológicos e sociais fazem com que se torne urgente a adopção de medidas e respostas integradas e eficazes.

O VIH constitui uma área prioritária na prevenção, tratamento e actuação específica do Plano Nacional de Saúde.

VIH como problemática social com elevados impactos sociais, económicos e culturais sobre os indivíduos, as famílias, os grupos e a sociedade em geral.

Outubro 1983 – foi diagnosticado o 1º caso de SIDA em Portugal.

Desde então e até Dezembro de 2006 foram notificados no CVEDT (Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis) 30 366 casos de infecção VIH /SIDA. Em 31 de Agosto de 2003 haviam notificados 10 473 casos. A maioria dos casos notificados refere-se a indivíduos toxicod dependentes, utilizadores de

drogas por via endovenosa. Contudo, a transmissão heterossexual regista aumento, anualmente, de casos em relação a outras categorias de transmissão.

Quadro n.º 48 – Distribuição dos Casos de SIDA por Perfil / Tipo em Portugal

Perfil/Tipo	%
Utilizadores de drogas injectáveis	45
Associados a transmissão heterossexual	37,5
Associados a transmissão homossexual	11,9
Outros modos de transmissão	5,6
Total de Casos	30.366

Fonte: Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (em 2006).⁶

Tem havido alteração do peso relativo das vias de transmissão. Desde o início da epidemia e até 1999 os utilizadores de drogas injectáveis tinham representado a maior proporção de infectados.

De acordo com as estimativas⁷ existirão em Portugal cerca de 32 000 indivíduos infectados com idades entre os 15 e os 49 anos. Para este cálculo de acordo com a média da União Europeia, estipulou-se 30% de infectados sem estarem diagnosticados.

De referir que Portugal apresentava as taxas de incidência mais elevadas da UE quer para os casos de SIDA, como para os novos casos de infecção VIH.

Segundo as Nações Unidas, Portugal é o 3º país da UE com maior número de casos de co-infecção VIH/SIDA e Tuberculose. No entanto, é de salientar alguns aspectos subjacentes a esta matéria:

-Transmissão mãe-filho tem diminuído. Factores relacionados com sucesso na detecção precoce da infecção e na adopção de medidas preventivas.

- Não existem praticamente valores registados de transmissão associada à dádiva de sangue. Factores relacionados com adopção de uma política nacional de segurança de sangue.

⁶ Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis. Infecção VIH/SIDA. A situação em Portugal, 31 de Dezembro de 2006. Doc. 137.

⁷ Programa Conjunto das Nações Unidas para a Infecção VIH/SIDA (ONUSIDA) – UNAIDS, 2006 Report on the Global Aids Epidemic.

- A população reclusa continua a registar valores muito elevados de prevalência de infecção por VIH, bem como doutras infecções sexualmente transmitidas – tuberculose e hepatites B e C.

Perante esta realidade é necessário a adopção de determinadas medidas:

- Adoptar medidas e linhas de acção, no combate à propagação da doença e na plena aceitação social e cultural dos doentes.
- Divulgar e dar conhecimento pormenorizado e abrangente de informação sólida sobre esta matéria.
- Reabilitar a informação que está comumente aceite, actualizá-la e corrigi-la sempre que necessário.
- Criar guias e outros instrumentos de suporte sobre a infecção, modos de prevenção alertando para os riscos mais frequentes.
- Desmistificar os *conhecimentos incorrectos* e os mitos mais frequentes, bem como alertar para a existência das atitudes-tipo mais discriminatórias e mais recorrentes.

Em síntese, de referir que relativamente, aos consumos aditivos, existem tendências opostas. De acordo com os últimos dados disponíveis sobre esta temática, constata-se que existe um aumento do consumo de bebidas alcoólicas entre os jovens estudantes do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário e inversamente uma estabilidade nos indicadores de consumo problemático de drogas. Esta estabilidade está relacionada com o decréscimo da proporção de casos de SIDA relacionados com a toxicodependência, num contexto de aumento do número de pessoas que contraíram a doença.

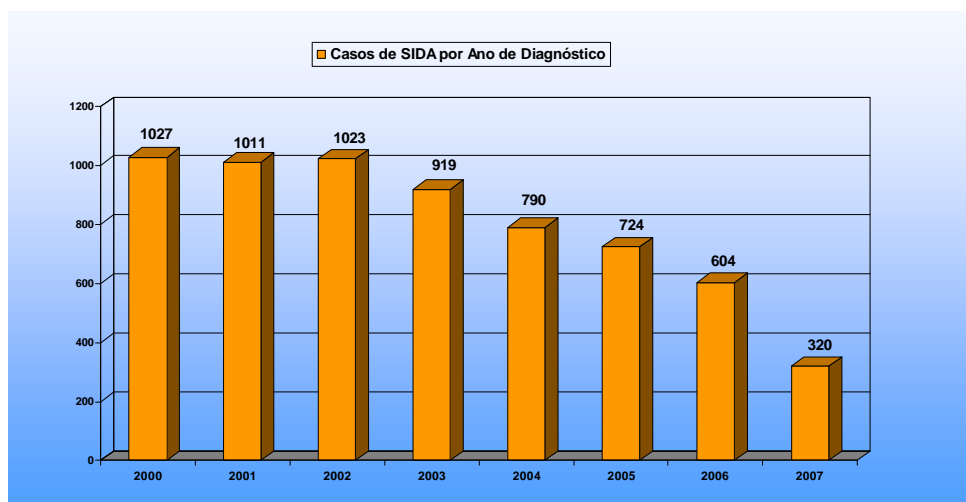
De acordo com os últimos dados do Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis - Instituto Ricardo Jorge existiam, em Dezembro de 2007 a nível nacional, 32 491 casos de infecção VIH /SIDA. Continuam a ser os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal que registam o peso mais significativo nas sinalizações do total de casos de SIDA. Lisboa detém a percentagem mais elevada 41%, Porto 23% e Setúbal 14%.

São também estes três distritos que registam o maior peso de casos de SIDA associados à toxicoddependência: Lisboa 39%, Porto e Setúbal 32% e 13% respectivamente.

Quadro n.º 49 – Casos de SIDA em Território Nacional por Ano de Diagnóstico

Ano	Casos de SIDA
2000	1.027
2001	1.011
2002	1.023
2003	919
2004	790
2005	724
2006	604
2007	320

Fonte: Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

Gráfico n.º 16 - Casos de Sida em Território Nacional por Ano de Diagnóstico

Fonte: Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis.

De acordo com o Gráfico n.º 16 verifica-se que, apenas entre 2001 e 2002, se registou uma discreta subida no número de casos de SIDA diagnosticados. A partir de 2002 e até 2007 este número tem vindo a revelar uma variação anual, que entre 2006 e 2007 representou menos 47%.

1.4. Diversidade Cultural

Diagnóstico Social de Lisboa - Informação Complementar

A riqueza das nações passa cada vez mais, também, pelo capital social e cultural das suas populações, pressupondo uma responsabilidade social partilhada por todos os seus intervenientes.

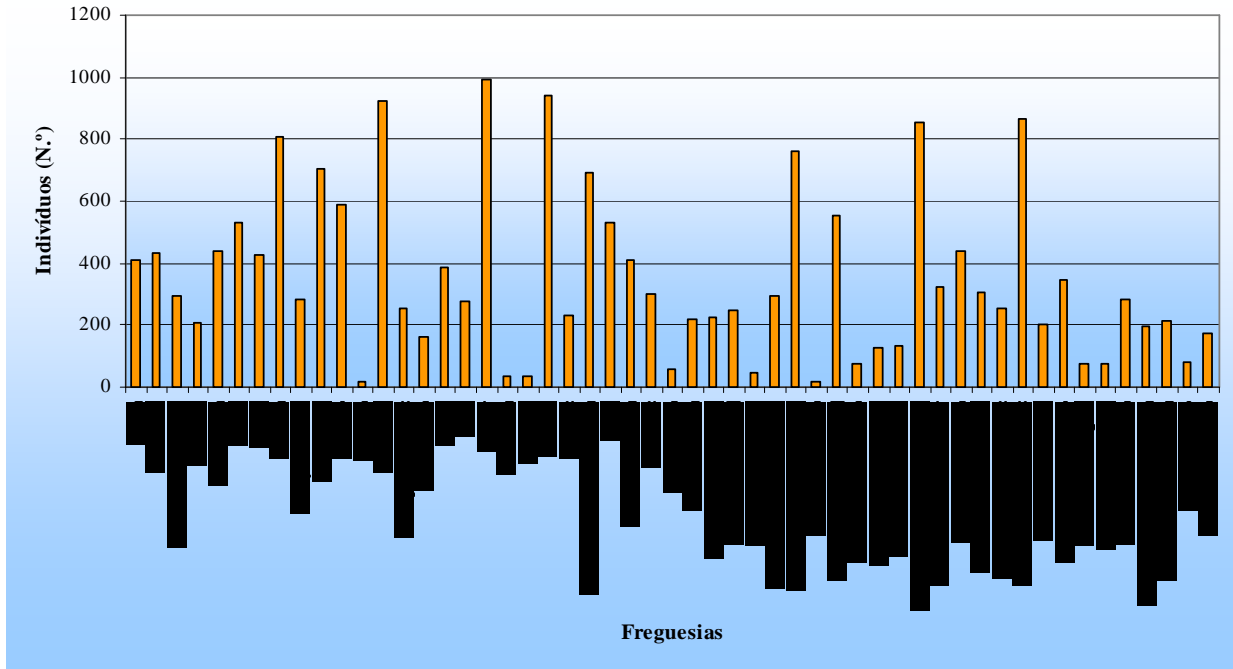
De acordo com a Organização das Nações Unidas, 3% da população mundial em 2005, não residia no país onde tinha nascido e a tendência para a circulação de pessoas é, definitivamente para aumentar nos próximos anos, não somente pelo efeito significativo das calamidades naturais, mas igualmente devido à existência de conflitos sociais, culturais e políticos. Esta realidade tende a condicionar as opções de populações e grupos culturais e étnicos sobre a permanência ou abandono do seu país de origem.

As migrações tendem também a adquirir um carácter relacionado, quer com as questões turísticas/lazer, quer com as laborais, sendo que, segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, *“o número de autorizações de trabalho temporário emitido a trabalhadores estrangeiros em países da OCDE aumentou de maneira constante desde o ano de 2000, sofrendo um aumento de 7% em 2003-2004 e permanecendo igual em 2005, com cerca de 1,8 milhões de trabalhadores temporários admitidos nos países da OCDE durante esse mesmo ano”*).⁸

⁸ <http://www.iom-int/jahia/Jahia/about-migration/facts-and-figures/labour-migration-and-demographics/lang/en>
(Tradução livre)

A informação estatística relativa à população estrangeira recenseada no concelho de Lisboa data do Recenseamento Geral da População de 2001.

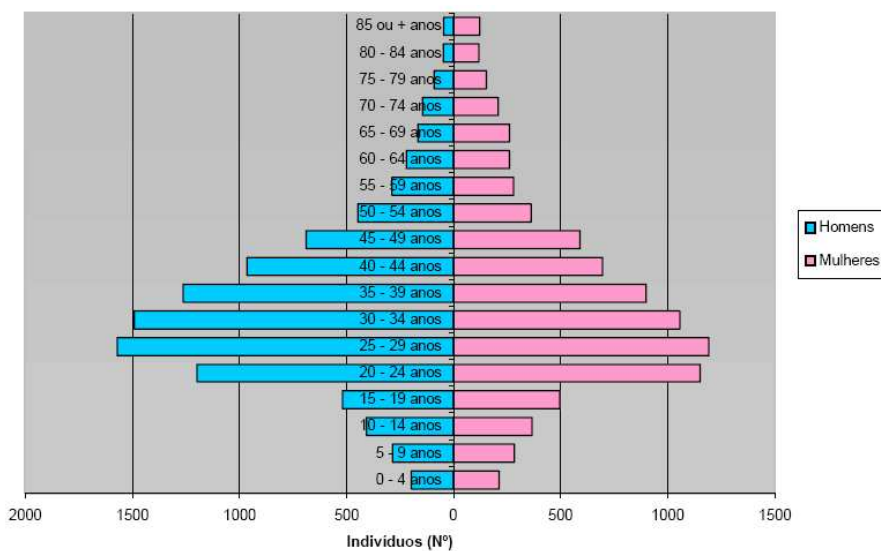
Gráfico n.º 17 - População Estrangeira Residente no Concelho de Lisboa, por Freguesia em 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

As freguesias que concentravam um maior número de residentes estrangeiros eram por ordem decrescente as do Lumiar, Marvila, Charneca, São Jorge de Arroios e São Domingos de Benfica.

Gráfico n.º 18 - Pirâmide Etária da População Estrangeira Residente no Concelho de Lisboa em 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

A análise da pirâmide etária da população estrangeira em 2001 evidencia maior concentração de população nos escalões etários dos 20 até aos 39 anos em ambos os sexos, população em idade activa.

Quadro n.º 50 - População Estrangeira Residente no Concelho de Lisboa, por Grupos Etários e Freguesia em 2001

Freguesia	Total	Grupos Etários			
		0-19	20-39	40-64	65 e mais
Ajuda	407	71	214	96	26
Alcântara	432	48	288	76	20
Alto do Pina	297	38	167	72	20
Alvalade	206	17	97	53	39
Ameixoeira	440	106	217	101	16
Anjos	528	69	276	143	40
Beato	428	43	258	110	17
Benfica	806	108	421	223	54
Campo Grande	282	41	132	78	31
Campolide	702	94	392	177	39
Carnide	586	103	249	192	42
Castelo	15	-	10	4	1
Charneca	923	245	378	252	48
Coração de Jesus	255	24	131	72	28
Encarnação	161	18	95	35	13
Graça	389	56	217	99	17
Lapa	276	35	121	96	24
Lumiar	990	189	503	254	44
Madalena	36	3	24	8	1
Mártires	32	-	15	11	6
Marvila	942	162	407	300	73
Mercês	233	24	126	60	23
Nossa Senhora de Fátima	693	84	372	175	62
Pena	529	46	349	106	28
Penha de França	407	57	226	104	20
Prazeres	300	40	169	77	14
Sacramento	57	4	35	9	9
Santa Catarina	218	31	122	51	14
Santa Engrácia	227	21	142	54	10
Santa Isabel	249	38	112	72	27
Santa Justa	46	11	19	13	3
Santa Maria de Belém	295	71	124	61	39
Santa Maria dos Olivais	760	116	384	219	41
Santiago	20	1	11	5	3
Santo Condestável	551	72	330	113	36
Santo Estêvão	74	14	42	12	6
Santos-o-Velho	125	14	75	29	7
São Cristóvão e São Lourenço	134	8	88	32	6
São Domingos de Benfica	853	144	457	195	57
São Francisco Xavier	323	78	117	108	20
São João	438	63	255	92	28
São João de Brito	307	25	147	61	74
São João de Deus	253	31	125	65	32
São Jorge de Arroios	865	104	496	206	59
São José	200	27	102	47	24
São Mamede	349	54	152	109	34
São Miguel	75	11	46	15	3
São Nicolau	76	7	40	23	6
São Paulo	282	35	151	79	17
São Sebastião da Pedreira	194	24	94	46	30
São Vicente de Fora	216	17	141	51	7
Sé	80	4	47	19	10
Socorro	174	20	108	36	10
Total do Concelho de Lisboa	18.736	2.766	9.816	4.796	1.358
%	100%	15%	52%	26%	7%

Fonte: INE, Censos 2001.

O grupo etário que regista a maior percentagem de residentes estrangeiros é o dos 20-39 anos (52%). O escalão dos 65 e mais anos é o que revela menor representatividade, registando apenas 7%.

Quadro n.º 51 – População Residente no Concelho de Lisboa por Naturalidade Não Portuguesa em 2001

Naturalidade não Portuguesa					
	Continente		País	País	
	N.º	%		N.º	%
Europa	8.666	18,1	Países da UE	6.927	79,9
			Outros Países Europeus	1.739	20,1
África	29.899	62,5	África do Sul	285	1,0
			Angola	13.419	44,9
			Cabo Verde	4.936	16,5
			Guiné-Bissau	1.756	5,9
			Moçambique	7.329	24,5
			São Tomé e Príncipe	1.039	3,5
			Outros Países Africanos	1.135	3,8
			América	5.495	11,5
			Brasil	4.223	76,9
			Canadá	185	3,4
			Estados Unidos da América	451	8,2
			Venezuela	261	4,7
			Outros Países Americanos	261	4,7
Ásia	3.762	7,9	China	466	12,4
			Índia	1.807	48,0
			Japão	54	1,4
			Macau	492	13,1
			Paquistão	297	7,9
			Timor Leste	276	7,3
			Outros Países Asiáticos	370	9,8
Oceania	50	0,1			
Total	47.872	100,0		47.822	

Fonte: INE, Censos 2001.

Em 2001 a cidade registava 47 872 residentes com naturalidade não portuguesa correspondendo a 8,5% da população de Lisboa. Os residentes com naturalidade do continente africano encontravam-se mais representados com 62,5%, salientando-se os naturais de Angola. De referir ainda a preponderância dos indivíduos naturais do Brasil, no universo dos indivíduos do continente americano.

Quadro n.º 52 – Número de Alunos com pelo menos um dos Progenitores com Naturalidade Não Portuguesa ou Pertencente à Comunidade Cigana por Agrupamento de Escolas Básicas do 1.º Ciclo, no Concelho de Lisboa em 2007-2008

Escolas Básicas do 1.º Ciclo - Ano lectivo de 2007/2008			
Agrupamento	Total dos Alunos por Agrupamento de Escolas	Alunos com pelo menos um dos progenitores com naturalidade não portuguesa ou pertencente à comunidade cigana	
	N.º	N.º	%
Escola Básica Integrada 1,2,3/JI Vasco da Gama	196	1	0,5
Alto do Lumiar	845	278	32,9
Alvalade	599	66	11
Bairro Padre Cruz	320	72	22,5
Baixa-Chiado	660	174	26,4
Bartolomeu de Gusmão	624	35	5,6
Belém-Restelo	561	68	12,1
D. Filipa de Lencastre	354	15	4,2
Damião de Góis	658	187	28,4
Delfim Santos	687	83	12,1
Eugénio dos Santos	695	74	10,6
Fernando Pessoa	517	0	-
Francisco Arruda	692	113	16,3
Luís António Verney	487	65	13,3
Luís de Camões	351	37	10,5
Manuel da Maia	491	58	11,8
Marquesa de Alorna	572	162	28,3
Marvila	275	21	7,6
Nuno Gonçalves	763	134	17,6
Olaias	467	143	30,6
Patrício Prazeres	570	74	13
Pedro de Santarém	669	44	6,6
Pintor Almada Negreiros	320	88	27,5
Piscinas - Olivais	643	91	14,2
Professor Lindley Cintra	407	31	7,6
Quinta de Marrocos	357	90	25,2
S. Vicente/Telheiras	622	40	6,4
Santa Maria dos Olivais	609	29	4,8
Telheiras	545	21	3,9
Total do Concelho de Lisboa	15556	2294	14,7

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação e Juventude, 2008.

O Quadro n.º 52, apresenta a distribuição dos alunos por agrupamento de escolas básicas do 1.º Ciclo verificando-se que no ano lectivo de 2007/2008, frequentavam o 1.º Ciclo 15 556 alunos, dos quais 2 294 (14,7%) tinham pelo menos um dos progenitores com naturalidade não portuguesa ou pertencente à comunidade cigana.

Quadro n.º 53 – Número de Alunos por Naturalidade de um dos Progenitores ou Pertença à Comunidade Cigana nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo no Concelho de Lisboa em 2007/2008

Escolas Básicas do 1.º Ciclo - Ano lectivo de 2007/2008		
Naturalidade de um dos progenitores ou pertença à comunidade cigana		
	N.º de Alunos	%
Comunidade Cigana	577	25,1
Cabo-Verde	377	16,4
Brasil	367	16,1
Angola	275	12,0
Países da Europa de Leste	157	6,8
Índia/Paquistão	128	5,6
Guiné-Bissau	109	4,7
São Tomé e Príncipe	101	4,4
China/Macau	49	2,1
Moçambique	44	1,9
Outros Países Europeus	34	1,5
Outros Países Asiáticos	22	1,0
Outros Países	17	0,7
Outros Países Africanos	15	0,7
Outros Países Americanos	6	0,3
América do Norte	5	0,2
América do Sul	4	0,2
Timor	4	0,2
Países do Médio Oriente	3	0,1
Total	2.294	100,0

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação e Juventude, 2008.

Da observação deste Quadro, constata-se que 25,1% das crianças no concelho de Lisboa, nas escolas do 1.º Ciclo da Rede Pública, tinham pelo menos um dos progenitores pertencentes à comunidade cigana. As segundas percentagens com maior expressão são relativas às crianças com pelo menos um dos progenitores com naturalidade de Cabo Verde ou do Brasil.

Quadro n.º 54 - Número de Alunos com pelo menos um dos Progenitores com Naturalidade Não Portuguesa ou Pertencente à Comunidade Cigana por Agrupamento de Escolas com Jardim de Infância da Rede Pública, no Concelho de Lisboa em 2007-2008

Agrupamento	Total dos Alunos por Agrupamento com Jardim de Infância	Alunos com pelo menos um dos progenitores com naturalidade não portuguesa ou pertencente à comunidade cigana	
	N.º	N.º	%
Escola Básica Integrada 1,2,3/JI Vasco da Gama	68	1	1,5
Alto do Lumiar	144	27	18,8
Alvalade	40	7	17,5
Bairro Padre Cruz	120	37	30,8
Baixa-Chiado	76	8	10,5
Bartolomeu de Gusmão	99	8	8,1
Belém-Restelo	199	16	8,0
Damião de Góis	100	25	25,0
Delfim Santos	59	13	22,0
Eugénio dos Santos	80	20	25,0
Fernando Pessoa	233	-	-
Francisco Arruda	142	34	23,9
Luís António Verney	41	6	14,6
Manuel da Maia	95	21	22,1
Marquesa de Alorna	145	57	39,3
Marvila	25	0	0,0
Nuno Gonçalves	20	4	20,0
Olaías	98	36	36,7
Patrício Prazeres	129	20	15,5
Pedro de Santarém	200	18	9,0
Pintor Almada Negreiros	91	23	25,3
Piscinas - Olivais	158	83	52,5
Professor Lindley Cintra	136	46	33,8
Quinta de Marrocos	123	17	13,8
S. Vicente/Telheiras	140	15	10,7
Santa Maria dos Olivais	190	9	4,7
Telheiras	210	14	6,7
Total	3.161	565	17,9%

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação e Juventude, 2008.

O Quadro n.º 54, apresenta a distribuição das crianças por agrupamento de escolas com Jardim de Infância verificando-se que no ano lectivo de 2007/2008, eram frequentados por 3 161 crianças das quais 565 (17,9%) tinham pelo menos um dos progenitores com naturalidade não portuguesa ou pertencente à comunidade cigana.

Quadro n.º 55 – Número de Alunos a frequentar os Jardins de Infância da Rede Pública por Naturalidade de um dos Progenitores ou Pertença à Comunidade Cigana no Concelho de Lisboa

Escolas Básicas do 1.º Ciclo - Ano lectivo de 2007/2008		
Naturalidade de um dos progenitores ou pertença à comunidade cigana		
	N.º de Alunos	%
Comunidade Cigana	577	25,1
Cabo-Verde	377	16,4
Brasil	369	16,1
Angola	275	12,0
Países da Europa de Leste	157	6,8
Índia/Paquistão	128	5,6
Guiné-Bissau	109	4,7
São Tomé e Príncipe	101	4,4
China/Macau	49	2,1
Moçambique	44	1,9
Outros Países Europeus	34	1,5
Outros Países Asiáticos	22	1,0
Outros Países	17	0,7
Outros Países Africanos	15	0,7
Outros Países Americanos	6	0,3
América do Norte	5	0,2
América do Sul	4	0,2
Timor	4	0,2
Países do Médio Oriente	3	0,1
Total	2296	100,0%

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Educação e Juventude, 2008.

Da observação deste Quadro, constata-se que 27,4% das crianças no concelho de Lisboa, nas escolas da Rede Pública com Jardim de Infância, tinham pelo menos um dos progenitores pertencentes à comunidade cigana. As segundas percentagens com maior expressão são relativas às crianças com pelo menos um dos progenitores com naturalidade de Cabo Verde ou de Angola.

De acordo com os dados de 2006, relativos aos pedidos de estatuto de residente efectuados junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que reflectem a diversidade de países de origem da população estrangeira no concelho de Lisboa, o maior número de solicitações de estatuto de residente, foi de nacionais do Brasil, Ucrânia e Roménia.

Quadro n.º 56 – População Estrangeira que solicitou Estatuto de Residente por Nacionalidade no Concelho de Lisboa em 2006 – Dados Provisórios

Nacionalidade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
Brasil	706	19,3	316	44,8	390	55,2
Ucrânia	488	13,4	288	59,0	200	41,0
Roménia	341	9,3	199	58,4	142	41,6
Cabo Verde	290	7,9	101	34,8	189	65,2
China	267	7,3	150	56,2	117	43,8
Índia	252	6,9	219	86,9	33	13,1
Moldávia	193	5,3	104	53,9	89	46,1
Guiné-Bissau	146	4,0	118	80,8	28	19,2
Bangladesh	125	3,4	106	84,8	19	15,2
Angola	114	3,1	43	37,7	71	62,3
Paquistão	100	2,7	85	85,0	15	15,0
Rússia	89	2,4	41	46,1	48	53,9
São Tomé e Príncipe	89	2,4	27	30,3	62	69,7
Nepal	64	1,8	32	50,0	32	50,0
Guiné	55	1,5	53	96,4	2	3,6
Senegal	44	1,2	34	77,3	10	22,7
Bulgária	32	0,9	20	62,5	12	37,5
Espanha	20	0,5	9	45,0	11	55,0
Outros (62 países)	239	6,5	133	55,6	106	44,4
Total do Concelho de Lisboa	3.654	100,0	2.078	56,9	1.576	43,1

Fonte: SEF, Dados Provisórios de 2006.

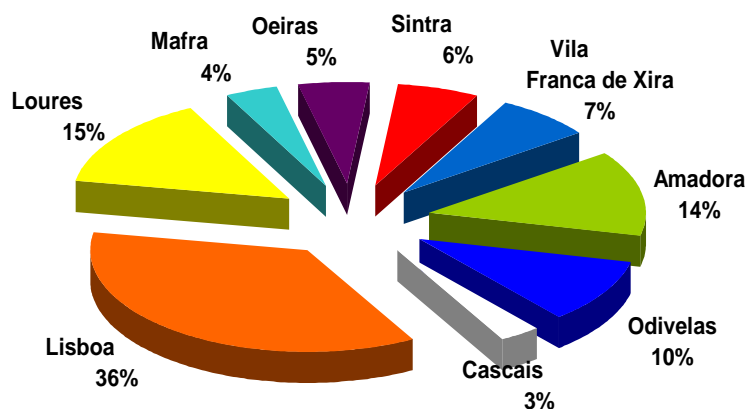
Analisando o número de pedidos de estatuto de residente à escala da Grande Lisboa e da Península de Setúbal em 2006 (dados provisórios), verifica-se que se registou um número de pedidos superior a norte do Tejo, salientando-se o concelho de Lisboa.

Quadro n.º 57 - População Estrangeira que solicitou Estatuto de Residente na Região de Lisboa, por Sexo em 2006

Região de Lisboa			Total
	Homens	Mulheres	
Grande Lisboa	5.543	4.614	10.157
Lisboa	2.078	1.576	3.654
Cascais	114	184	298
Loures	800	690	1.490
Mafra	222	180	402
Oeiras	257	275	532
Sintra	303	331	634
Vila Franca de Xira	416	303	719
Amadora	741	635	1.376
Odivelas	612	440	1.052
Península de Setúbal	3.545	3.007	6.552
Alcochete	68	47	115
Almada	306	375	681
Barreiro	257	238	495
Moita	238	227	465
Montijo	279	240	519
Palmela	329	228	557
Seixal	777	673	1.450
Sesimbra	225	167	392
Setúbal	1.066	812	1.878
Total da Região de Lisboa	9.088	7.621	16.709

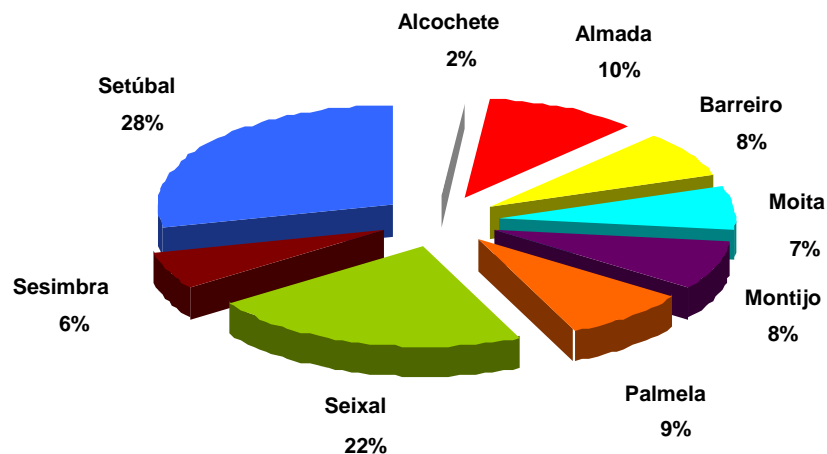
Fonte: SEF, Dados Provisórios 2006.

Gráfico n.º 19 - População Estrangeira que solicitou Estatuto de Residente nos Concelhos da Grande Lisboa em 2006



Fonte: SEF, Dados Provisórios 2006.

Gráfico n.º 20 - População Estrangeira que solicitou Estatuto de Residente nos Concelhos da Península de Setúbal em 2006

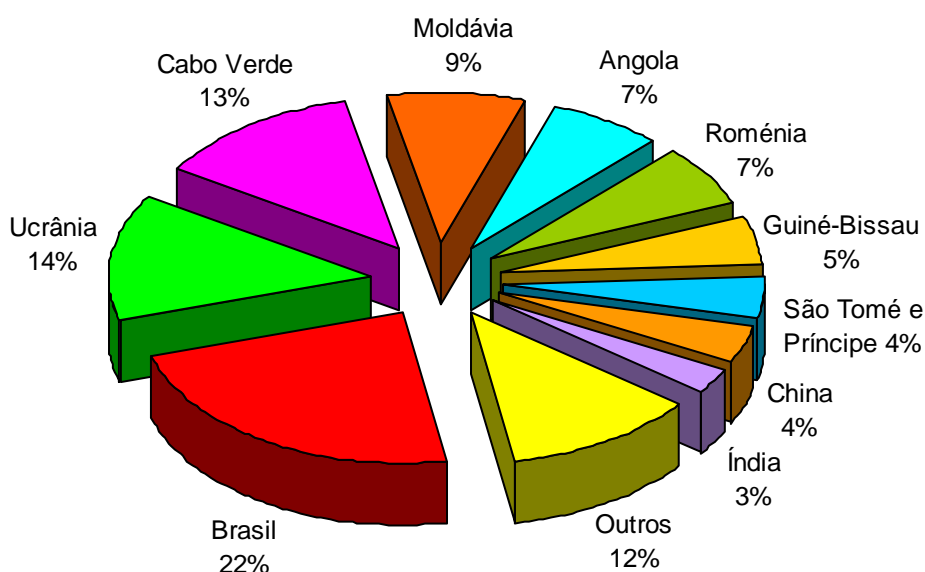


Fonte: SEF, Dados Provisórios 2006.

No ano de 2006, Lisboa (36%), Loures (15%), Amadora (14%) e Odivelas (10%) foram os concelhos da Grande Lisboa que registaram maior número de solicitações do estatuto de residente de população estrangeira.

Nos concelhos de Setúbal (28%) e do Seixal (22%) foi onde se verificou o maior número de pedidos na Península de Setúbal.

Gráfico n.º 21 - Nacionalidades Estrangeiras mais representativas na Região de Lisboa que solicitaram Estatuto de Residente em 2006



Fonte: SEF, Dados Provisórios 2006.

As nacionalidades estrangeiras mais representativas na Região de Lisboa, dos indivíduos que solicitaram estatuto de residente em 2006, foram a brasileira (22%), a ucraniana (14%) e a cabo-verdiana com 13%.

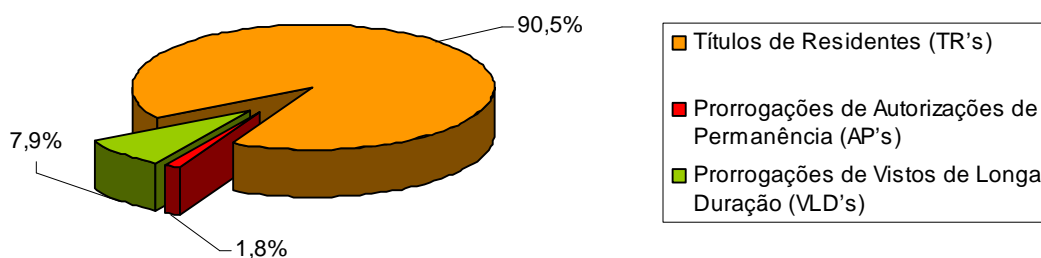
A informação mais desagregada que existe sobre os estrangeiros com situação regular em Portugal encontra-se ao nível do Distrito.

Quadro n.º 58 - População Estrangeira Residente, por Tipo de Situação Regular no Distrito de Lisboa, por Grandes Zonas Geográficas de Origem, em 2007

Zona Geográfica de Origem	Títulos de Residente (TR's)	Prorrogações de Autorizações de Permanência (AP's)	Prorrogações de Vistos de Longa Duração (VLD's)	Total	%
EU	37.886	101	801	38.788	20,5
Outros da Europa	9.682	821	2.219	12.722	6,74
África	86.748	1.011	5.481	93.240	49,5
América	25.172	990	5.218	31.380	16,6
Ásia	10.705	107	1.170	11.982	6,4
Oceânia	217	-	13	230	0,1
Apátrida /Desconhecido	174	-	-	174	0,1
Total	170.584	3.030	14.902	188.516	100
%	90,5	1,8	7,9	100	

Fonte: SEF, Dados Provisórios de 2007; em <http://www.sef.pt>

Gráfico n.º 22 - População Estrangeira no Distrito de Lisboa em 2007



Fonte: SEF, Dados Provisórios de 2007; em <http://www.sef.pt>

Em 2007, a população estrangeira residente no Distrito de Lisboa era constituída principalmente por africanos (49,5%), europeus (27,3%) e americanos (16,6%). Do total desta população, 90,5% detinha o título de autorização de residente.

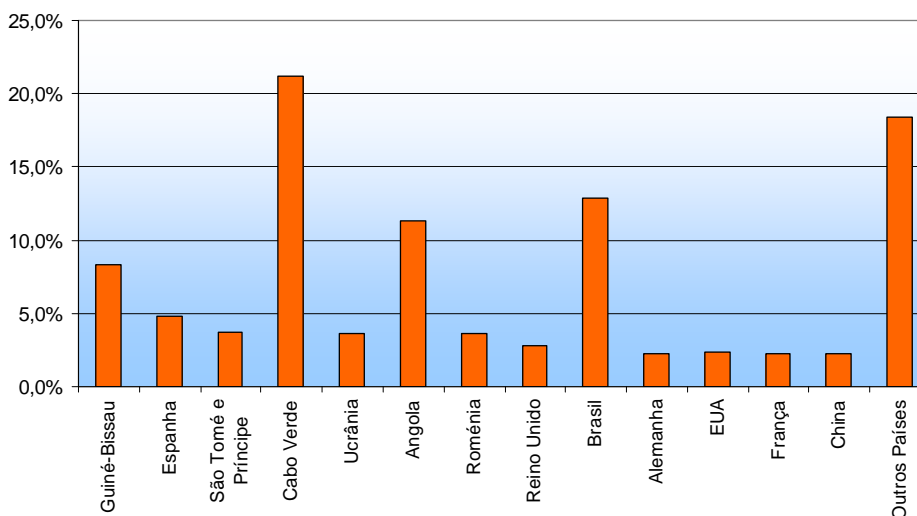
Quadro n.º 59 - População Estrangeira Residente, por Situação Regular e por País de Origem no Distrito de Lisboa, em 2007

País	Títulos de Residentes (TR's)	Prorrogações de Autorizações de Permanência (AP's)	Prorrogações de Vistos de Longa Duração (VLD's)	Total	%
Cabo Verde	38.152	332	1.469	39.953	21,2
Brasil	18.444	973	4.980	24.397	12,9
Angola	19.603	354	1.292	21.249	11,3
Guiné-Bissau	14.580	150	984	15.714	8,3
Espanha	9.132	-	-	9.132	4,8
São Tomé e Príncipe	6.321	110	514	6.945	3,7
Ucrânia	4.999	529	1.329	6.857	3,6
Roménia	5.979	78	714	6.771	3,6
Reino Unido	5.229	-	-	5.229	2,8
EUA	4.485	-	114	4.599	2,4
Alemanha	4.393	-	-	4.393	2,3
França	4.331	-	-	4.331	2,3
China	3.920	27	357	4.304	2,3
Outros Países	31.016	477	3.149	34.642	18,4
Total	170.584	3.030	14.902	188.516	100,0

Fonte: SEF, Dados Provisórios de 2007; em <http://www.sef.pt>

Os estrangeiros cujos países de origem são Cabo Verde (21,2% - 39 953), Brasil (12,9% - 24 397) e Angola (11,3% - 21 249) detinham as maiores percentagens de residentes estrangeiros em situação regular no Distrito de Lisboa em 2007.

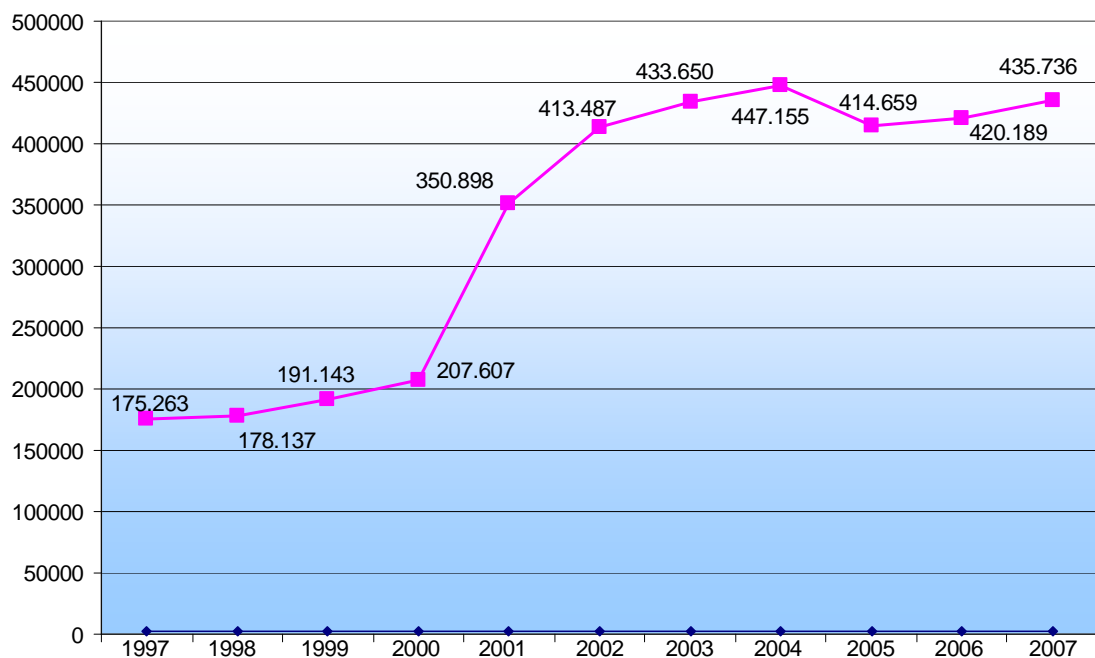
Gráfico n.º 23 - Nacionalidades Estrangeiras mais representativas no Distrito de Lisboa, em 2007



Fonte: SEF, Dados Provisórios 2007; em <http://www.sef.pt>

Ao nível do país é possível apresentar alguns dados estatísticos que caracterizam a população estrangeira a residir em território nacional e que se encontra em situação regular.

Gráfico n.º 24 - Evolução da População Estrangeira (Total de Residentes, Autorizações de Permanência e Prorrogações de Vistos de Longa Duração) em Portugal, 1997 – 2007



Fonte: SEF (2006 e 2007 - Dados Provisórios); em <http://www.sef.pt>

Através da análise do gráfico, é possível verificar a subida exponencial de 2000 até 2002 fruto da alteração à lei de estrangeiros⁹ que possibilitou a todos os estrangeiros que trabalhavam por conta de outrem a sua regularização através da Autorização de Permanência.

⁹ Decreto - Lei n.º 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto - Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro.

1.5. Envelhecimento Activo

Diagnóstico Social de Lisboa - Informação Complementar

A demografia é um dos principais desafios da sociedade europeia. A esperança de vida da sua população tem vindo progressivamente a aumentar devido à melhoria das condições sócio económicas e de saúde, a qual veio permitir ganhos em longevidade. As projecções do Eurostat¹⁰, referem que até 2050 os homens possam ainda ganhar mais 6 anos em longevidade e as mulheres mais 5 anos. Em 2004, a esperança de vida dos portugueses era de 74,2 anos para os homens e de 80,5 anos para as mulheres.

Quadro n.º 60 – Esperança de Vida - Homens

	1960/1964	1970/1974	1980/1984	1990/1994	2000/2003	2004*	2050**
EU-25	67.3	68.5	70.3	72.1	74.7	75.6	81.8
EU-15	67.6	68.9	71.0	73.2	75.8	76.7	82.3
PT	61.2	64.2	67.7	70.8	73.6	74.2	80.4

In EUROPE 'S DEMOGRAPHIC FUTURE: FACTS AND FIGURES ON CHALLENGES AND OPORTUNITIES, European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, October 2007, pág.38.

Quadro n.º 61 - Esperança de Vida - Mulheres

	1960/1964	1970/1974	1980/1984	1990/1994	2000/2003	2004**	2050**
EU-25	73.0	75.0	77.2	79.1	81.0	81.8	86.9
EU-15	73.2	75.3	77.7	79.8	81.6	82.4	87.4
PT	66.8	70.8	75.2	77.9	80.3	80.5	86.6

In EUROPE 'S DEMOGRAPHIC FUTURE: FACTS AND FIGURES ON CHALLENGES AND OPORTUNITIES, European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, October 2007, pág.39

Estes ganhos em longevidade foram acompanhados pela quebra da fecundidade, tendo sido a média da EU-25 de 1,5 filhos por mulher em 2005. A taxa de fecundidade necessária para a reposição das gerações é estimada em 2,1 filhos por mulher.

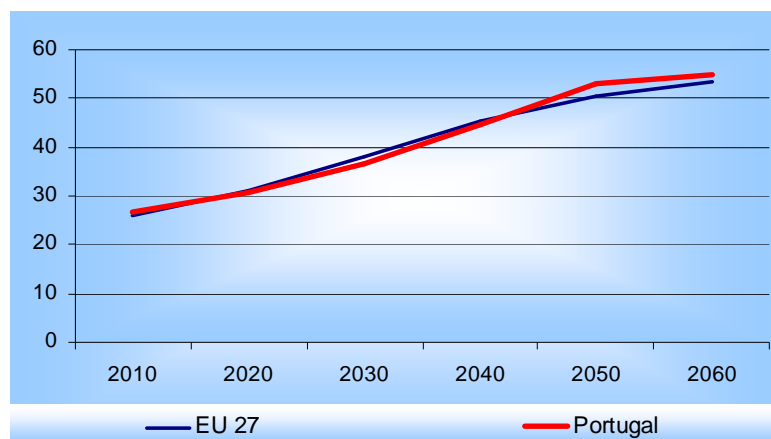
É referido no relatório do Eurostat, que um inquérito do Eurobarómetro realizado em 2006 mostrou que os europeus têm em geral uma atitude positiva em relação à maternidade. As mulheres gostariam de ter mais filhos do que os que têm efectivamente e tê-los um pouco mais tarde.

A estrutura demográfica europeia está em transformação e estima-se que a idade média passe dos 39 anos, verificados em 2004, para 49 anos em 2050 (EU-25). De acordo com as projecções de 2008 para a EU-27 a idade média em 2060 será de 47,9 anos. A proporção da população com 65 e mais anos aumentará de 17,1% em 2008 (EU-27), para 30% em 2050 e a população com mais de 80 anos triplicará até 2060.

¹⁰ Eurostat, Statistics in focus 72/2008 – Population and social condition; Ageing characterises the demographic perspectives of the European societies.

O rácio de dependência dos idosos atingirá o valor de 53,47 em 2060 na EU-27, estando projectado para Portugal um rácio de dependência de 54,76. As taxas mais elevadas serão as da Eslováquia (68,49) e da Polónia (68,49) e as mais baixas pertencerão ao Luxemburgo (39,1), Dinamarca (42,0) e Reino Unido (42,14).¹¹

Gráfico n.º 25 - Projecção da População – Rácio Dependência dos Idosos

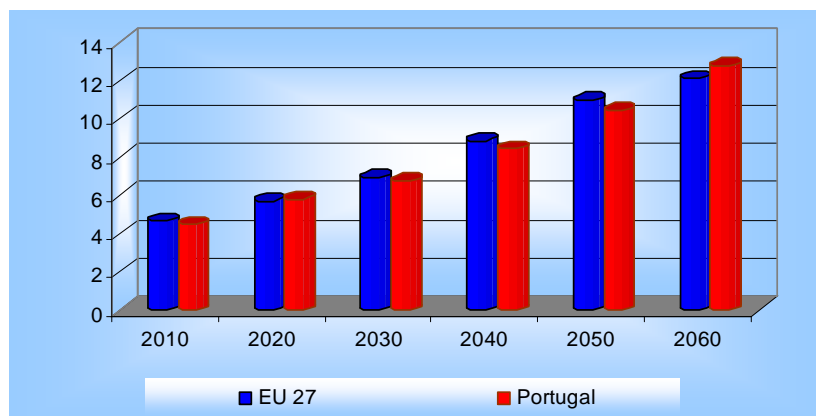


Fonte: Eurostat, Statistics in focus 72/2008 – Population and social condition; Ageing characterises the demographic perspectives of the European societies.

Esta evolução não se manifestará em todos os Estados Membros com a mesma intensidade e é avançado que ainda serão necessárias mais de uma ou duas décadas para que o impacto do envelhecimento seja claramente visível ao nível de cada país, podendo no entanto ser já observado nalgumas regiões europeias.

¹¹<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/>

Gráfico n.º 26 - Projecções Demográficas – Taxa de População com 80 e mais anos



Fonte: Eurostat, Statistics in focus 72/2008 – Population and social condition; Ageing characterises the demographic perspectives of the European societies.

Lisboa é uma das cidades onde esse impacto já é manifesto. No conjunto das 10 cidades europeias mais envelhecidas, Lisboa encontrava-se em 2004, em 7.º lugar com 24,2% da sua população com 65 e mais anos, sendo as restantes cidades italianas. Trieste ocupava o 1.º lugar com 27,0% de população com 65 ou mais anos e em 10.º lugar encontrava-se Milão com 23,3%. As outras cidades eram, Génova, Bolonha, Florença, Veneza, Cremona, Ancora e Torino¹².

Quadro n.º 62 – População com 65 e mais anos - 2004

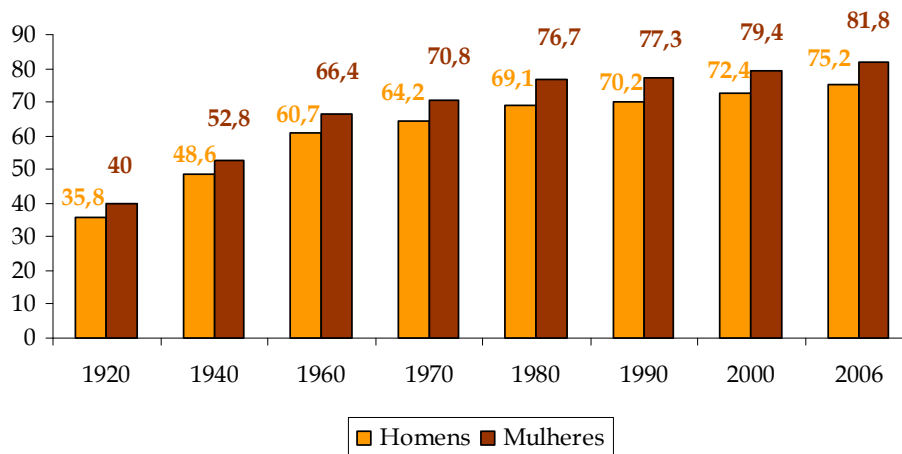
Cidades	%
Trieste (IT)	27,0
Genova (IT)	26,7
Bologna (IT)	26,7
Firenze (IT)	25,8
Venezia (IT)	24,8
Cremona (IT)	24,8
Lisboa (PT)	24,2
Ancora (IT)	24,1
Torino (IT)	23,5
Milano (IT)	23,3

In, Eurostat, Statistics in focus 82/2008, The Urban Audit — measuring the quality of life in European cities.

Lisboa encontrava-se também no ranking das 10 cidades europeias que mais população tinha perdido entre 1999 e 2004 (- 8,8%), ocupando o 8.º lugar.

¹² Eurostat – Statistics in focus 82/1008, European Commission, *The Urban Audit – measuring the quality of life in European cities*.

Gráfico n.º 27 - Esperança Média de Vida à Nascimento da População Portuguesa por Sexo

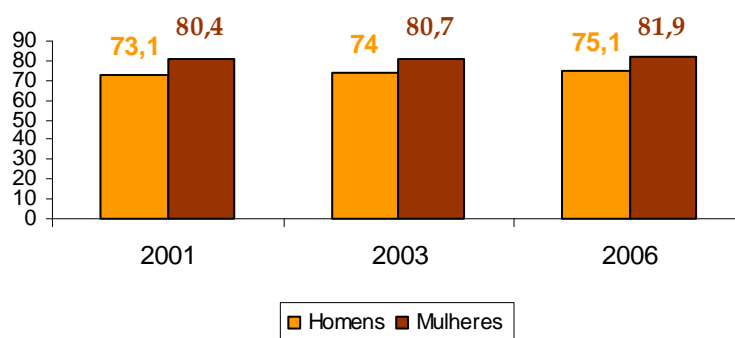


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2006.

Em Portugal, a longevidade é um indicador que tem evoluído num sentido bastante favorável desde o início do Século XX. A esperança média de vida à nascença da população em 1920, era de 35,8 anos para os homens e 40 anos para as mulheres, a contrastar com as estimativas do INE de 75,2 anos e de 81,8 anos para os homens e mulheres respectivamente, em 2006¹³.

As estimativas do INE, para a população portuguesa, em 2050, apontam 79 anos para os homens e 85 anos para as mulheres como a esperança média de vida à nascença.

Gráfico n.º 28 – Esperança Média de Vida à Nascimento da População na Região de Lisboa, por Sexo

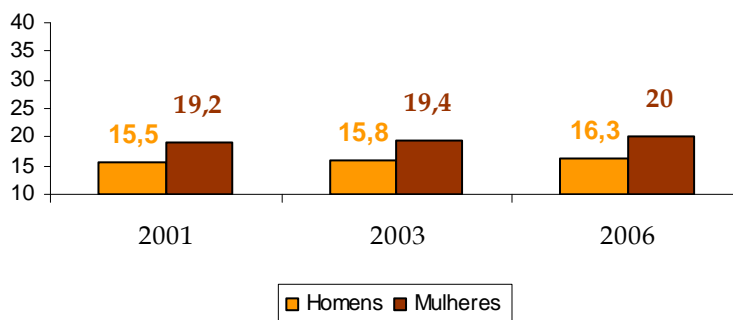


Fonte: INE, Estatísticas demográficas 2006.

¹³ PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística - *Estatísticas Demográficas de 2006, Tema B - População e Sociedade*. Lisboa: INE, 2008.

Para a Região de Lisboa (NUT II), em 2006, a esperança média de vida à nascença por sexo era de 81,9 anos para as mulheres e de 75,1 para os homens. Verifica-se uma ligeira redução na diferença entre a esperança de vida dos homens e das mulheres com o aumento dos anos de vida dos homens.¹⁴

Gráfico n.º 29 – Esperança Média de Vida aos 65 anos na Região de Lisboa por Sexo



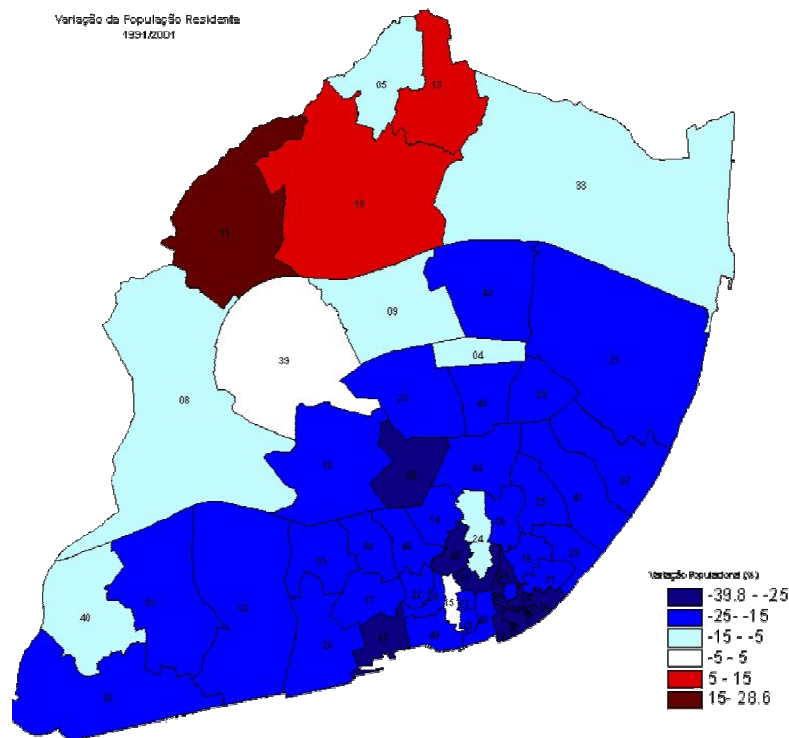
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2006.

Na Região de Lisboa, entre 2001 e 2006, a esperança média de vida aos 65 anos, aumentou 0,8 anos, tanto para os homens como para as mulheres.

¹⁴ Idem.

A cidade de Lisboa entre 1991 e 2001, comparativamente com os restantes concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML), foi onde a taxa de variação da população residente, apresentou valores negativos mais altos (-14,9%), registando a maior perda populacional, com menos 98.000 habitantes.

Mapa n.º 6 - Variação Populacional 1991 - 2001



Fonte: INE, Censos 2001.

Lisboa tem vindo a perder população residente ao longo das duas últimas décadas, apresentando hoje valores de densidade populacional relativamente baixos para uma cidade capital – metrópole europeia. Lisboa perdeu mais de 240 mil habitantes entre 1981 e 2001, tendo perdido 17,8% da sua população residente na década de 80 e 14,9% na década de 90. Dados que exprimem o processo de *desertificação* a nível populacional de algumas zonas da cidade, especialmente no centro histórico.

Paralelamente tem-se acentuado o envelhecimento da população, com o aumento do número de idosos e a redução do número de jovens.

Quadro n.º 63 - População Residente com 65 e mais anos nos Concelhos da Região de Lisboa em 2001

Concelho	População Total	População com 65 e mais anos	
		N.º	%
Alcochete	13.010	2.000	15,37
Almada	160.825	26.945	16,75
Amadora	175.872	24.611	13,99
Barreiro	79.012	12.484	15,80
Cascais	170.683	25.757	15,09
Lisboa	564.657	133.304	23,61
Loures	199.059	24.394	12,25
Mafra	54.358	8.468	15,58
Moita	67.449	8.691	12,89
Montijo	39.168	6.792	17,34
Odivelas	133.847	16.034	11,98
Oeiras	162.128	24.153	14,90
Palmela	53.353	8.051	15,09
Seixal	150.271	15.127	10,07
Sesimbra	37.567	5.513	14,68
Setúbal	113.934	16.825	14,77
Sintra	363.749	37.311	10,26
Vila Franca de Xira	122.908	13.586	11,05
Total da Região de Lisboa	2.661.850	410.046	15,40
Continente	9.869.343	1.628.596	16,50
Portugal	10.356.117	1.693.493	16,35

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2001.

Em 1991 o número de indivíduos com mais de 65 anos na cidade de Lisboa era de 124 565 habitantes (18,78%) e em 2001 esse valor era superior a 23,6% correspondendo a 133 304 habitantes.

Lisboa era o concelho da Área Metropolitana que apresentava a maior proporção de população com 65 e mais anos (23,6%, em 2001), a menor proporção de população com menos de 15 anos (11,6%, em 2001)¹⁵ e, conseqüentemente, o maior índice de envelhecimento (203,3 residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos, em 2001)¹⁶.

A nível nacional, em 1991, a população residente com 65 e mais anos era de 1 342 744 habitantes (13,6%) e em 2001 era de 1 693 493 habitantes (16,3%).

¹⁵ Referencial Estatístico do Crescer Com Oportunidades, pág. 59.

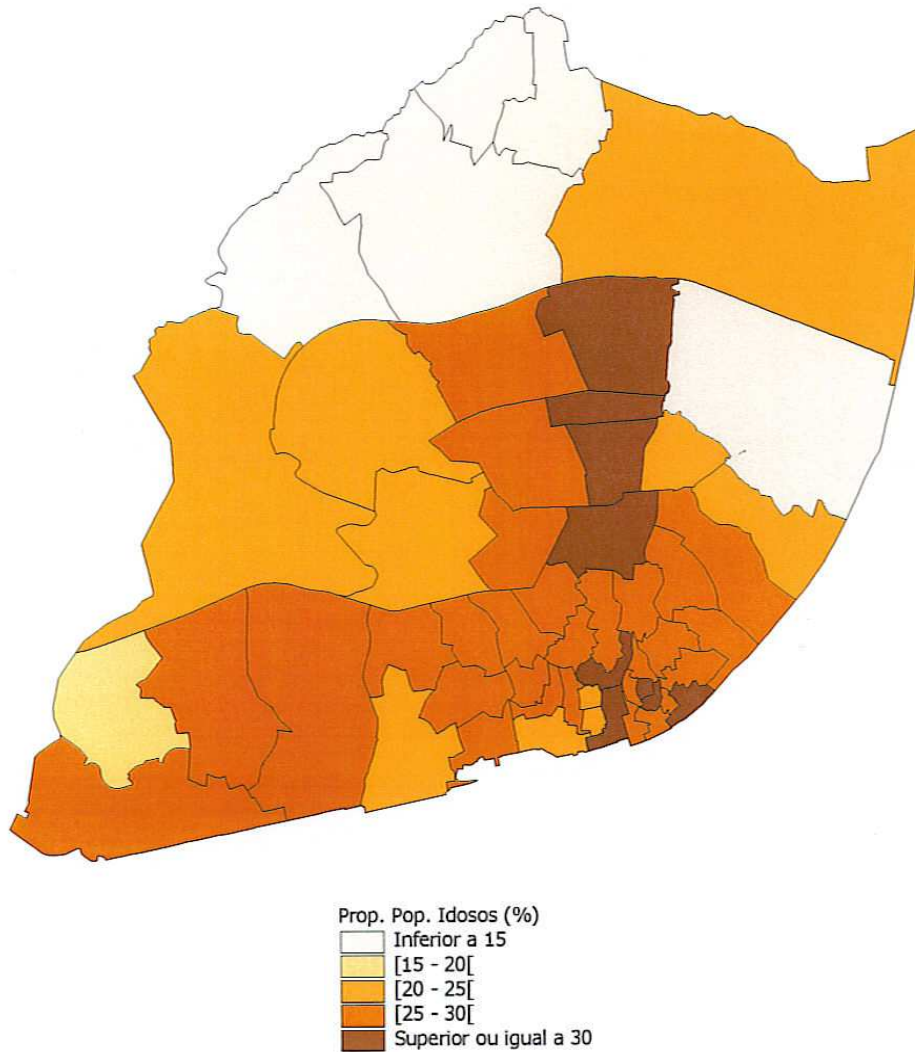
¹⁶ Quadro n.º 66, Pág. 111.

Quadro n.º 64 - População Residente com 65 e mais anos no Concelho de Lisboa, por Freguesia em 2001

Freguesia	População Residente N.º	População Residente com 65 e mais anos			
		H	M	Total	% da pop. da freguesia
Alvalade	9.620	1.220	2.173	3.393	35,3
São João de Brito	13.449	1.661	2.838	4.499	33,5
São João de Deus	10.782	1.210	2.362	3.572	33,1
São Nicolau	1.175	118	264	382	32,5
Santa Justa	700	78	149	227	32,4
Santiago	857	78	193	271	31,6
Castelo	587	58	122	180	30,7
Santo Estêvão	2.047	217	409	626	30,6
São Jorge de Arroios	17.404	1.799	3.423	5.222	30,0
Sé	1.160	119	226	345	29,7
São José	3.278	328	646	974	29,7
Penha de França	13.722	1.437	2.634	4.071	29,7
Graça	6.960	709	1.353	2.062	29,6
São Sebastião da Pedreira	5.871	586	1.132	1.718	29,3
Alcântara	14.443	1.545	2.643	4.188	29,0
Anjos	9.738	960	1.849	2.809	28,8
Santa Maria de Belém	9.756	1.006	1.794	2.800	28,7
Campo Grande	11.148	1.122	2.063	3.185	28,6
Santa Catarina	4.081	384	777	1.161	28,4
São Vicente de Fora	4.267	434	779	1.213	28,4
Santo Condestável	17.553	1.783	3.194	4.977	28,4
Santa Isabel	7.270	687	1.369	2.056	28,3
Santos-o-Velho	4.013	369	760	1.129	28,1
Lapa	8.670	835	1.587	2.422	27,9
São Mamede	6.004	507	1.170	1.677	27,9
São Cristóvão e São Lourenço	1.612	142	303	445	27,6
Coração de Jesus	4.319	409	778	1.187	27,5
Santa Engrácia	5.860	620	986	1.606	27,4
Pena	6.068	564	1.097	1.661	27,4
Nossa Senhora de Fátima	15.291	1.446	2.713	4.159	27,2
Mercês	5.093	464	921	1.385	27,2
Madalena	380	39	64	103	27,1
São João	17.073	1.664	2.902	4.566	26,7
Encarnação	3.182	306	543	849	26,7
São Miguel	1.777	166	297	463	26,1
Socorro	2.675	232	462	694	25,9
Ajuda	17.958	1.838	2.744	4.582	25,5
São Paulo	3.521	303	568	871	24,7
Prazeres	8.492	791	1.296	2.087	24,6
Sacramento	880	67	148	215	24,4
Santa Maria dos Olivais	46.410	4.777	6.467	11.244	24,2
Campolide	15.927	1.414	2.400	3.814	23,9
Mártires	341	24	56	80	23,5
Beato	14.241	1.270	2.028	3.298	23,2
Alto do Pina	10.253	826	1.482	2.308	22,5
Benfica	41.368	3.555	5.195	8.750	21,2
São Domingos de Benfica	33.678	2.709	4.304	7.013	20,8
São Francisco de Xavier	8.101	675	906	1.581	19,5
Marvila	38.767	2.081	3.231	5.312	13,7
Carnide	18.989	983	1.576	2.559	13,5
Ameixoeira	9.644	475	765	1.240	12,9
Lumiar	37.693	1.899	2.854	4.753	12,6
Charneca	10.509	526	794	1.320	12,6
Lisboa	564.657	49.515	83.789	133.304	23,6

Fonte: INE, Censos 2001.

Mapa n.º 7 – Distribuição da População Residente com 65 e mais anos por Freguesia

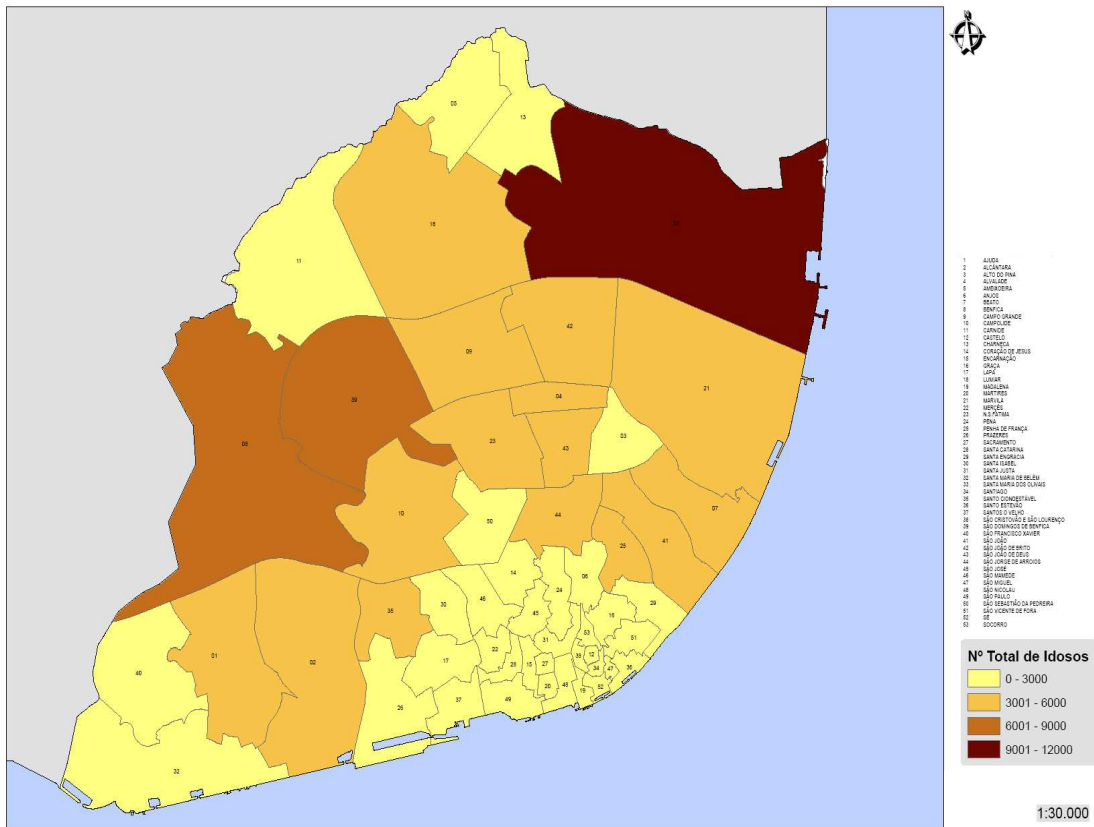


Fonte: INE, Censos 2001.

O Mapa n.º 7 permite visualizar as freguesias da cidade de acordo com a distribuição da proporção das pessoas com 65 e mais anos relativamente à população residente. Verifica-se que as freguesias que apresentavam valores superiores a 30% eram as de Alvalade, São João de Brito, São João de Deus e São Jorge de Arroios na área central da cidade e, no centro histórico as freguesias de S. Nicolau, Santa Justa, Santiago, Castelo e Santo Estêvão.

Inversamente, são as freguesias da Charneca, Lumiar, Ameixoeira, Carnide e Marvila as que apresentavam as menores percentagens de população idosa relativamente à sua população residente.

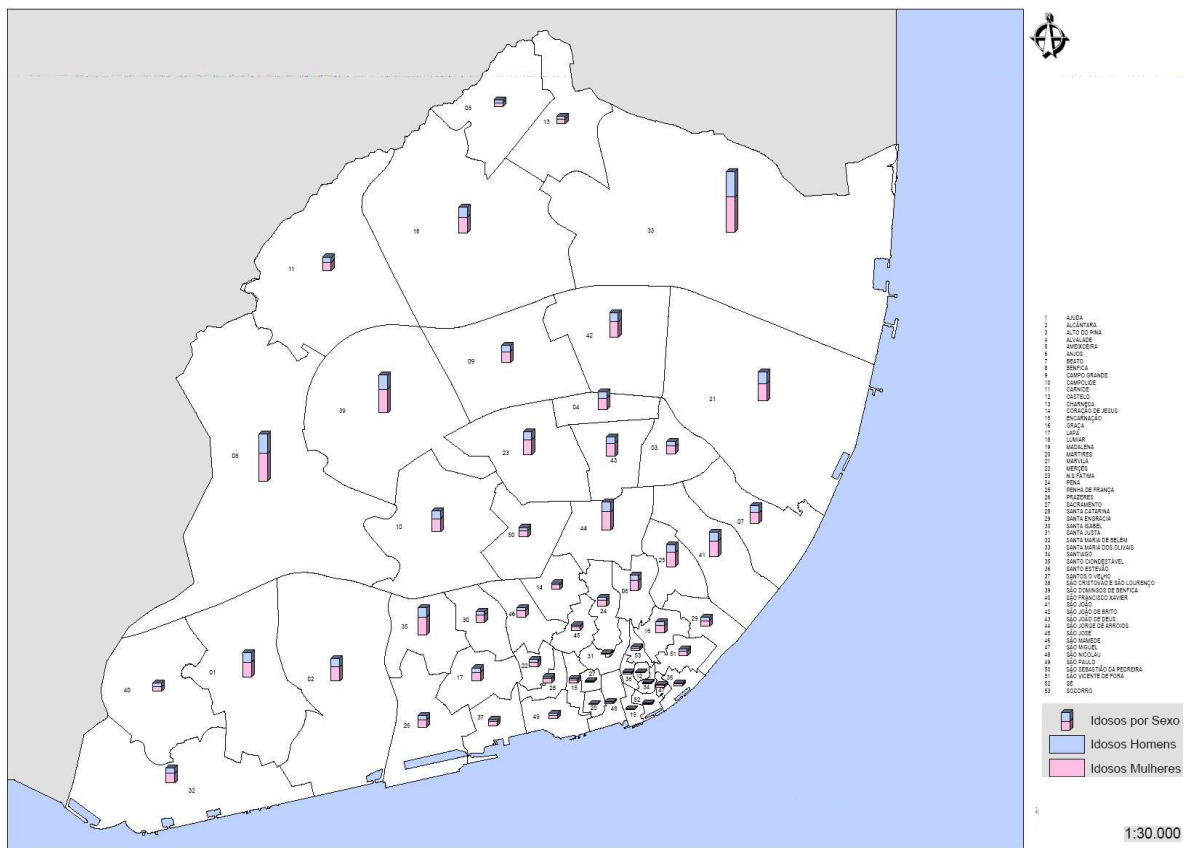
Mapa n.º 8 - Número de Indivíduos com 65 e mais anos por Freguesia



Fonte: INE, Censos 2001.

Analisando a distribuição da população idosa em números absolutos, verifica-se que o maior número de indivíduos com 65 e mais anos residia na freguesia de Santa Maria dos Olivais (11 244), a qual era também a freguesia da cidade com mais população residente (46 410 residentes). As freguesias de Benfica e de São Domingos de Benfica apresentavam igualmente valores elevados, de pessoas com 65 e mais anos.

Mapa n.º 9 - População Residente com 65 e mais anos por Sexo e por Freguesia



Fonte: INE, Censos 2001.

O Mapa n.º 9 ilustra a distribuição da população idosa por sexo permitindo constatar a feminização do envelhecimento na cidade. O número de mulheres idosas era significativamente mais elevado do que o dos homens, (83 789 mulheres e 49 515 homens)¹⁷ em 2001.

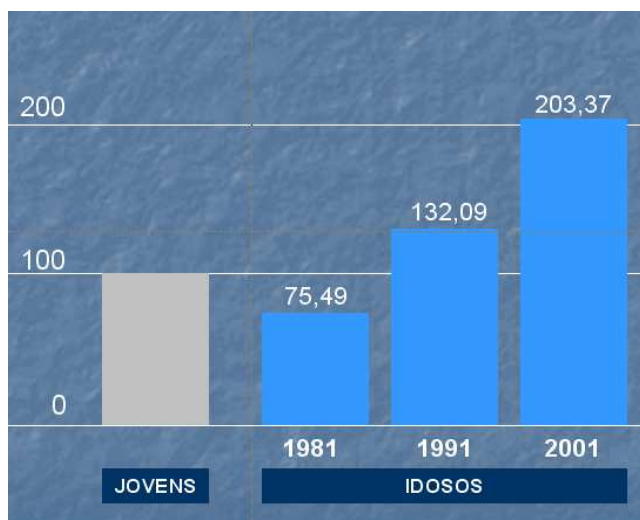
¹⁷ Ver pág. 107, Quadro n.º 64.

Quadro n.º 65 – Índice de Envelhecimento e Índice de Grandes Idosos por Freguesia em 2001

Freguesia	População Residente N.º	Índice de Envelhecimento	População Residente com 75 e mais anos			Índice Grandes Idosos
			H	M	Total	
Ajuda	17.958	230,95	651	1.222	1.873	31,36
Alcântara	14.443	324,4	610	1.253	1.863	35,33
Alto do Pina	10.253	182,45	330	712	1.042	36,02
Alvalade	9.620	396,38	637	1.076	1.713	43,09
Ameixoeira	9.644	88,32	148	265	413	22,65
Anjos	9.738	292,91	423	914	1.337	38,52
Beato	14.241	222,54	446	862	1.308	29,47
Benfica	41.368	202,55	1.223	2.102	3.325	27,28
Campo Grande	11.148	261,07	557	1.088	1.645	43,14
Campolide	15.927	218,32	561	1.113	1.674	34,49
Carnide	18.989	77,26	315	674	989	28,07
Castelo	587	321,43	26	63	89	41,98
Charneca	10.509	61,57	139	288	427	22,65
Coração de Jesus	4.319	327,9	179	406	585	39,26
Encarnação	3.182	272,12	133	275	408	38,89
Graça	6.960	345,39	279	662	941	36,28
Lapa	8.670	236,29	347	826	1.173	39,05
Lumiar	37.693	78,32	690	1.280	1.970	29,92
Madalena	380	381,48	16	28	44	34,38
Mártires	341	242,42	9	41	50	47,62
Marvila	38.767	88,81	576	1.293	1.869	24,77
Mercês	5.093	250	206	468	674	39,28
Nossa Senhora de Fátima	15.291	268,67	636	1.369	2.005	38,59
Pena	6.068	297,14	198	534	732	35,79
Penha de França	13.722	328,57	657	1.292	1.949	38,69
Prazeres	8.492	220,15	312	598	910	34,1
Sacramento	880	265,43	25	79	104	38,66
Santa Catarina	4.081	288,81	158	410	568	39,58
Santa Engrácia	5.860	312,45	252	438	690	33,94
Santa Isabel	7.270	276,34	280	697	977	37,87
Santa Justa	700	445,1	40	82	122	46,92
Santa Maria de Belém	9.756	245,61	451	944	1.395	39,91
Santa Maria dos Olivais	46.410	207,26	1.483	2.306	3.789	25,61
Santiago	857	400	26	95	121	34,77
Santo Condestável	17.553	266,15	717	1.519	2.236	36,32
Santo Estêvão	2.047	327,75	99	207	306	39,38
Santos-o-Velho	4.013	258,94	148	369	517	36,72
S. Cristóvão e S. Lourenço	1.612	327,21	39	136	175	31,88
São Domingos de Benfica	33.678	190,93	967	1.941	2.908	31,13
São Francisco de Xavier	8.101	141,67	254	429	683	31,83
São João	17.073	263,93	632	1.305	1.937	33,58
São João de Brito	13.449	375,23	785	1.434	2.219	41,35
São João de Deus	10.782	344,79	603	1.263	1.866	44,46
São Jorge de Arroios	17.404	361,13	769	1.732	2.501	39,27
São José	3.278	332,42	132	326	458	38,49
São Mamede	6.004	260	218	693	911	44,53
São Miguel	1.777	199,57	53	120	173	29,73
São Nicolau	1.175	477,5	51	149	200	44,94
São Paulo	3.521	234,14	130	273	403	35,85
São Sebastião da Pedreira	5.871	293,17	279	649	928	44,25
São Vicente de Fora	4.267	293	175	344	519	33,75
Sé	1.160	392,05	49	125	174	41,93
Socorro	2.675	242,66	91	212	303	34,24
Lisboa	564.657	203,37	19.210	38.981	58.191	34,01

Fonte: INE, Censos 2001.

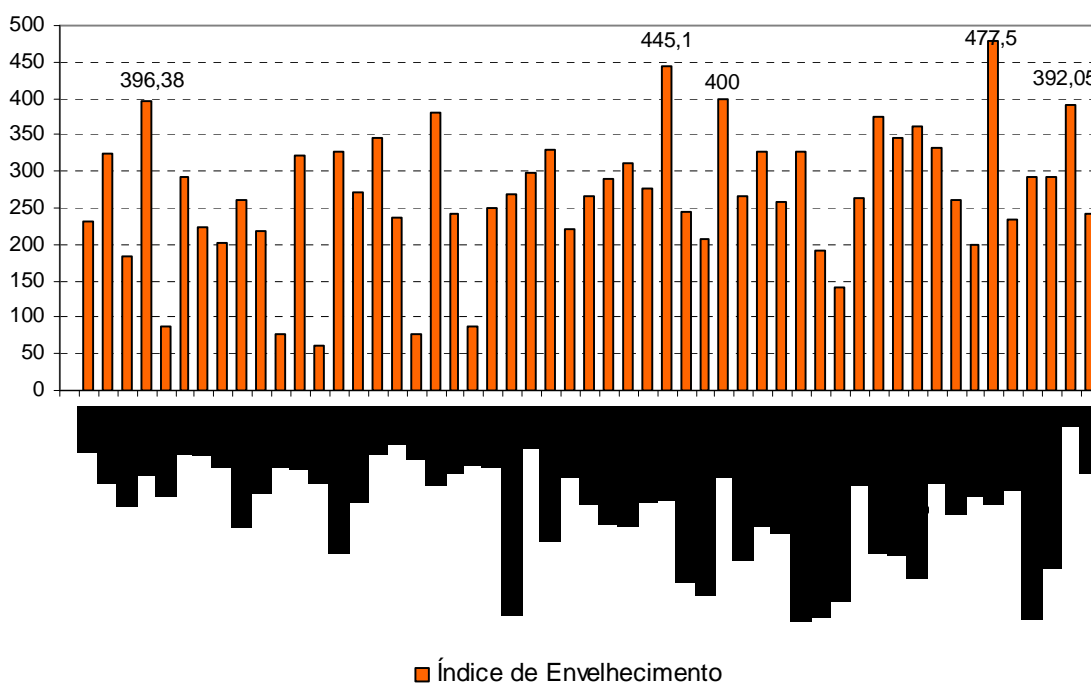
Gráfico n.º 30 - Índice de Envelhecimento para Lisboa



Fonte: INE.

O índice de envelhecimento na cidade de Lisboa tem vindo a aumentar desde 1981, tendo sido de 203,3 residentes com 65 e mais anos, por 100 residentes com menos de 15 anos, em 2001. Destacavam-se as freguesias da “Baixa” com valores superiores a 400. Esta situação deve-se ao elevado número de pessoas idosas residentes e também ao facto de nestas freguesias residir pouca população em idade activa.

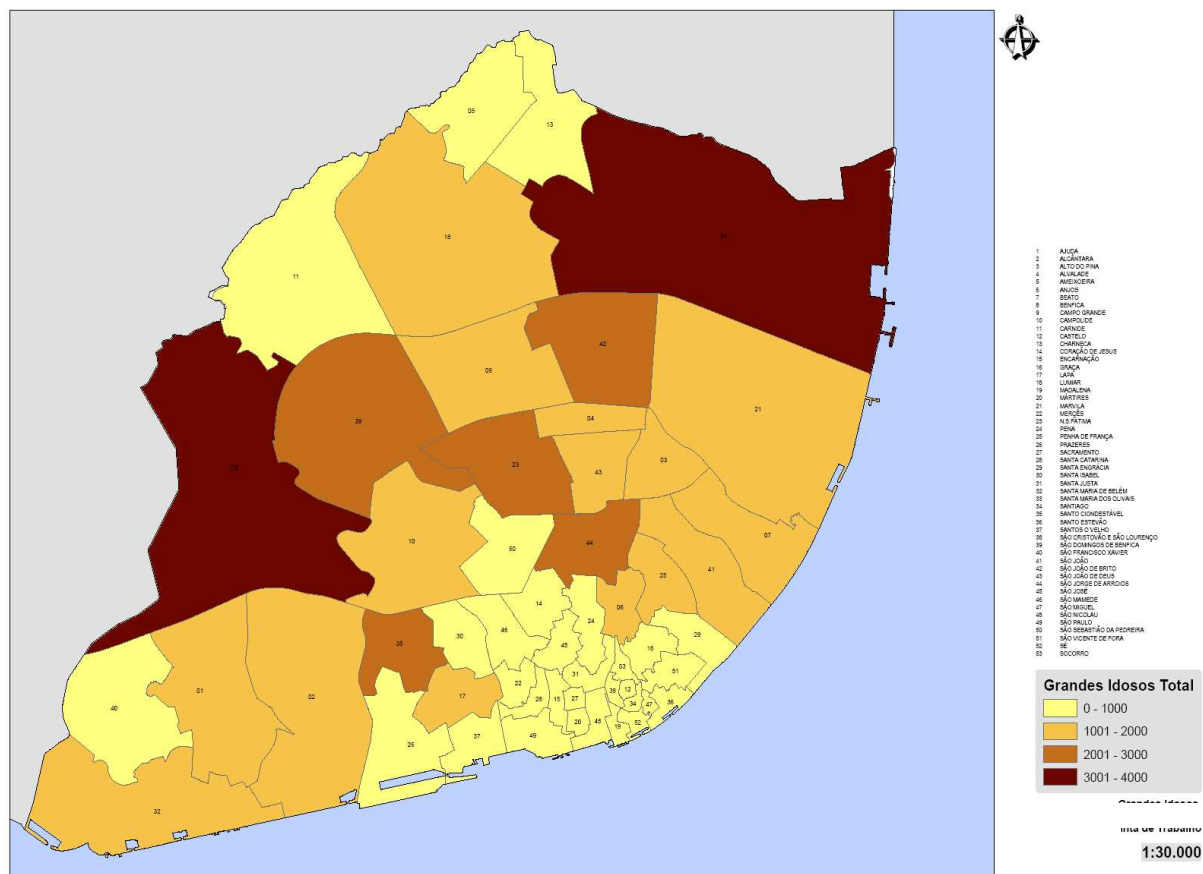
Gráfico n.º 31 - Índice de Envelhecimento



■ Índice de Envelhecimento

Fonte: INE, Censos 2001.

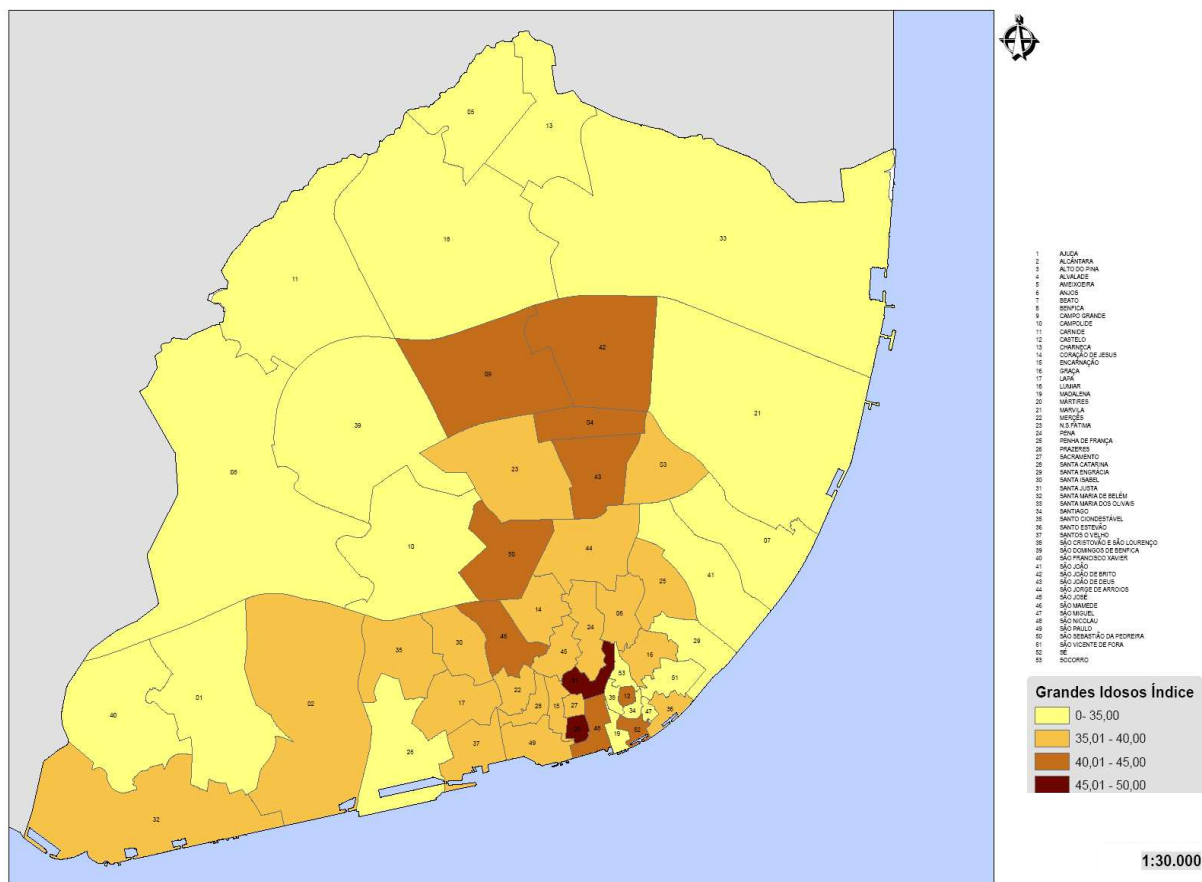
Mapa n.º 10 – Número de Grandes Idosos por Freguesia – População com 75 e mais Anos



Fonte: INE, Censos 2001.

Ao analisar a distribuição dos Grandes Idosos por freguesia, em números absolutos, verifica-se que, à excepção da freguesia de Marvila, estes valores acompanhavam a distribuição da população residente na cidade de Lisboa, sendo as freguesias mais populosas as que apresentavam também um maior número de residentes com 75 e mais anos. Carnide, Lumiar e Ameixoeira registavam valores mais reduzidos, devido às suas maiores percentagens de população jovem. As freguesias do centro histórico também revelavam baixos valores de Grandes Idosos em números absolutos, situação devida a registarem pouca população residente.

Mapa n.º 11 – Distribuição do Índice de Grandes Idosos por Freguesia – Relação da População com 75 e mais anos no Conjunto da População com 60 e mais anos



Fonte: INE, Censos 2001.

Em 1991 a população residente em Lisboa com 75 e mais anos era de 51 212 habitantes e em 2001 era de 58 191 habitantes correspondendo a 10,3% da população residente na cidade.

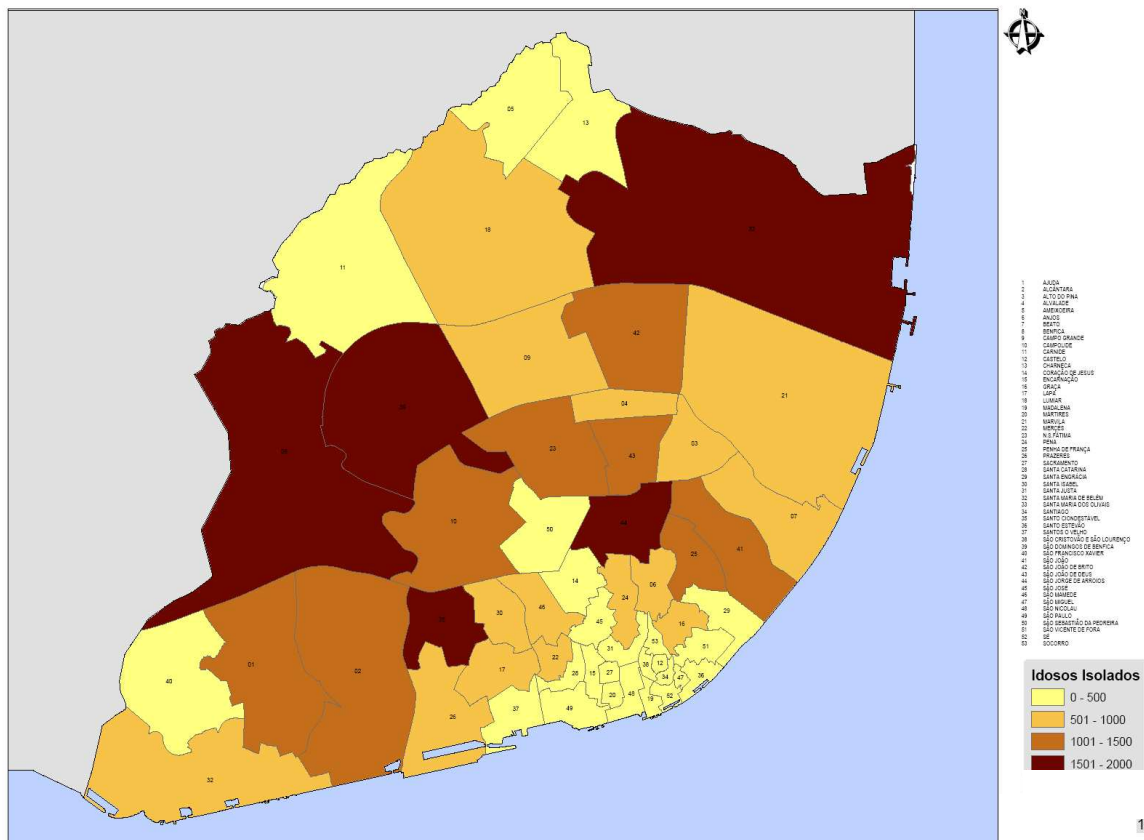
Em termos da proporção da população com 75 e mais anos no conjunto da população de 60 e mais anos, eram as freguesias de Mártires e Santa Justa que apresentavam os valores mais elevados. A maioria das freguesias do centro da cidade acompanhavam esta tendência, assim como algumas da zona centro da cidade.

Quadro n.º 66 – População Residente com 65 e mais anos a viver Só, por Sexo e por Freguesia

Freguesia	População Residente com 65 e mais anos a viver só					Índice Idosos Isolados (%)
	H		M		Total	
	N.º	%	N.º	%		
Ajuda	214	20,1	851	79,9	1.065	23,2
Alcântara	192	17,5	907	82,5	1.099	26,2
Alto do Pina	96	15,5	522	84,5	618	26,8
Alvalade	152	17,0	741	83,0	893	26,3
Ameixoeira	38	15,9	201	84,1	239	19,3
Anjos	127	14,5	748	85,5	875	31,2
Beato	166	19,8	673	80,2	839	25,4
Benfica	323	17,3	1.541	82,7	1.864	21,3
Campo Grande	141	18,3	631	81,7	772	24,2
Campolide	189	18,8	816	81,2	1.005	26,4
Carnide	92	21,0	346	79,0	438	17,1
Castelo	12	17,6	56	82,4	68	37,8
Charneca	59	23,6	191	76,4	250	18,9
Coração de Jesus	79	18,6	346	81,4	425	35,8
Encarnação	76	24,8	230	75,2	306	36,0
Graça	93	16,9	456	83,1	549	26,6
Lapa	83	13,0	554	87,0	637	26,3
Lumiar	151	18,1	685	81,9	836	17,6
Madalena	10	28,6	25	71,4	35	34,0
Mártires	4	18,2	18	81,8	22	27,5
Marvila	185	20,4	722	79,6	907	17,1
Mercês	86	16,1	448	83,9	534	38,6
Nossa Senhora de Fátima	184	17,5	869	82,5	1.053	25,3
Pena	101	17,5	476	82,5	577	34,7
Penha de França	194	16,3	995	83,7	1.189	29,2
Prazeres	105	18,0	477	82,0	582	27,9
Sacramento	16	18,4	71	81,6	87	40,5
Santa Catarina	81	20,5	314	79,5	395	34,0
Santa Engrácia	82	19,4	341	80,6	423	26,3
Santa Isabel	95	16,3	488	83,7	583	28,4
Santa Justa	16	22,5	55	77,5	71	31,3
Santa Maria de Belém	119	17,7	554	82,3	673	24,0
Santa Maria dos Olivais	387	21,0	1.454	79,0	1.841	16,4
Santiago	7	8,4	76	91,6	83	30,5
Santo Condestável	265	17,4	1.255	82,6	1.520	30,5
Santo Estêvão	52	21,4	191	78,6	243	38,8
Santos-o-Velho	57	15,4	314	84,6	371	32,9
São Cristóvão e São Lourenço	26	13,9	161	86,1	187	42,0
São Domingos de Benfica	272	16,1	1.420	83,9	1.692	24,1
São Francisco de Xavier	67	21,3	247	78,7	314	19,9
São João	212	17,0	1.037	83,0	1.249	27,4
São João de Brito	179	17,0	875	83,0	1.054	23,4
São João de Deus	152	14,5	893	85,5	1.045	29,3
São Jorge de Arroios	289	17,8	1.333	82,2	1.622	31,1
São José	75	21,4	276	78,6	351	36,0
São Mamede	89	17,1	430	82,9	519	31,0
São Miguel	28	17,1	136	82,9	164	35,4
São Nicolau	34	26,4	95	73,6	129	33,8
São Paulo	53	20,6	204	79,4	257	29,5
São Sebastião da Pedreira	91	19,7	370	80,3	461	26,8
São Vicente de Fora	72	18,2	324	81,8	396	32,7
Sé	12	11,5	92	88,5	104	30,1
Socorro	56	21,6	203	78,4	259	37,3
Lisboa	6.036	17,9	27.734	82,1	33.770	25,3

Fonte: INE, Censos 2001.

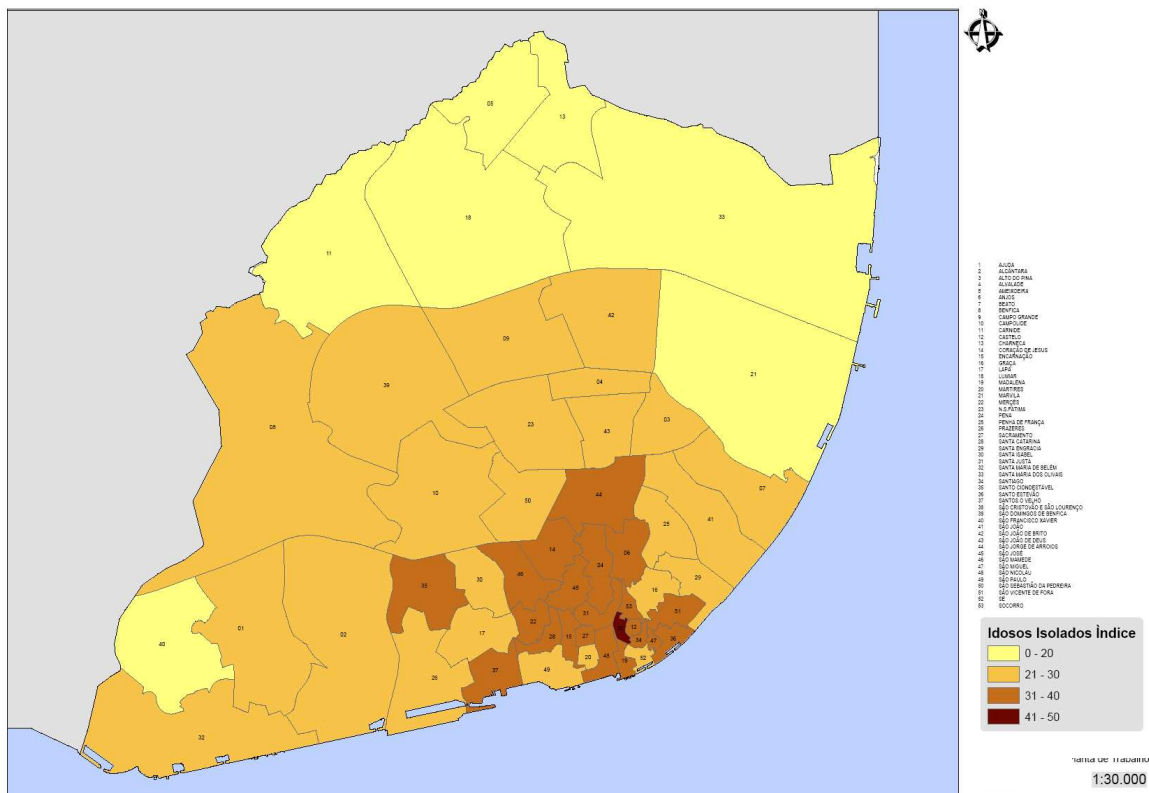
Mapa n.º 12 – Distribuição do Número de Idosos Isolados por Freguesia – População com 65 e mais anos a Viver Só



Fonte: INE, Censos 2001.

Em 2001 o número de idosos isolados residentes em Lisboa era de 33 770 (6 036 homens e 27 734 mulheres), representando 6% da população total do concelho. As freguesias que apresentavam, os valores mais elevados eram, Benfica, Santa Maria dos Olivais, São Domingos de Benfica, Santo Condestável e São Jorge de Arroios com mais de 1 500 idosos isolados residentes.

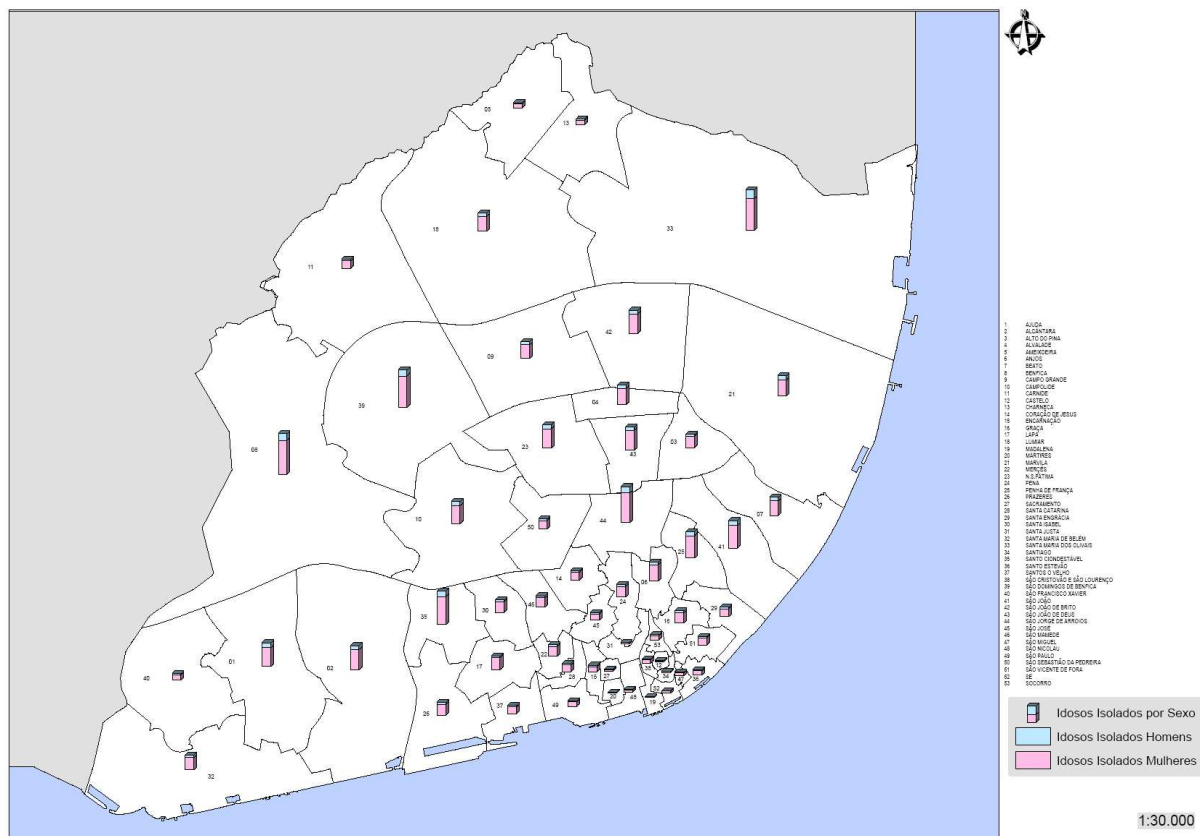
Mapa n.º 13 – Distribuição do Índice de Idosos Isolados por Freguesia – Pop. com 65 e mais anos a Viver Só



Fonte: INE, Censos 2001.

Em relação ao índice de idosos isolados destaca-se a freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, no conjunto das freguesias do centro histórico.

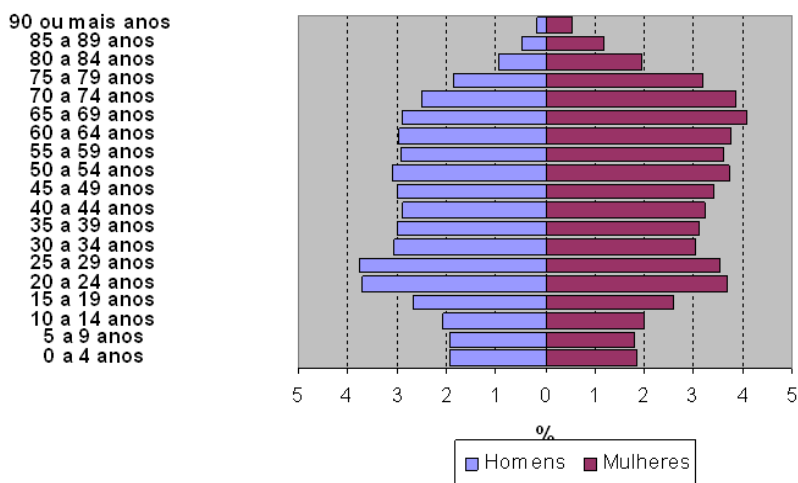
Mapa n.º 14 – Idosos Isolados por Freguesia e Sexo – Pop. com 65 e mais anos a Viver Só



Fonte: INE, Censos 2001.

Ao analisar a distribuição da população com 65 e mais anos que vivia só, por sexo, é evidenciada a feminização do envelhecimento em toda a cidade. Viviam sós em Lisboa, 33 770 pessoas com 65 e mais anos, sendo 82,1% mulheres e 17,9% homens.

Gráfico n.º 32 - Pirâmide Etária, Concelho de Lisboa



Pirâmide em forma de Urna
 Duplo Envelhecimento
 Envelhecimento acentuado no Topo

Fonte: INE, Censos 2001.

Em relação à pirâmide etária da cidade de Lisboa, verifica-se uma quebra forte na população, que afecta sobretudo as idades mais jovens, designadamente até aos 20 anos. Mas a diminuição estende-se também dos 20 aos 64 anos para os homens, e aos 69 para as mulheres. Os únicos números que aumentam são os dos idosos com mais de 70 anos. O envelhecimento da população tem contribuído para que os idosos representem uma percentagem cada vez maior na população lisboeta. De 14,3% em 1981 passam para 18,8% em 1991 e para 23,6% em 2001, enquanto que os jovens com menos de 15 anos passam de 18,9% na primeira data para 14,2% na segunda e para 11,6% no último censo, um crescimento quase complementar daquele. A regularidade desta evolução complementar é que torna o fenómeno significativo.

A diminuição das classes etárias jovens está pois a contribuir, conjuntamente com o envelhecimento da população, para que a estrutura etária tenda a assumir uma configuração de pirâmide invertida.

Territorialmente, a coroa periférica da cidade é mais jovem, nomeadamente o nordeste da cidade.

O centro é a área onde a população está mais envelhecida e é também no centro da cidade que se encontram as freguesias menos habitadas. Este facto decorre de uma terciarização desta zona geográfica e, tal como se verifica ao nível da área metropolitana, de uma saída da população para zonas mais periféricas onde existem

espaços residenciais com preços mais baixos. É também neste centro mais antigo e histórico da cidade que se encontram as construções mais antigas e uma população mais envelhecida.

Apesar do envelhecimento da população ser um fenómeno generalizado pelas diferentes freguesias, verifica-se uma maior concentração de população idosa no centro e uma concentração de população jovem e adulta nas zonas mais periféricas.

Em termos de género, denota-se que nas faixas etárias até aos 29 anos, os indivíduos do género masculino são em maior número do que os indivíduos do género feminino. A partir do grupo etário com 30 e mais anos, a situação inverte-se. Existe uma maior feminização da população que ocorre sobretudo nos escalões etários mais altos, em especial junto da população com mais de 65 anos. Segundo dados de 2001, 37,14 % da população residente em Lisboa, com 65 e mais anos eram homens e 62,81% eram mulheres, estando a justificação relacionada com a maior mortalidade nos homens do que nas mulheres.

Importa portanto sublinhar, que estes dados são expressivos no que diz respeito à necessidade de encarar o planeamento e a gestão urbana da cidade em função desta realidade demográfica, criando e estando atentos às novas “funções” na cidade que vão surgindo para satisfazer esta classe etária cada vez mais relevante em Lisboa, garantindo qualidade de vida, necessária a cada indivíduo que a deve ter direito e, simultaneamente, intervir, no sentido de atrair a população jovem para residir e trabalhar em Lisboa.

As características dos territórios onde as pessoas idosas habitam contribuem para a variação de alguns aspectos da sua vida quotidiana. Habitar num território com concentração de serviços e forte afluência de populações pendulares ou num território de predominância residencial, tem influência nos espaços de vida quotidiana das pessoas mais idosas. As interações entre ambiente e pessoa idosa, tanto ao nível da utilização do espaço público, como ao nível do espaço privado, com a adequação ou desadequação da habitação e seus acessos. Acesso a bens de consumo, proximidade de serviços públicos, são condicionantes para a sua capacitação, autonomia e independência.

Em relação ao conforto dos alojamentos, na cidade de Lisboa são as freguesias mais envelhecidas do ponto de vista da demografia da sua população, também as mais

envelhecidas em termos do seu parque habitacional.”São as freguesias do centro histórico as que possuem maior quantidade de edifícios muito degradados ou a necessitarem de grandes reparações (S. Miguel, Santa Justa, Castelo, Mártires, São Nicolau, São Paulo e Socorro têm todas mais de 30% do seu parque edificado nestas condições).”¹⁸

Em 2001 eram cerca de 20 700 as famílias de Lisboa afectadas por residirem em edifícios muito degradados, encontrando-se nas zonas históricas tanto a maior proporção de edifícios como a maior proporção de famílias residentes. ¹⁹ “...os níveis de conforto das habitações que integram os edifícios antigos apresentam níveis de conforto deficitários, nomeadamente os alojamentos localizados, nos bairros históricos, onde reside uma parte considerável de população com 65 e mais anos.”

A OMS com o Quadro de Orientação sobre o Envelhecimento Activo procurou orientar práticas pró-activas que incentivassem as mudanças pessoais e políticas, no quadro de envelhecimento da população. O interesse pelas questões de saúde, das relações familiares, do trabalho e das reformas ganharam relevância, assim como a sua relação sistémica.

O envelhecimento activo prevê uma atitude pró-activa para que os anos de vida ganhos sejam com qualidade. O envelhecimento activo é o processo que envolve atitudes individuais de promoção de estilos de vida saudáveis ao longo da vida, de forma a contribuir para a manutenção de autonomia do indivíduo em idade mais avançada.

As actividades de voluntariado têm vindo também a desempenhar uma função dinamizadora da participação cívica dos cidadãos, motivadora para a ocupação do tempo livre, com impacto social mas também promotora do desenvolvimento pessoal.

O Estudo sobre Voluntariado do Observatório do Emprego e Formação Profissional estimou, que em Portugal no ano de referência de 2005, seriam 360 mil os voluntários a colaborar com as organizações sem fins lucrativos e 270 mil o número de trabalhadores remunerados, verificando-se que algumas instituições funcionam só

¹⁸ LISBOA. Câmara Municipal. Gestão Urbanística. Monitorização e Difusão da Informação Urbana; SEIXAS, João, coord. - *Diagnóstico Sócio-urbanístico da Cidade de Lisboa: uma perspectiva censitária 2001*, 2ª ed. Lisboa: CML/Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano, 2005. (Coleção de Estudos Urbanos - Lisboa XXI; 4), Pág. 28.

¹⁹ Idem, pág. 96, quadro 3.2 3 figura 3.4.

com voluntários.²⁰ Os voluntários exercem actividades nos órgãos sociais, em actividades regulares ou actividades pontuais, sendo que 40,6% são actividades de apoio directo aos utentes.

Quadro n.º 67 - Percentagem de Voluntários por Grupo Etário segundo o Tipo de Instituição

	Voluntários Órgãos Sociais + Voluntários Regulares				Voluntários Ocasionais				Voluntários Total			
	Até 24 anos	25 a 64 anos	65 e mais anos	Total	Até 24 anos	25 a 64 anos	65 e mais anos	Total	Até 24 anos	25 a 64 anos	65 e mais anos	Total
ADS	12,1	75,4	12,5	100,0	16,7	79,0	4,3	100,0	13,9	76,8	9,4	100,0
AAPACDM	1,7	86,1	12,2	100,0	54,0	42,9	3,2	100,0	21,0	70,1	8,9	100,0
CERCIS	2,7	87,8	9,5	100,0	21,4	76,8	1,8	100,0	11,2	82,8	6,0	100,0
CN Escutas	15,0	85,0	0,0	100,0	58,1	41,9	0,0	100,0	16,0	84,0	0,0	100,0
ONGD	0,8	89,9	9,3	100,0	39,3	59,6	1,2	100,0	3,8	87,5	8,7	100,0
ADL	16,1	79,2	4,7	100,0	38,9	42,6	18,5	100,0	21,0	71,3	7,7	100,0
Fundações	43,6	40,7	15,8	100,0	8,3	91,0	0,7	100,0	35,6	52,1	12,3	100,0
Mutualidades	0,7	74,5	24,8	100,0	-	-	-	-	0,7	74,5	24,8	100,0
CCCRD	28,3	65,9	5,8	100,0	24,2	70,4	5,3	100,0	27,3	67,0	5,7	100,0
Bombeiros	27,3	69,5	3,2	100,0	24,3	72,6	3,1	100,0	27,2	69,6	3,2	100,0
Misericórdias	3,1	64,6	32,3	100,0	18,0	61,5	20,5	100,0	4,9	64,3	30,9	100,0
IPSS	8,1	63,7	28,2	100,0	19,1	56,8	24,1	100,0	13,9	60,1	26,0	100,0
CSP	8,5	59,8	31,7	100,0	20,7	30,3	49,0	100,0	11,7	52,2	36,2	100,0
IPJ	48,6	49,9	1,5	100,0	88,9	8,9	2,3	100,0	77,2	20,7	2,0	100,0
Coop. Cred.	0,0	92,6	7,4	100,0	-	-	-	-	0,0	92,6	7,4	100,0
Coop. não Cred.	0,0	90,3	9,7	100,0	-	-	-	-	0,0	90,3	9,7	100,0
Cáritas	7,9	66,0	26,0	100,0	24,7	45,6	29,7	100,0	20,5	50,8	28,8	100,0
Total	19,8	68,4	11,8	100,0	47,9	39,5	12,6	100,0	30,4	57,5	12,1	100,0

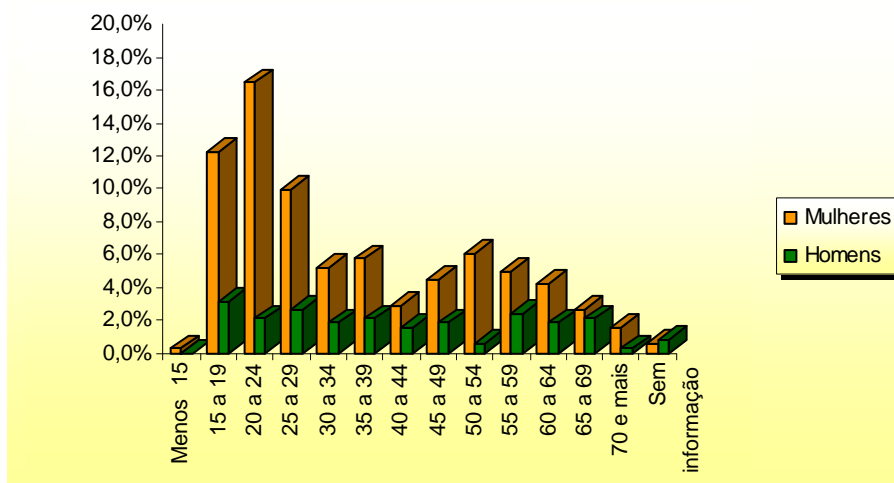
In Observatório do Emprego e Formação Profissional, Estudo sobre o Voluntariado, pág. 14.

O exercício do voluntariado tem expressão em todos os grupos etários. De acordo com este estudo 30,4 % dos voluntários tem idade até aos 24 anos, 57,5% encontram-se em idade activa (dos 25 aos 64 anos) e 12,1% têm idade igual ou superior a 65 anos. Há que ter atenção que 57,5% dos voluntários se distribuem por um intervalo de 4 décadas o que nos indica que a prática de voluntariado tem efectiva expressão em todas as idades, não se podendo afirmar que são os mais idosos os mais activos ou mais empenhados nestas actividades, sendo mais diferenciadoras a situação perante o trabalho e as qualificações académicas. Em termos numéricos são os jovens até aos 24 anos que mais se envolvem em actividades de voluntariado.

Considerando como amostra, os voluntários, inscritos no Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa em Dezembro de 2008, verifica-se ser o grupo etário dos 20 aos 24 anos o mais representativo, confirmando a distribuição do estudo que foi efectuado pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional.

²⁰ Organizações de Escuteiros e da Cáritas, Observatório do Emprego e Formação Profissional. *Estudo sobre o Voluntariado*, Janeiro 2008.

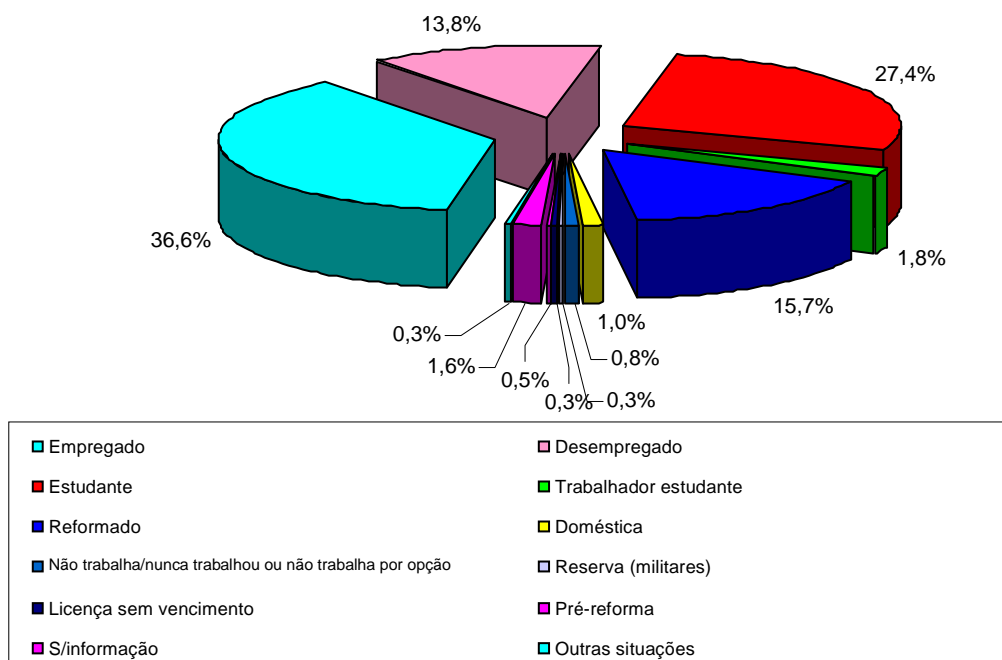
Gráfico n.º 33 - Distribuição dos Voluntários Inscritos no Banco de Voluntariado de Lisboa por Grupo Etário e Sexo



Fonte: Relatório de Caracterização dos Voluntários do Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa, CML/DAS, Lisboa 2008.

Inscreveram-se mais mulheres do que homens em actividades de voluntariado em todos os grupos etários.

Gráfico n.º 34 – Situação dos Voluntários perante o Trabalho



Fonte: Relatório de Caracterização dos Voluntários do Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa, CML/DAS, Lisboa 2008.

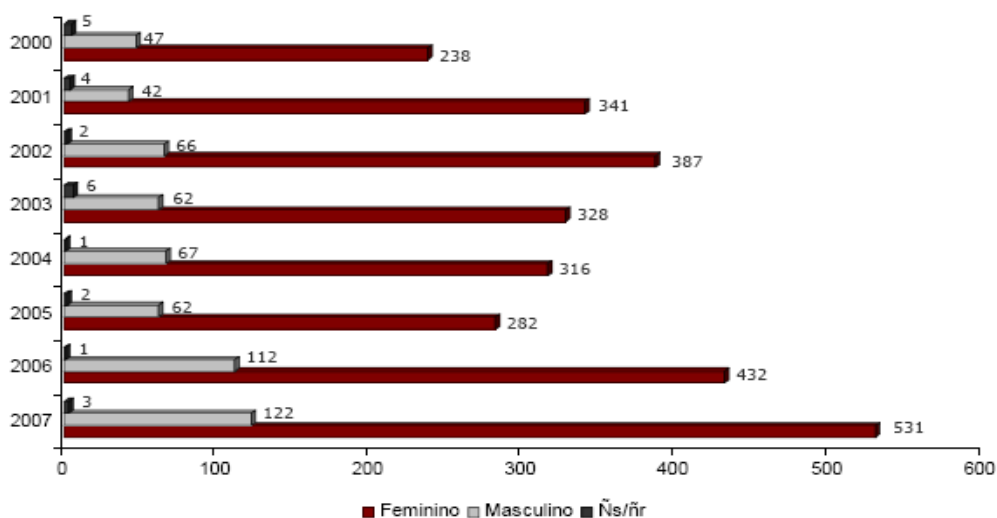
As Universidades Seniores apresentam-se como espaços de promoção do envelhecimento activo. A primeira surgiu em Lisboa em 1978 e, de acordo com informação da RUTIS (Rede de Universidades da Terceira Idade), em 2008 existiam 102 Universidades Seniores criadas em Portugal associadas a esta rede. De acordo com Esmeraldina Veloso, surgiram como complemento de um fenómeno principalmente urbano abarcando uma população reformada mais jovem, autónoma e de estratos sociais mais elevados que as diferencia dos outros equipamentos existentes dirigidos à população idosa como os Centros de Convívio e de Dia.²¹

Em 2007 surgiu a primeira Universidade Sénior Virtual, visando alargar o leque de utilizadores para fora dos espaços territoriais das universidades existentes, dinamizar o interesse pelas novas tecnologias e a aprendizagem ao longo da vida.

²¹ Veloso, Esmeraldina – *Políticas e contextos educativos para os idosos: um estudo sociológico numa Universidade da Terceira Idade em Portugal, 2004*, Universidade do Minho. Acedido em <http://repositorium.sdum.uminho.pt>

Mantendo sempre presente o facto de que os idosos constituem um grupo populacional em situação de maior vulnerabilidade social, salienta-se, no Gráfico n.º 35 o número de idosos vítimas de crime, entre 2000 e 2007, a nível nacional.

Gráfico n.º 35 – Número de Idosos Vítimas de Crime, por Sexo (2000-2007)



In APAV 2008 – Unidade de Estatística em www.apav.pt

Quadro n.º 68 – Número de Idosos Vítimas de Crime por Idade da Vítima (2000 – 2007)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
65 + anos	290	387	--	--	--	--	--	--	677
	100%	100%							19,6%
65-75 anos	--	--	329	269	272	227	337	417	1851
			72,3%	67,9%	70,8%	65,6%	61,8%	63,6%	53,5%
76-85 anos	--	--	102	109	93	96	162	193	755
			22,4%	27,5%	24,2%	27,7%	29,7%	29,4%	21,8%
86 + anos	--	--	24	18	19	23	46	46	176
			5,3%	4,6%	5%	6,7%	8,4%	7%	5,1%
Total	290	387	455	396	384	346	545	656	3459
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

In APAV 2008 – Unidade de Estatística em www.apav.pt

Quadro n.º 69 – Crimes perpetrados contra pessoas idosas (2000 – 2007)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Violência Doméstica									
Maus-tratos físicos/psiq. cônjuge/comp.	130	161	--	--	--	--	--	--	291
Maus-tratos físicos/psíquicos p. idosa	94	121	--	--	--	--	--	--	215
Maus-tratos físicos	--	--	228	233	221	216	254	299	1451
Maus-tratos psíquicos	--	--	223	257	236	224	283	340	1563
Ameaças-Coacção	52	99	151	156	164	120	176	177	1095
Difamação/Injúrias	62	86	81	95	82	80	112	155	753
Subtração de Menores	--	2	--	--	--	1	3	--	6
Violação da Obrigação de Alimentos	3	4	2	6	7	11	8	7	48
Violação	2	2	3	5	4	5	6	8	35
Abuso Sexual	2	2	3	2	5	3	--	2	19
Homicídio	--	--	--	--	--	--	1	1	2
Outros em Meio Doméstico	11	17	15	19	15	21	20	32	150
Crimes contra as Pessoas e a Humanidade									
Homicídio	1	2	4	3	1	2	1	5	19
Ofensas à Integridade Física	28	40	33	39	33	23	45	37	278
Maus tratos/infração regras de segurança	--	--	--	--	--	10	6	4	20
Rapto/Sequestro	5	2	3	2	2	2	3	9	28
Ameaças/Coacção	12	23	26	24	28	19	38	26	196
Violação	2	1	--	1	5	--	2	--	11
Abuso sexual	--	--	--	--	--	1	--	--	1
Outros Crimes Sexuais	--	2	2	1	2	1	1	--	9
Difamação/Injúrias	9	26	19	20	8	11	21	30	144
Negligência médica	1	1	3	2	2	2	1	2	14
Discriminação racial	1	--	--	--	1	--	--	1	3
Violação Domicílio	2	--	--	1	2	1	1	4	9
Outros contra pessoas	2	5	3	5	3	2	5	6	31
Crimes contra o Património									
Furto	8	33	26	16	19	13	22	24	161
Roubo	8	16	26	20	16	7	10	20	123
Dano	11	18	12	18	18	10	14	22	123
Abuso de Confiança	11	9	12	8	14	5	18	14	91
Burla	6	11	10	5	4	3	5	9	53
Outros contra património	3	5	1	3	6	--	6	3	27
Crimes contra a Vida em Sociedade e Estado									
Falsificação de documentos	4	6	2	4	5	--	7	3	31
Propagação doença contagiosa	--	1	--	1	--	--	1	--	3
Incêndio/Fogo posto	--	3	--	--	--	--	1	--	4
Poluição e dano contra a natureza	--	1	--	1	--	--	--	--	2
Abuso de Autoridade	--	--	--	--	1	--	--	--	1
Outros contra vida em Sociedade/Estado	--	--	--	--	--	--	1	--	1
Crimes Rodoviários									
Homicídio por negligência	--	--	1	--	--	--	--	--	1
Atropelamento e fuga	1	3	1	--	--	--	--	--	5
Ofensas à integridade física	--	3	1	--	1	--	1	--	6
Condução c/ álcool/drogas	--	--	--	1	--	--	--	1	2
Omissão de auxílio	--	3	4	--	1	--	2	--	10
Outros C. Rodoviários	--	--	--	--	--	2	1	--	3
Outros crimes									
Tráfico de drogas	--	--	--	1	1	1	--	2	5
Outros crimes	3	2	--	1	1	6	1	2	16
Total	472	710	895	950	908	802	1077	1245	7059

In APAV 2008 – Unidade de Estatística em www.apav.pt

1.6. Qualidade dos Serviços

Diagnóstico Social de Lisboa - Informação Complementar

O sistema EQUASS – European Quality Assurance for Social Services – consiste num “*sistema de reconhecimento, garantia e certificação da qualidade, dirigido às organizações que actuam no âmbito dos serviços sociais, tais como reabilitação, formação profissional, assistência e cuidados às pessoas em situação de fragilidade social e outros do domínio dos serviços pessoais de interesse geral*”.²²

De acordo com os seus princípios aprovados pelo Comité Europeu da Qualidade pressupõe uma abordagem integrada, por forma a comprometer as organizações e os serviços com os referenciais da excelência do desempenho, cujos eixos fulcrais consistem na auto-avaliação e aprendizagem organizacional, visando um processo de certificação externo.

Este sistema representa uma estratégia fundamental de suporte ao desenvolvimento da qualidade dos serviços sociais, na medida em que reforça o compromisso das organizações com o processo da qualidade e da melhoria contínua, assegurando aos cidadãos um nível crescente na qualidade dos serviços.

O EQUASS fundamenta-se, enquanto sistema de garantia e certificação da qualidade, em 9 PRINCÍPIOS essenciais:

- Liderança
- Direitos
- Ética
- Parcerias
- Participação
- Orientação para o cliente
- Abrangência
- Orientação para os resultados
- Melhoria contínua

Estes princípios concorrem directamente para um perfil das organizações que pretende fundamentalmente dotar os Serviços Sociais de qualidade compatível com o grau de satisfação dos utentes.

Os Serviços Sociais são na sua essência vocacionados para a satisfação das necessidades humanas e para as situações de fragilidade social como a educação,

²² In EQUASS – Apresentação e Estratégia para Implementação em Portugal.

formação profissional, apoio ao emprego, entre outras, que possuem uma dimensão de inclusão social que deve representar um instrumento essencial no garante da dignidade humana e contribuir para a promoção individual e colectiva dos cidadãos reforçando o exercício efectivo da cidadania.

A Certificação da Qualidade e da Excelência nos Serviços Sociais representam um comprometimento das organizações com os referenciais de boas práticas que progressivamente garante aos utentes, níveis de qualidade crescente no desempenho dos serviços e das respostas sociais assegurando:

- Qualidade na prestação de serviços
- Qualidade na gestão
- Operacionalidade do Sistema de Gestão de Qualidade
- Reconhecimento.

Nas sociedades contemporâneas a Certificação da Qualidade dos Serviços Sociais reveste-se de uma dimensão fundamental aos processos de desenvolvimento e constitui-se como um referencial nacional e europeu, no que respeita às organizações visando alcançar níveis de eficácia e transparência altamente satisfatórios.

Certificar a Qualidade dos Serviços Sociais significa cumprir requisitos previamente estabelecidos, obedecer a critérios de avaliação de diferentes dimensões e concretizar indicadores de avaliação de desempenho das organizações.

**2 - CARTAS MUNICIPAIS DE EQUIPAMENTOS DE ENSINO E
DE SAÚDE, contributo da responsabilidade do
Departamento de Planeamento Estratégico da CML**

O Plano Director Municipal (PDM) foi aprovado pela Assembleia Municipal (AM) em 26 de Maio de 1994 e ratificado pela Resolução 94/94 do Conselho de Ministros em 14 de Julho do mesmo ano.

Em cumprimento do art. 127.º do Regulamento do PDM de Lisboa, aprovado pela Assembleia Municipal em 26/5/94 e ratificado por Resolução do Conselho de Ministros de 14/7/94, a Câmara deveria ter elaborado no prazo de 2 anos, "... Cartas Municipais de Equipamentos Desportivos, de Ensino e de Saúde, com uma actualização bienal, a submeter à apreciação das entidades competentes." (pág. 76).

Apesar de na enumeração das Cartas a elaborar, não figurar a referência aos Equipamentos Sociais, é de relevar a importância dada a estes equipamentos na política social da CML, dada a importância de que se revestem as infra-estruturas sociais de apoio às famílias, quer para as crianças quer para os idosos, e a necessidade de garantir uma rede de equipamentos planeada e programada em função das necessidades.

Entretanto, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22/09, passou a estabelecer, entre outros aspectos, que os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) procedem à identificação das Redes de Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos, em que se inclui a Segurança Social (n.º 1 do art. 17.º), para o que "... definirão uma estratégia coerente de instalação, de conservação e de desenvolvimento daquelas infra-estruturas ou equipamentos, considerando as necessidades sociais e culturais da população e das perspectivas de evolução económico-social (n.º 2 do art. 17º). Neste domínio, os PMOT visam estabelecer a articulação das políticas sectoriais com incidência local (alínea c) do art. 70.º).

Também o DL 7/2003 de 15 de Janeiro, em relação à Carta Educativa, determina no ponto 3 do art.º19.º, que este documento integra o Plano Director Municipal.

Similarmente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º197/97, de 18 de Novembro apresenta como um dos seus objectivos fundamentais incentivar "redes de apoio social integrado de âmbito local, contribuindo, através da conjugação de esforços das diferentes entidades locais e nacionais envolvidas, para a cobertura equitativa do País em serviços e equipamentos sociais".

Já o Decreto de Lei nº 115/2006, de 14/06/06 tem referido como um dos Conceitos e objectivos “Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local” (Alínea f do Artigo 3.º).

No entanto, apesar de alguns estudos iniciados, só em 2008 foram concluídos pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) alguns destes importantes instrumentos de planeamento.

A Carta Educativa de Lisboa foi desenvolvida em articulação com a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL), tendo sido aprovada pela AM em 29 de Abril de 2008 e homologada pela Ministra da Educação em 15 de Maio seguinte, enquanto que a Carta dos Equipamentos de Saúde, elaborada pela Câmara em articulação com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e com a Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados (UMCCI), foi aprovada em sessão camarária de 15 de Abril de 2009.

Entretanto, encontra-se elaborada a Carta de Equipamentos Sociais para a Infância e em curso a Carta de Equipamentos Sociais para os Idosos.

Complementarmente foi recentemente elaborado pela CML o Plano Gerontológico Municipal, que se encontra actualmente em apreciação, sendo importante a sua articulação com o futuro Plano de Desenvolvimento Social, que deverá constituir-se como um único instrumento estratégico na área social.

Objectivos

As Cartas de Equipamentos são, ao nível local, os instrumentos de planeamento e ordenamento físico, prospectivo, das infra-estruturas edificadas necessárias à satisfação das necessidades, no quadro de desenvolvimento demográfico e socio-económico do município.

No entanto, os documentos agora elaborados apenas procedem à identificação das carências actuais, considerando a população estimada para 2007, entendendo-se como uma primeira fase do processo de planeamento.

O objectivo primeiro é assim o de elaboração de um diagnóstico, identificando as lacunas e deficiências das redes actuais de equipamentos, que garantam um suporte à decisão e ao estabelecimento das medidas urgentes e prioritárias para a sua correcção, não contendo uma proposta para o médio e longo prazo.

Contudo, o processo de planeamento não poderá deter-se no diagnóstico do momento presente, pelo que deverá numa fase posterior prosseguir, atendendo às novas dinâmicas populacionais e às previsões de evolução e, em conformidade, equacionar as necessidades futuras e acautelar a sua resolução, através da reserva de terrenos e espaços construídos para a instalação dos equipamentos.

Cenário Demográfico – 2007

Dado que desde os últimos dados censitários, se desenvolveram grandes áreas da cidade com novas construções habitacionais, de que destacam naturalmente o Parque das Nações e a Alta de Lisboa, entendeu-se proceder a uma estimativa da evolução da distribuição da população na cidade de Lisboa, entre 2001 e 2007, ainda que admitindo que a população total se manteve inalterada.

Assim, foi admitida a manutenção da totalidade da população residente segundo os dados dos Censos de 2001, ainda que com uma diferente distribuição pelo território, segundo os seguintes critérios:

- Ocupação de fogos construídos entre 2001 e 2007.
 - À população residente em 2001, por Freguesia, foram adicionados os habitantes resultantes da ocupação efectiva de novos empreendimentos, construídos e ocupados entre 2001 e 2007, de dimensão significativa, considerando 2,4 habitantes por fogo.
- Fogos vagos
 - Não foi considerada, nesta fase, a ocupação de fogos vagos, nomeadamente a reocupação de fogos devolutos, o que poderá vir a ser revisto à medida que forem definidas políticas municipais para atracção de população e repovoamento de áreas centrais e históricas.
- Manutenção da população residente em 2001
 - A população decorrente da ocupação dos novos empreendimentos, considerando 2,4 hab. por fogo, totaliza cerca de 54 000 habitantes.
 - Para a manutenção dos 564 657 habitantes existentes em 2001, foram retirados em 2007, 53 967 habitantes às Freguesias que apresentam um decréscimo populacional entre 1991 e 2001, na proporção e tendência verificadas entre os dois Censos (1991 e 2001), projectadas para o período de 2001 a 2007.

CARTA EDUCATIVA DE LISBOA

Considerando a população estimada para 2007, a componente de ordenamento da rede de equipamentos obedeceu a critérios e orientações fornecidas pela DREL, nomeadamente quanto à área de influência dos estabelecimentos de ensino, a respectiva tipologia e capacidade e ao número máximo de alunos admitido por turma. A definição das áreas de influência das escolas básicas de Lisboa foram estabelecidas a partir de um trabalho conjunto entre a CML e a DREL, tendo em consideração características urbanísticas da cidade, as tipologias e capacidades dos estabelecimentos de ensino, bem como critérios de reordenamento da rede escolar definidos pelo Ministério da Educação sobretudo baseados em objectivos de mudança de tipologia dos equipamentos existentes.

Os critérios adoptados não reflectem no entanto totalmente as necessidades, uma vez que foram nomeadamente utilizadas as capacidades nominais das escolas, contabilizando espaços afectos a actividades não lectivas, o que conduz forçosamente a um diagnóstico incompleto.

Segundo orientação da DREL, foi igualmente adoptada a dimensão máxima da turma, ignorando as reduções do número de alunos existentes para integração de Necessidades Educativas Especiais, critério que passou a ser aplicado na prática só a partir do presente ano lectivo de 2008/2009.

Entretanto, as unidades territoriais adoptadas para a elaboração do diagnóstico correspondem a grupos de Agrupamentos de Escolas, o que não permite evidenciar as carências localizadas, uma vez que se assegura, desta forma, a possibilidade de compensação das carências existentes em algumas áreas, com a folga verificada em estabelecimentos de ensino de outras áreas, independentemente da distância entre elas.

Também a análise ao nível do Agrupamento de Escolas foi realizada segundo os seus actuais limites, alguns desenhados de forma pouco adequada geograficamente, mas que visam dar solução à cobertura de áreas actualmente sem capacidade de oferta.

É pois indispensável que a segunda fase do trabalho, para além de atender às carências decorrentes de um cenário prospectivo, seja também aferida às características demográficas e urbanísticas das diferentes áreas da Cidade e desenvolvida com critérios mais exigentes e adaptados à realidade.

Metodologia

Para a estimativa da população escolar a servir em cada nível de ensino, sobre a qual se procedeu à elaboração desta fase de diagnóstico da Rede de Equipamentos, foi aplicado um factor de cálculo, que se denominou RIP.

Este factor introduz uma correcção ao número de alunos estimado em idade própria para cada nível de ensino, em função da retenção (R) ou repetência, da importação (I), designação do fenómeno de frequência nas escolas de Lisboa, de crianças residentes noutros concelhos que acompanham um dos progenitores na sua deslocação para o local de trabalho, e taxa de cobertura da rede pública (P), ou seja, para o total de alunos estimados em idade própria, acrescidos dos repetentes e dos não residentes em Lisboa, a quota que se entende dever ser servida pelos estabelecimentos de ensino da rede pública, pressupondo que os restantes frequentarão o ensino privado.

Assim, foram estabelecidas pela CML em colaboração com a DREL, as seguintes taxas de cobertura para a rede pública: Educação pré-escolar - 25%, 1.º ciclo - 54%, 2.º ciclo - 58%, 3.º ciclo - 66% e Secundário - 78%.

Com excepção do pré-escolar, em que a taxa de 25% representa um aumento da cobertura existente em 2005/2006, que era então de 16%, as taxas restantes são as verificadas no ano lectivo de 2002/2003, correspondendo à intenção de suster a tendência de perda de quota verificada nos últimos anos.

Tal como foi já referido, foram utilizadas as capacidades nominais das escolas e a dimensão máxima da turma.

Os cálculos foram ainda realizados para cada um dos actuais Agrupamentos de Escolas, e para grupos de Agrupamentos, assim definidos:

Grupo Noroeste – Bairro Padre Cruz (Agrup. 6), Delfim Santos (Agrup. 7), Quinta de Marrocos (Agrup. 9), Pedro de Santarém (Agrup. 10), Telheiras 1 (Agrup. 11), São Vicente/Telheiras (Agrup. 12), Lindley Cintra (Agrup. 16), Pintor Almada Negreiros (Agrup. 17), Alto do Lumiar (Agrup. 18).

Grupo Nordeste – Luís António Verney (Agrup. 19), Marvila (Agrup. 20), Damião de Góis (Agrup. 24), Fernando Pessoa (Agrup. 25), Sta Maria dos Olivais (Agrup. 26), Piscinas/Olivais (Agrup. 27), Vasco da Gama (Agrup. 28).

Grupo Centro - Marquesa de Alorna (Agrup.8), Alvalade (Agrup. 13), Eugénio dos Santos (Agrup.14), Luís de Camões (Agrup. 15), Olaias (Agrup. 22), D. Filipa de Lencastre (Agrup. 29).

Grupo Centro Ribeirinho – Bartolomeu de Gusmão (Agrup. 1), Baixa-Chiado (Agrup. 2), Manuel da Maia (Agrup. 4), Nuno Gonçalves (Agrup. 21), Patrício Prazeres (Agrup. 23), Gil Vicente (Agrup. 30).

Grupo Sudoeste – Francisco Arruda (Agrup. 3), Belém-Restelo (Agrup. 5).

Diagnóstico

Considerando a metodologia utilizada, poder-se-á dizer que a rede pública de equipamentos escolares revela folgas de capacidade globais em todos os níveis de ensino, com excepção do pré-escolar.

No entanto, ao nível dos grandes grupos de Agrupamentos de Escolas, o Grupo Noroeste apresenta, ao contrário, carências em todos os níveis de ensino, ainda que ao nível do 1.º ciclo se possa encontrar um equilíbrio, mas apenas se considerarmos a totalidade do território assim designado, abrangendo toda a coroa noroeste da cidade, desde o parque de Monsanto às Galinheiras.

Recorde-se que o diagnóstico se baseia numa população estimada para 2007, o que numa área sujeita a uma dinâmica construtiva como a das Freguesias do Lumiar, da Ameixoeira e da Charneca, com empreendimentos de grandes dimensões em curso como a Alta de Lisboa, ou a zona das Galhardas, se traduz num agravamento das carências a curto prazo.

Ainda no mesmo Grupo Noroeste, é de referir:

- a situação de lotação esgotada na escola EB1/JI do Alto da Faia,
- a situação de sobrelotação da EB 2.3 Delfim Santos e de 4 escolas do 1.º ciclo a funcionar em regime duplo (EB1 n.º 110, EB1 n.º 120, EB1 Luz/Carnide n.º 45 e EB1 n.º 185 das Galinheiras);
- a instalação da EB1 Padre Álvaro Proença, n.º 205, em blocos pré-fabricados, no logradouro da EB 2.3 Pedro de Santarém.

- a existência de um elevado número de crianças carenciadas nas escolas do Bairro Padre Cruz, do Bairro da Boavista, do Bairro da Horta Nova, do Bairro das Fonecas e Quinta dos Barros e na EB1 Frei Luís de Sousa n.º 49 no Bairro das Furnas;
- o registo de problemas de toxicodependência, vandalismo e delinquência, no Bairro da Boavista e de problemas sociais graves na EB1 n.º 77 com JI na Charneca do Lumiar, de conflitos étnicos na EB1 Prof. José Salvado Sampaio n.º 17 em Benfica e de indisciplina na EB1 n.º 91 no Alto do Lumiar;

A análise do Grupo Nordeste na sua globalidade revela por sua vez apreciáveis folgas de capacidade em todos os níveis de ensino, ainda que localizadamente se constatem carências e, ao serem contabilizados todos os estabelecimentos em funcionamento, não tenham sido consideradas as necessidades de substituição de instalações.

São assim de salientar as seguintes situações:

- a necessidade de encerramento da EB1 n.º 20 – Vila Maria Luísa, com 2 salas, a funcionar num espaço integrado num antigo Palácio do séc. XVIII, sem espaços complementares de ensino nem logradouro, o que veio a acontecer já no presente ano lectivo de 2008/2009;
- a existência de 3 escolas do 1.º ciclo a funcionar em regime duplo, EB1 n.º 195 e EB1 n.º 117 (Agrup. Damião de Góis) e EBI Vasco da Gama;

De salientar também que neste Grupo se encontra uma das zonas da cidade com maior dinâmica construtiva, o Parque das Nações, cujo crescimento não foi tido em conta nos cálculos da estimativa populacional, e em que apenas foram considerados 2/3 dos fogos já construídos como estando ocupados.

É ainda de referir o elevado número de crianças carenciadas, provenientes de bairros de realojamento, principalmente no Agrupamento de Escolas Luís António Verney (Agrup. 19), Marvila (Agrup. 20), Damião de Góis (Agrup. 24) em que a percentagem de alunos carenciados é muito acima da média da Cidade.

Também a análise do Grupo Centro não revela carências, quando realizada para a sua globalidade, no entanto podem salientar-se as seguintes deficiências localizadas:

- a EB1/JI Mestre Querubim Lapa, n.º 23, em Campolide que concentra os alunos da EB1 n.º 80 no Bairro da Bela Flor e da EB1 n.º 96 do Bairro da Liberdade e Serafina,

que foram demolidas, abrangendo uma vasta área de residência, e da escola EB1 n.º 13, de Campolide, que foi extinta no presente ano lectivo de 2008/2009;

- a consequente deslocação diária dos alunos do Bairro da Liberdade e Serafina, entre o Bairro onde residem e a EB1 n.º 23 – Mestre Querubim Lapa;
- a existência de regime duplo na EB1 n.º 35 de S. Sebastião da Pedreira, instalada numa parte de um edifício adaptada ao ensino;
- a existência de regime duplo na EB 23 Luís de Camões;
- as deficientes condições de acesso e a falta de espaços complementares do ensino, como sejam salas de trabalho e refeitório, na escola EB 23 Almirante Gago Coutinho, que leva a que a população escolar opte por outros estabelecimentos de ensino, fora do seu Agrupamento;

De salientar ainda que a população escolar deste grupo territorial apresenta uma grande heterogeneidade, havendo escolas em que uma grande parte dos alunos são provenientes de meios socio-económicos desfavorecidos e de diversas culturas e etnias (Campolide, Bairro da Liberdade e Serafina, Bairro Santos, Rego, Bairro das Murtas, Quinta do Monte Coxo), apresentando algumas graves problemas disciplinares e alguns comportamentos de risco (Olaias) e um elevado número de alunos residentes noutros concelhos do Distrito de Lisboa, e que frequentam as escolas da área de emprego do encarregado de educação (Alvalade, Arco do Cego, Avenidas Novas).

Há ainda a salientar um elevado número de crianças institucionalizadas que frequentam as escolas da rede pública destes agrupamentos.

No Grupo Centro Ribeirinho, a análise global revela apenas carências ao nível do pré-escolar e do secundário, no entanto uma análise mais detalhada permite evidenciar as seguintes deficiências:

- o mau estado de conservação da escola EB1 n.º 18 (Janelas Verdes), transferida provisoriamente para as instalações da EB1 n.º 72 (Lapa), e das escolas EB1 das Gaivotas e EB1 Helena Vaz da Silva (Poço dos Negros), a funcionar provisoriamente em instalações cedidas;
- o funcionamento da EB1 Fernanda de Castro (Tapada das Necessidades) parte em instalações pré-fabricadas e parte num edifício cedido sem condições adequadas;

- a lotação esgotada da escola EB 1/JI Padre Abel Varzim, estabelecimento de ensino com maior procura no Agrupamento de Escolas n.º 2 (Baixa-Chiado) e da EB1 n.º 1 (Pena);
- o encerramento das escolas EB1 n.º 79 (Martim Moniz) e EB1 n.º 68, com a transferência dos alunos para instalações provisórias da EB1 Marquês de Távora, n.º 199 noutra Agrupamento (Gil Vicente);
- o funcionamento em regime duplo das escolas EB 1 n.º 212 e EB 1 do Castelo, n.º 10;
- a generalidade de instalações antigas, adaptadas ao ensino e em deficiente estado de conservação;
- a existência de crianças carenciadas, de meios socio-económicos desfavorecidos e de diferentes etnias (Madragoa, Poço dos Negros, Quinta do Loureiro, Martim Moniz, Penha de França, Castelo);

Há ainda a salientar um elevado número de crianças institucionalizadas que frequentam as escolas da rede pública destes agrupamentos.

Considerando a caracterização do parque escolar existente em alguns dos Agrupamentos (Baixa-Chiado, Bartolomeu de Gusmão, Manuel da Maia, Nuno Gonçalves, Gil Vicente), os desenvolvimentos urbanísticos previstos deverão integrar as soluções para os acréscimos populacionais que serão gerados, e através destas garantir igualmente a oferta de melhores condições e alternativas aos estabelecimentos existentes, nomeadamente em Alcântara e no Vale de Santo António.

No Grupo Sudoeste, apesar da análise global revelar folgas de capacidade, importará salientar as seguintes situações, com implicações na capacidade de resposta dos equipamentos de ensino:

- a existência de crianças carenciadas, de meios socio-económicos desfavorecidos e de diferentes etnias, em particular na EB1/JI do Casalinho da Ajuda, na EB1 Alexandre Rodrigues Ferreira, na EB 1 Raul Lino e na EB1 n.º 118/JI do Alto da Ajuda.

Programa de Intervenções Prioritárias

Apesar de se tratar de um primeiro diagnóstico, assente em critérios que deverão vir a ser ajustados à realidade, as carências detectadas são elevadas, tendo sido, de entre elas, identificadas intervenções prioritárias.

Assim, foi estabelecido pela CML em colaboração com a DREL, o seguinte Programa de Intervenções Prioritárias, a executar entre 2008 e 2011:

Construções novas

- EB I das Galinheiras
- EBI do Parque das Nações
- EB1/JI do Bairro do Armador – Chelas
- EB1/JI de Benfica
- Jl de Alvalade
- Jl de Santa Maria dos Olivais
- Jl da Quinta dos Frades – Lumiar

Obras de beneficiação e requalificação do parque escolar existente

Foram identificados vários tipos de intervenção, desde o arranjo dos espaços exteriores, obras de manutenção e beneficiação geral, construção de cozinhas e refeitórios, e ampliação para substituição de instalações precárias, em 70 estabelecimentos de ensino.

Integram ainda a Carta Educativa, um conjunto de medidas complementares, de suporte à melhoria da oferta educativa em todos os níveis de ensino, de combate ao insucesso, ao abandono e à saída antecipada nos 2.º e 3.º ciclos e Secundário, através da promoção de uma oferta educativa diversificada e ajustada ao perfil, motivação e interesses de alguns segmentos de estratos jovens, e ainda a recomendação de um conjunto de medidas gestionárias.

CARTA DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

À semelhança da Carta Educativa de Lisboa, a Carta de Equipamentos de Saúde, elaborada pela CML em articulação com a ARSLVT, no que concerne aos Cuidados Primários e em articulação com a UMCCI para os Cuidados Continuados de Saúde, é entendida como uma primeira etapa no processo de planeamento das respectivas Redes de Equipamentos, privilegiando a identificação das carências actuais e das propostas para a sua solução.

Cuidados Primários de Saúde

A Medicina Geral e Familiar é a especialidade que identifica o perfil profissional do Médico de Família, clínico generalista que é o primeiro elo da prestação dos cuidados públicos de saúde e relativamente ao qual se estabelecem as taxas de cobertura dos cuidados primários.

Em 2006 começaram a ser criadas as Unidades de Saúde Familiar (USF), como unidades nucleares de prestação de cuidados primários de saúde, de iniciativa dos próprios profissionais, dotadas de autonomia, ainda que naturalmente sujeitas ao controlo do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Em cada Centro de Saúde, funciona pelo menos uma USF.

No final de 2007, foi entretanto estabelecido o regime de criação, estruturação e funcionamento dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), tendo sido proposta pelo Ministério da Saúde, 3 ACES para a cidade de Lisboa, agrupando os seguintes Centros de Saúde:

ACES1 - Alvalade, Benfica, Lumiar e Sete Rios;

ACES2 - Graça, Olivais, Marvila, Penha de França e S. João;

ACES3 - Ajuda, Alameda, Alcântara, Coração de Jesus, Lapa, Luz Soriano, Santo Condestável e São Mamede/Santa Isabel.

Metodologia

Para o cálculo das necessidades e de carências em unidades prestadoras de cuidados primários de saúde, foi usada a USF como unidade de base e adoptada uma cobertura de 1800 utentes/médico, valor concertado com a Unidade de Missão de Cuidados de Saúde Primários (UMCSP).

Para o n.º de utentes/habitantes foi utilizada a estimativa populacional elaborada para 2007 e que serviu de base à Carta Educativa de Lisboa, reagrupada segundo os limites das Áreas de Influência dos Centros de Saúde.

Foram contudo introduzidas algumas alterações aos actuais limites, de forma a melhorar a coerência das áreas de influência e acessibilidade dos utentes, atendendo à construção progressiva de novas unidades de saúde, nomeadamente em Alcântara, Carnide e Penha de França.

A ARSLVT efectuou ainda uma análise das instalações actuais quanto ao tipo de construção, estado de conservação, funcionalidade e encargos, para identificação das unidades a substituir.

Diagnóstico

Repartindo-se equitativamente pelos 3 ACES, encontram-se a prestar serviço em Lisboa, cerca de 390 médicos de família, enquanto se encontravam inscritos em 2007, 718 369 utentes.

Analisando a evolução dos serviços de prestação de cuidados de saúde primários, entre 2004 e 2007, verifica-se que enquanto o n.º de médicos diminuiu 8%, o n.º de utentes aumentou em quase 45 000, o que corresponde a mais 6,2 %, constatando-se ainda que o maior crescimento de n.º de inscritos se deu no ACES 1, em valor absoluto e relativo, enquanto o Centro de Saúde que observou a maior procura foi o de Alameda no ACES 3.

Considerando a metodologia utilizada, constata-se que o valor médio do rácio utentes/médico é de 1 837, valor superior ao máximo considerado de 1800 utentes/médico, confirmando-se a cobertura mais deficiente em n.º de médicos de família no ACES 1, particularmente no Centro de Saúde do Lumiar e no ACES 3, Ajuda, Coração de Jesus e Sto Condestável.

É na área de influência do Centro de Saúde de Benfica que se localizam as maiores necessidades em termos quantitativos.

Quanto ao tipo de instalações, a generalidade são projectos espaços adaptados, não reunindo algumas das instalações, as condições mínimas desejáveis para a função.

De salientar uma vez mais que o diagnóstico se reporta à situação actual, considerando apenas a população estimada para 2007, sem atender às novas dinâmicas populacionais, decorrentes dos novos empreendimentos previstos ou já em curso.

Proposta de Redução de Carências

Conforme a metodologia atrás descrita, foram quantificadas as necessidades e identificadas as carências localizadas por Área de Influência do Centro de Saúde, e avaliadas as instalações actuais para identificação das que deverão desde já ser substituídas.

Assim, das 34 instalações existentes, 18 foram consideradas a substituir, ainda que por razões diversas e diferentes graus de prioridade.

Considerando a totalidade das unidades de saúde existentes, como se estivessem concretizadas as substituições preconizadas, as carências são ainda de 7 unidades novas: Bairro da Boa Vista, Montinho de S. Gonçalo no Alto do Lumiar, Mercado de Campolide, Parque das Nações, Parque de Saúde Oriental, Alto do Restelo, Olaias e Pedrouços.

Nalguns casos, quer as soluções para substituição, quer a localização das novas unidades a construir são conhecidas e correspondem a processos já iniciados e que a Carta enumera e identifica. Para os restantes casos, a Carta aponta sugestões de solução que deverão ser avaliadas e desenvolvidas em processos posteriores, nomeadamente como cedências obrigatórias, no âmbito de processos de loteamento urbano, ou a localização em Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Proposta de Intervenção Prioritária

Tendo em atenção a dimensão das carências e a respectiva lista de intervenções proposta, foram estabelecidas entre a CML e a Secretaria de Estado da Saúde, uma lista de intervenções prioritárias, considerando as acções mais urgentes e cuja solução é passível de concretização imediata, integrando igualmente a Carta de Equipamentos de Saúde.

Unidades cujo processo de construção pode ser iniciado

- (12 P) - Parque das Nações
propriedade da ARSLVT, Alameda dos Oceanos
- (9 P) - Montinho de S. Gonçalo
propriedade municipal, Rua António Dacosta
- (5 P) – Carnide
propriedade municipal
(cedência à ARSLVT em direito de superfície aprovada pela AM em 12/7/05)
- (5 Q) - Rua Dr. Rodrigues Migueis
propriedade municipal
reconstrução no próprio local
- (17 Q) – Campolide
propriedade municipal, recinto do antigo Mercado Municipal
- (3 P) – Pedrouços
propriedade municipal, Rua dos Cordoeiros a Pedrouços, 50
- (9 Q) - Vale da Ameixoeira
propriedade municipal, delimitação a definir
- (5 R) - Bairro da Boa Vista
propriedade municipal, Rua Rainha D. Brites

Metodologia de Completamento e Monitorização

Considerando que algumas das Unidades de Saúde não se encontram ainda com a localização definida, torna-se necessário manter presente a necessidade de estudo de soluções no decurso da actividade camarária, de gestão e planeamento urbanísticos (Licenciamentos, Loteamentos e PMOT).

A deliberação camarária que aprovou o envio da Carta de Equipamentos de Saúde à Assembleia Municipal para aprovação, inclui então a decisão de criação de um processo de monitorização que garanta, por um lado, o registo das Unidades que progressivamente venham a ser instaladas e a concretização da afectação de terrenos e edifícios prevista na Carta, mas também, que permita disponibilizar, a cada momento, informação actualizada sobre as carências ainda a satisfazer, aos serviços que no âmbito da sua actividade devem contribuir para a definição das soluções em falta.

Cuidados Continuados de Saúde

Em meados de 2006 foi lançada a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), destinada a pessoas dependentes, e tendo por base a articulação entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Solidariedade Social.

Um dos objectivos principais desta Rede é a de assegurar uma resposta coerente e integrada às pessoas que se encontrem em situação de dependência temporária ou prolongada, com proximidade de prestação dos cuidados, adaptadas às necessidades do cidadão e centradas no utente, que se querem individualizados e humanizados com abordagem multidisciplinar (planos individuais de intervenção). Assim, perspectiva-se a sua constituição por “unidades e equipas de cuidados continuados de saúde, e ou de apoio social, e de cuidados e acções paliativas, com origem nos serviços comunitários de proximidade, abrangendo os hospitais, os centros de saúde, os serviços distritais e locais” (MCCS - Comunicação social).

A tipologia definida para as unidades e equipas da RNCCI é a seguinte (cf. capítulos IV e V do Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho):

- Unidades de internamento
 - o Unidades de convalescença (UC) - (pós-operatório, doença crónica descompensada),
 - o Unidades de média duração e reabilitação (UMD) - (até 90 dias: AVC, fractura de colo do fémur),
 - o Unidades de longa duração e manutenção (ULD) - (superior a 90 dias: doenças neurodegenerativas);
 - o Unidades de cuidados paliativos (UCP) - (doenças oncológicas);

- Unidades de ambulatório
 - o Unidade de dia e promoção da autonomia (UD) - (pessoas sem condições para serem tratadas em casa);

- Equipas hospitalares
 - o Equipas de gestão de altas - (equipas multidisciplinares para assegurar a continuidade de cuidados no processo de reabilitação dos doentes que obtiveram alta)

- Equipas intra-hospitalares de suporte em cuidados paliativos - (para articular e superintender os cuidados aos doentes em tratamentos paliativos complexos);
- Equipas domiciliárias
- Equipas de cuidados continuados integrados – (equipas multidisciplinares, da responsabilidade dos CS/USF e das entidades de apoio social, para pessoas em situação de dependência funcional que não requerem internamento mas que não se podem deslocar)
 - Equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos - (equipas multidisciplinares para prestar assessoria específica aos profissionais que prestam serviços domiciliários).

A coordenação da Rede é assumida ao nível nacional e, no plano operativo, ao nível regional e ao nível local. No último nível, esta função é assegurada por Equipas de Coordenação Local (ECL), cujo âmbito territorial coincide com a área de influência dos CS. Têm composição multidisciplinar e intersectorial: no mínimo devem possuir 1 médico, 1 enfermeiro e 1 assistente social, em representação da ARS e do CDSS; e, “sempre que necessário”, 1 representante da câmara municipal, designado pelo respectivo presidente (cf. Despacho n.º 19040/2006, de 19 de Setembro).

No plano das respostas, em número de unidades de internamento e de unidades de dia e de promoção da autonomia, necessárias à satisfação das necessidades da população em cuidados continuados integrados, prevê-se que a RNCCI atinja uma cobertura a 100% apenas no período de 2013-2016.

Na cidade de Lisboa, em Fevereiro de 2009, o nº de camas e/ou de lugares, segundo as várias valências, era no total apenas de 48 camas em Unidades de Convalescença (UC), 22 camas em Unidades de Internamento de Média Duração (UMD), 12 camas em Unidades de Internamento de Longa Duração (ULD), não existindo ainda quaisquer respostas ao nível das Unidades de Internamento de Cuidados Paliativos (UCP) ou de Unidades de Dia e de Promoção da Autonomia (UDPA).

Metodologia

A estratégia nacional definida para a implementação da RNCCI assenta numa lógica de parcerias público-privadas e de protocolos com as Misericórdias, prevendo que a

satisfação das necessidades venha a atingir os **100% no período de 2013-2016**. Entretanto, as metas intermédias fixadas são as seguintes: cobertura a **30%, de 2006 a 2008; e a 60%, de 2009 a 2013**.

Ainda que os cuidados continuados tenham como destinatários as pessoas em situação de dependência, sejam idosas ou não, os rácios de identificação de carências são calculados a partir de uma população alvo de 65 e mais anos de idade.

Assim, a partir da Base Demográfica descrita (2007), foi estimado o número absoluto de idosos por área de influência de Centro de Saúde, para cada uma das metas descritas segundo os seguintes critérios:

META 1 (2006-2008) - aplicação de uma proporção de 24,2% (extraída a partir dos valores de frequência de idosos, apurados pelo INE e que, em termos relativos, coincidem em 2005 e 2006) ao total da população estimada por área de influência de Centro de Saúde;

META 2 (2009-2013)- igual cálculo, aplicando uma proporção de 25 % da população idosa ao total da população, equivalendo a um previsível envelhecimento da população;

META 3 (2013-2016) – igual cálculo, utilizando a proporção de 25,9 %, prevendo a continuação da tendência de envelhecimento da população, percentagem igualmente utilizada pela CML em cálculos relativos a necessidades em equipamentos sociais para idosos.

Os critérios, utilizados na determinação do n.º de camas ou de lugares das unidades de cuidados continuados necessárias, respeitaram os rácios transmitidos pela então Coordenação Nacional, no seu cenário de redução de carências para o período de 2006-2008, e os que foram posteriormente explicitados no Relatório de Monitorização da Implementação das Experiências-piloto, para os períodos ulteriores.

O cálculo das necessidades (em número de camas e lugares) segundo as várias valências (tipos de equipamento), resulta da aplicação daqueles rácios, à população idosa estimada para cada freguesia.

No quadro seguinte são apresentados os rácios de cobertura, segundo as fases de implementação da RNCCI, por tipos de unidade. Neles se pode verificar que os

valores dos rácios, tanto em número de camas como em lugares, são triplicados da primeira para a última fase.

TIPOS DE UNIDADE	FASEAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA RNCCI		
	FASE 1 2006-2008	FASE 2 2009-2012	FASE 3 2013-2016
	<i>N.º camas/1.000 hab. c/ 65 e + anos</i>	<i>N.º camas/1.000 hab. c/ 65 e + anos</i>	<i>N.º camas/1.000 hab. c/ 65 e + anos</i>
Unidade de Convalescença (UC)	0,6	1,2	1,8
Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMD)	0,7	1,3	2
Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULD)	1,67	3,3	5
	<i>N.º lugares/1.000 hab. c/ 65 e + anos</i>	<i>N.º lugares/1.000 hab. c/ 65 e + anos</i>	<i>N.º lugares/1.000 hab. c/ 65 e + anos</i>
Unidade de Cuidados Paliativos (UCP)	0,2	0,4	0,6
Unidade de Dia e Promoção da Autonomia (UD)	0,5	1	1,5

Fonte: Elaboração com base em: MS/UMCCI - Relatório de Monitorização da Implementação das Experiências Piloto da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, 27 de Julho de 2007

Diagnóstico

Através da análise dos Indicadores Pertinentes para a Avaliação da Necessidade em Cuidados Continuados, as carências neste domínio assumem uma acuidade particular na cidade de Lisboa.

Comparando a cidade de Lisboa com a região e o país, Lisboa é a que possui maior número de idosos, a viver no seio da família ou sós, assim como o quantitativo mais elevado de deficientes e de deficientes idosos.

Se os idosos a viverem sós constituem um grupo de risco, susceptível de necessitar de cuidados continuados em condições adversas de saúde, importa salientar que do número de doentes no país, permanentemente acamados por motivos de saúde, estimado em cerca de 50 mil, um pouco mais de metade (66%) são idosos, estimando-

se em mais de 17 mil, o número de crianças, jovens e adultos de ambos os sexos nessas condições.

Na Sub-Região de Lisboa (Despachos n.º 17.516/2006, de 29 Agosto, e n.º 1.281/2007, de 26 de Janeiro), o n.º de camas criadas até Fevereiro de 2009 é apenas, segundo as várias valências, o seguinte:

Unidades de Convalescença (UC)

- Instituto S. João de Deus/Residência S. João de Ávila - 25
- Associação dos Empregados do Comércio de Lisboa - 23

Unidades de Internamento de Média Duração (UMD)

- Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos (Domus Vida) – 22

Unidades de Internamento de Longa Duração (ULD)

- Associação de Paralesia Cerebral de Lisboa/Centro Nuno Krus Abecasis - 12

Unidades de Internamento de Cuidados Paliativos (UCP)

Não existem unidades da RNCCI.

Unidades de Dia e de Promoção da Autonomia (UDPA)

Não existem unidades da RNCCI.

O número de respostas, actualmente disponíveis na cidade, constitui uma pequeníssima parte do necessário.

Proposta de Redução de Carências

Apesar do cenário de contenção demográfica adoptado, as necessidades a satisfazer são muito elevadas.

O Quadro seguinte mostra as necessidades a satisfazer na META 3, no período de 2013-2016, por ACES e CS, revelando valores bastante significativos.

AGRUPAMENTOS DE CENTROS DE SAÚDE (ACES)	CENTROS DE SAÚDE (CS)	IDOSOS (Residentes c/ 65 e + anos: 25,9%)	NECESSIDADES EM CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS (CCI) – META 3									
			Convalescença (1,8/mil idosos)		Média Duração (2/mil idosos)		Longa Duração (5/mil idosos)		Unidade de Dia (1,5/mil idosos)		Unidade Cuidados Paliativos (0,6/mil idosos)	
			Nº médio Unidade	Nº Camas	Nº médio Unidade	Nº Camas	Nº médio Unidade	Nº Camas	Nº médio Unidade	Nº Lugar	Nº médio Unidade	Nº Lugar
AGRUPAMENTO 1 (Sede: Sete Rios)	Alvalade	7686		14		15		38		12		5
	Benfica	16837		30		34		84		25		10
	Lumiar	19622		35		39		98		29		12
	Sete Rios	16133		29		32		81		24		10
	<i>Total ACES1</i>	<i>60277</i>	<i>(3)</i>	<i>108</i>	<i>(3)</i>	<i>121</i>	<i>(8)</i>	<i>301</i>	<i>(5)</i>	<i>90</i>	<i>(2)</i>	<i>36</i>
AGRUPAMENTO 2 (Sede: Olivais)	Graça	4901		9		10		25		7		3
	Olivais	14208		26		28		71		21		9
	Marvila	10433		19		21		52		16		6
	Penha de França	8004		14		16		40		12		5
	São João	3987		7		8		20		6		2
	<i>Total ACES2</i>	<i>41532</i>	<i>(2)</i>	<i>75</i>	<i>(2)</i>	<i>83</i>	<i>(5)</i>	<i>208</i>	<i>(3)</i>	<i>62</i>	<i>(1)</i>	<i>25</i>
AGRUPAMENTO 3 (Sede: Lapa)	Ajuda	6467		12		13		32		10		4
	Alameda	11876		21		24		59		18		7
	Alcântara	6140		11		12		31		9		4
	Coração de Jesus	4644		8		9		23		7		3
	Lapa	4816		9		10		24		7		3
	Luz Soriano	3979		7		8		20		6		2
	Sto. Condestável	3477		6		7		17		5		2
	S. Mamede e Sta. Isabel	3037		5		6		15		5		2
	<i>Total ACES3</i>	<i>44436</i>	<i>(2)</i>	<i>80</i>	<i>(3)</i>	<i>89</i>	<i>(6)</i>	<i>222</i>	<i>(3)</i>	<i>67</i>	<i>(1)</i>	<i>27</i>
Total LISBOA		146246	(7)	263	(8)	293	(19)	731	(11)	219	(4)	88

Fontes: Elaboração c/ base em: CML/DPE - Base Demográfica para a Carta Educativa do Concelho de Lisboa, 2008; MS/UMCCI - Relatório de Monitorização da Implementação das Experiências Piloto da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, Julho de 2007; CML/DPE, MS/ARSLVT - Reordenamento da Área de influência dos CS de Lisboa, 2007

Neste quadro, o n.º médio de unidades prestadoras de cuidados é apresentado apenas como referência, tendo sido utilizada uma capacidade tipo, aproximada, de 20 camas para as UC; de 20 camas, no máximo, para as UCP e de 40 camas para as UMD e ULD. Para as UDPA foi utilizado um número médio de 30 lugares.

É ainda de assinalar que diversas tipologias de internamento podem coexistir na mesma unidade prestadora. Também as UDPA poderão estar integradas nas unidades prestadoras com internamento, de uma ou mais tipologias.

Para a concretização das Unidades de Cuidados Continuados, há então que definir localizações e reservar as respectivas parcelas de terreno, a par de outras soluções que possam vir a ser consideradas, nomeadamente através do reaproveitamento de

instalações hospitalares desactivadas ou de outros edifícios devolutos, civis ou militares, ou ainda de parcerias com entidades privadas em instalações já existentes.

Deste modo, na Carta de Equipamentos de Saúde são desde já identificadas 15 localizações passíveis de concretização, embora na sua maioria a médio ou longo prazo.

Apenas 4 destas localizações se encontram já definidas e são concretizáveis a curto prazo, devendo as restantes vir a ser definidas no âmbito da elaboração de Planos de Urbanização, de Pormenor ou de Loteamentos Municipais.

As 4 localizações definidas situam-se em:

Alto do Lumiar, Rua G1

Benfica, Quinta do Charquinho, Estrada do Poço do Chão

Carnide, Estrada da Correia, integração com a futura Unidade de Cuidados Primários (5P)

Algés, Rua Jerónimo Osório

Metodologia de Completamento e Monitorização

Mas a identificação das 15 localizações referidas não corresponde à satisfação da totalidade das carências identificadas, pelo que se torna necessário manter presente a necessidade de estudo de soluções no decurso da actividade camarária, de gestão e planeamento urbanísticos (Licenciamentos, Loteamentos e PMOT).

A deliberação camarária que aprovou o envio da Carta de Equipamentos de Saúde à Assembleia Municipal para aprovação, inclui então a decisão de criação de um processo de monitorização que garanta, tal como para os Cuidados Primários de Saúde, por um lado, o registo das Unidades que progressivamente venham a ser instaladas e as soluções nomeadamente de afectação de terrenos e edifícios, que através dos actos de gestão urbanística e aprovação de Planos sejam definidas, e por outro lado, que permita disponibilizar, a cada momento, informação actualizada sobre as carências ainda a satisfazer, aos serviços camarários que no âmbito da sua actividade devem contribuir para a definição das restantes soluções.

Cuidados Secundários ou Hospitalares

No caso dos Cuidados Secundários ou Hospitalares, as câmaras municipais intervêm apenas em regime de colaboração com a Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde (DGIES) e com a ARS, competindo o levantamento das necessidades e de planeamento à Direcção-Geral de Saúde (DGS).

A Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa apenas procede portanto à identificação dos equipamentos que integram a rede de cuidados secundários, registando as recentes alterações concretizadas pelo Governo e apresentando o respectivo diagnóstico e as futuras intervenções.

Diagnóstico

No distrito de Lisboa existem:

- 9 Hospitais gerais, dos quais 8 já integrados em centros hospitalares;
- 8 Hospitais especializados, dos quais 2 constituem o Centro Hospitalar Psiquiátrico;
- Hospitais distritais gerais, dos quais 3 integram também centros hospitalares.

Exceptuando os hospitais distritais, o Hospital Ortopédico integrado no Centro Hospitalar de Cascais e o de Sta. Cruz (concelho de Oeiras), todas as unidades hospitalares estão instaladas na cidade de Lisboa.

Ainda que metade dos hospitais tenham sido criados no século passado e após a instauração da República, 1/4 são centenários e outros tantos surgiram após 25 de Abril de 1974. Entre o hospital mais antigo da capital, S. José, e as mais recentes instalações, o Centro Hospitalar de Alcoologia do Sul (CRAS), há um lapso temporal de mais de dois séculos.

Em grande parte dos estabelecimentos, verifica-se a desadequação das instalações actuais para o bom desempenho dos profissionais da saúde e o atendimento dos utentes com conforto e eficácia.

A estruturação da oferta é ora dispersa por demasiados serviços e logo onerosa, ora de difícil acesso para os utentes e com condições infra-estruturais deficientes.

A consciência pública sobre novas exigências funcionais e arquitectónicas já existe há bastante tempo em alguns dos hospitais, sobretudo como resultado da evolução das ciências e das tecnologias da saúde e das próprias queixas dos doentes.

No final de 2005, o Governo concretizou a transformação de 31 hospitais sociedades anónimas (SA) e 5 hospitais do sector público administrativo (SPA) em hospitais entidades públicas empresariais (EPE), através da publicação do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

Numa óptica de optimização de recursos, foi igualmente criado o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, que passou a integrar, por fusão, o Hospital de Egas Moniz, o Hospital de Santa Cruz e o Hospital S. Francisco Xavier.

Prosseguindo a mesma filosofia, já em 2007, foi criado, entre outros, o Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE, por fusão do Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central) – constituído em 2004, por integração dos Hospitais de S. José, Santo António dos Capuchos e do Desterro (Portaria n.º 115-A/2004, de 30 de Janeiro) – com o Hospital de D. Estefânia e o Hospital de Santa Marta (Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro).

Mais recentemente, surgiu o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, na qualidade de pessoa colectiva de direito público, que integrou os Hospitais de Júlio de Matos e Miguel Bombarda.

Já em 2008, “de forma a obter a maximização dos recursos envolvidos, a redução dos custos de funcionamento, bem como ganhos de produtividade e eficiência”, foi criado o Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, por fusão dos hospitais de Santa Maria e Pulido Valente (Decreto-Lei n.º 23/2008, de 8 de Fevereiro).

No período de 2000 a 2006, na rede hospitalar da cidade de Lisboa verificou-se um decréscimo generalizado em recursos físicos (n.º de estabelecimentos e de camas) e humanos (n.º de médicos).

Se a componente física reflecte a tendência continental, regional e distrital, já no respeitante à componente humana a tendência é a oposta nas três escalas mencionadas.

É notório que a lotação praticada revela uma diminuição consistente desde 2000 (e até desde 1992), em todos os hospitais lisboetas, com a única excepção do Centro Regional de Alcoologia do Sul (CRAS).

No entanto a quebra do n.º de médicos é moderada no período em apreço (-2,6%), havendo mesmo hospitais em que foi contrariada essa tendência regressiva: os Centros Hospitalares de Lisboa Norte e Psiquiátrico de Lisboa; o Instituto Gama Pinto; e a Maternidade Alfredo da Costa. Também no mesmo intervalo, o n.º de enfermeiros aumentou significativamente (9,2%) – aqui confirmando, ainda que de forma menos pronunciada, as tendências verificadas nas outras escalas referidas (à excepção do CRAS).

Todavia, é previsível que a situação da falta de médicos nos hospitais e no SNS se venha a agravar e não apenas por insuficiência do n.º de formandos nas universidades de medicina face às necessidades previstas e aposentação dos mais velhos, mas também pela saída de profissionais do serviço público para o sector privado em expansão. O Sindicato Independente dos Médicos estimou em cerca de 400 o número de clínicos que abandonaram o SNS, entre pedidos de licença sem vencimento e desvinculações, apenas entre 2006 e meados de 2007. A este número haverá ainda a acrescentar a aposentação de outros 400.

No entanto, pese a situação generalizada de menores recursos, o que os dados da produção hospitalar revelam é uma maior eficácia no funcionamento destes estabelecimentos de saúde.

Encontra-se previsto o Reordenamento das Capacidades Hospitalares de Lisboa, com a futura construção do Hospital de Loures e do Hospital de Todos os Santos, em conjugação com a abertura dos novos hospitais de Cascais e Vila Franca de Xira e a reorganização hospitalar da margem sul do Tejo.”

O futuro hospital de Loures irá absorver, sobretudo, actividade clínica de 4 unidades hospitalares existentes: Pulido Valente, Maternidade Alfredo da Costa, Curry Cabral e Santa Maria. Por sua vez, espera-se que o Hospital de Todos-os-Santos venha a consolidar uma parte substancial da actividade clínica actualmente assegurada por um conjunto antiquado de hospitais situados na malha urbana do centro de Lisboa: S. José, D. Estefânia, Capuchos, Desterro, Miguel Bombarda e também Santa Marta.

Recentemente foi tomada a decisão política de construir a nova unidade do IPO em Lisboa, mediante a cedência de terrenos no Parque da Bela Vista, por parte da CML.